

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

Luciana Fogaça Monteiro

ROMPENDO O SILÊNCIO: HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS
TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES.

Porto Alegre

2009

Luciana Fogaça Monteiro

**ROMPENDO O SILÊNCIO: HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS
TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós graduação em Psicologia Social e institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Orientador Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre

2009

Dedico este trabalho às mulheres que fizeram parte desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a UFRGS, na figura do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, que acolheu a mim como pesquisadora e a este trabalho.

Meus mais emocionados agradecimentos ao meu orientador Henrique Caetano Nardi, não somente por ter acolhido esta pesquisa, mas por ter pacientemente suportado todas as minhas incertezas, atrasos e ansiedades. Por ter também me “apertado” na hora que precisava. Por todos os insights durante a escrita. Enfim, para ele o meu mais profundo agradecimento.

Para todos os meus companheiros de “Rompa”, com os quais foi possível vislumbrar outro mundo e os quais, a despeito de eu mesma, nunca deixaram de acreditar em mim: Fernando Pocahy, sem o qual talvez eu nunca tivesse pensado em entrar em um programa de mestrado, um amigo que palavra nenhuma poderia definir; à Cecília Froemming, minha grande incentivadora e companheira inseparável de todas as horas; à Simone Vasconcelos e Cláudia Ávila, as quais me mostraram que é possível trabalhar a favor de seus ideais, sem perder a ternura, o bom humor e principalmente “as calças”; à minha querida Manoela Carpenedo, nossa “formiga atômica”, que tornou a frase “deu uma de manú” um “must” que todos gostariam de receber.

Aos meus outros companheiros do Nuances: Perseu Pereira, pessoa linda que tornava sempre tudo mais colorido e cheio de vida “todos querem ser que nem ele, mas ele é naturalmente”; Glademir Lorensi, cuja retidão de caráter e doçura me inspiram; à Célio Golin, cuja trajetória militante faz admirar.

À amiga Silvia Silveira, sempre disposta a me ajudar e me apoiar, mesmo quando eu fugia.

Aos meus colegas de mestrado; principalmente à “Lia” Quartieiro, Lisandra Espíndola, Janete Schubert e Paula Marques, que tornaram tudo tão mais instigante e divertido. As colegas de núcleo Priscila e Daiane, e também Lissandra Soares, pelo apoio técnico na reta final do trabalho.

Aos meus pais e à Ana Xavier, cujo suporte emocional (e algumas vezes financeiro!) foi imprescindível neste momento e aos quais também dedico este trabalho.

Às minhas irmãs Andréa, Marília e Alice, as quais amo incondicionalmente. “Juntas somos a ALMA do negócio”!

Ao meu querido namorado Leandro Baségio, cujo apoio e presença foram imprescindíveis e me deram a força necessária para terminar esta etapa.

As mulheres participantes desta pesquisa, por sua coragem e disposição. Seus ricos relatos não são mera ilustração; eles constroem as possibilidades neste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender os modos de subjetivação de mulheres com práticas homoeróticas que apresentaram denúncias relacionadas à homofobia. Ela parte de uma intervenção realizada pela ONG Nuances - grupo pela livre expressão sexual conveniada ao Programa Brasil Sem Homofobia. Através de entrevistas baseadas na abordagem biográfica, busquei verificar a forma como elas constroem uma experiência de si, no cruzamento entre a sustentação da matriz heterossexista e a emergência de políticas governamentais de combate a discriminação. O material permitiu compreender que elas percebem a discriminação e o preconceito como resultado de uma extrapolação dos limites das convenções de gênero. Desta forma, elas acreditam que a homossexualidade masculina e mulheres que possuem estilos “mais masculinos” estão mais propensos/as a sofrer discriminações, por acreditarem que são mais visíveis. Assim, a perspectiva de uma maior “aceitação” das relações homoeróticas entre mulheres é percebida na articulação entre estilos mais próximos dos padrões de femininos, bem como por uma apropriação do homoerotismo feminino por parte do fetiche masculino. Outro achado foi à evocação de saberes psi nos conflitos familiares. Quanto às estratégias de enfrentamento, foram encontradas tanto formas de manter identidades discretas quanto modos mais combativos, baseados no que chamo de subjetivação militante. De modo geral, estas mulheres consideram os tempos atuais melhores, relacionando-os mais a atuação do movimento social do que aos aparelhos de proteção e políticas públicas estatais. Este fato pode ter algumas razões: a própria estratégia de enfrentamento formulada pelo Brasil Sem Homofobia (fomento a atores do movimento) e a timidez governamental em adotar estratégias de visibilidade de massa, provavelmente provocada pela oposição que o tema da diversidade sexual enfrenta frente a bancadas religiosas.

Palavras chave: homofobia; mulheres; Brasil Sem Homofobia.

ABSTRACT

This research seeks to understand the modes of subjectivation of women with homoerotic practices that have filed complaints related to homophobia. This research had its starting point in an intervention conducted by the NGO Nuances - group for free sexual expression, convening the *BRAZIL WITHOUT HOMOPHOBIA* Program. Through interviews based on the biographical approach, I tried to see how these women construct a self-experience, at the junction between the prevailing heterosexist matrix and the emergence of government policies to combat discrimination. The material allowed to find that they understand discrimination and prejudice as a result of an extrapolation of the limits of gender conventions. Following this logic, they believe that male homosexuality and women who have more "masculine" styles are more likely to be discriminated against, on the basis that they are "more visible". The prospect of greater "acceptance" of homoerotic relationships between women is perceived by these women, and it is related to standard female performances, as well as an appropriation of female homoeroticism by the male fetish. Another finding was the evocation of psychological knowledge in family disputes. The coping strategies were found both in ways that maintain discrete identities as in more openly-combative styles, based on what I call "militant subjectivity". In general, these women consider the actual times better to homosexuals, relating this fact more to the work of social movement than to the apparatus of protection and state public policies. This fact may have some reasons: the coping strategy formulated by Brasil Sem Homofobia (encouraging the movement actors) and government timidity in adopting strategies of mass visibility, probably caused by the opposition that sexual diversity is facing by religious political parties.

Keywords: homophobia; women; Brazil Without Homophobia National Program.

SUMÁRIO

1. Apresentação de uma trajetória de pesquisa.....	10
1.1 Trajetória da pesquisadora.....	12
1.2 Trajetórias teóricas.....	17
1.2.1 Processos de Subjetivação e a noção de resistência.....	18
1.2.2 A Heteronormatividade e a produção de identidades desviantes.....	23
1.2.3 Heterossexismo, homofobia, lesbofobia – os nomes da opressão.....	29
2. Da abordagem metodológica.....	35
2.1 A perspectiva genealógica.....	35
2.2 Trajetórias de vida – o que esta em questão quando alguém fala de si?.....	37
2.3 A construção da análise.....	41
3. A constituição do campo.....	42
3.1 Trajetórias em movimento: o movimento homossexual no Brasil.....	43
3.2 O Nuances – Grupo pela livre Expressão Sexual.....	57
3.3 O Brasil Sem Homofobia.....	62
3.4 O Centro de referência no combate e prevenção à homofobia.....	65
3.5 Os sujeitos da pesquisa: as mulheres.....	72
3.5.1 Critérios e forma de seleção da amostra.....	77
3.5.2 Implicações éticas na apresentação das participantes.....	78
3.5.3 Apresentação das participantes.....	79
4 Vivendo num mundo heteronormativo: experiências e percepções do heterossexismo/homofobia.....	90
4.1 Homofobia e o heterossexismo: guardando as fronteiras do gênero.....	90

4.2	Maior “aceitabilidade” das relações homoeróticas entre mulheres: mais aceita ou mais invisibilizada?.....	97
4.3	A invocação dos saberes psi como forma de restabelecer a norma nas relações com a família.....	101
5	Estratégias de enfrentamento “do “armário à armadura”: A guisa de conclusão.....	106
5.1	Discrição: silêncio, segredo e dissimulação.....	106
5.2	“Bancando o meu lugar”.....	109
5.3	“Sou lésbica, e daí?” modos “militantes” de enfrentamento	110
5.4	“Hoje em dia é melhor”: o difícil, mas possível encontro com os mecanismos estatais de proteção.....	112
6	Referências Bibliográficas.....	116

1. Apresentação de uma trajetória de pesquisa

Esta pesquisa busca apresentar e compreender as trajetórias de vida de mulheres com práticas homoeróticas que, vítimas da discriminação e/ou violência homofóbica/heterossexista, decidiram romper o silêncio e denunciar estas violações. Ela toma como ponto de partida uma intervenção na área dos Direitos Humanos realizada pela ONG Nuances - grupo pela livre expressão sexual, em convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o projeto “Rompa o Silêncio” Centro de Referência em Direitos Humanos de Combate e Prevenção a Homofobia (CRDH), local procurado por estas mulheres na busca de auxílio e encaminhamento de suas denúncias. Este centro vincula-se a um programa nacional de Direitos Humanos para a chamada população LGBTT¹, Brasil Sem Homofobia. Foi, também, local onde eu pela primeira vez exerci minha atividade profissional como psicóloga.

A emergência do dispositivo da sexualidade na sociedade ocidental, com sua lógica normalizadora (FOUCAULT, 1998), tem produzido um enquadramento das expressões do desejo e do sexo, transformando práticas em identidades profundamente conectadas a sua sexualidade. Parto do princípio que estas mulheres estão posicionadas em um complexo campo discursivo que toma os sujeitos através de suas diferentes expressões de sexualidade e de gênero, criando condições de possibilidade para determinadas experiência de si e formas de enunciação.

A partir disto, busquei analisar - através de entrevistas baseadas na abordagem biográfica - a forma como estas mulheres vem se constituindo como sujeitos, no cruzamento entre a sustentação da matriz heterossexista de compreensão do humano e a emergência de possibilidades combate a sua opressão . O fortalecimento e a expansão do movimento homossexual brasileiro, sua crescente articulação com o Estado, bem como o surgimento de conceitos que denunciam a opressão heterossexista e seus efeitos, tem possibilitado a reivindicação e criação de políticas públicas de enfrentamento destas desigualdades. Políticas que, se antes permaneciam cegas a determinadas violações, hoje voltam seu olhar ao enfrentamento e a prevenção da discriminação e violência contra LGBTTs , ou como se convencionou chamar, homofobia.

¹ Sigla para Gays, Lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros que pode conter variações acrescentando ou reduzindo as letras (pode incluir, por exemplo: ‘Q’ de Queer e ‘I’ de Intersexual).

Como parte deste processo, interessei-me compreender as formas como estas mulheres têm experimentado a violência e a discriminação, como elas a percebem e que sentidos produzem em suas vidas. Associados a estes objetivos, foi também importante analisar as formas pelas quais elas têm enfrentado e contestado os significados estigmatizantes associados a suas práticas eróticas/afetos com outras mulheres. Se escolho estas mulheres - que fizeram denúncias - é porque imagino que este enfrentamento de certa forma já exista.

Preferi, ao convocar estas mulheres, fazer um recorte não identitário. Isto eu enuncio ao falar em mulheres com práticas homoeróticas ao invés de evocar identidades, como seria se optasse por usar a categoria “lésbica”. Faço isso apesar de compreender a importância que a “identidade” tem tido no processo de reivindicação de direitos e equiparações, tanto por parte do movimento homossexual, quanto na elaboração de políticas públicas.

Tive algumas razões para deixar em suspenso a forma como estas mulheres se auto-identificam. Uma delas é o fato de que o foco desta pesquisa se dá na experiência de discriminação que, embora possa estar relacionada com questões identitárias, evidencia que estas mulheres avançaram os limites impostos pelas normas de gênero e pela heterossexualidade compulsória (RICH, 1999). Preferi deixar que a categoria identidade, se fosse o caso, entrasse na forma de análise de suas possíveis relações com o heterossexismo/homofobia e as formas de confrontação elaboradas pelas participantes desta pesquisa. Colocar em suspenso a questão da identidade também foi uma forma de escapar a captura identitária que se observa tanto nas reivindicações políticas do movimento homossexual quanto nas políticas voltadas a este segmento, bem como na segmentação de um mercado “GLS²”.

Tendo feito esta primeira exposição, inicio o relato desta pesquisa traçando minha trajetória como pesquisadora-aprendiz e minha implicação com a temática da pesquisa. Logo após, exponho os parâmetros teóricos que guiam esta análise, conduzindo o leitor a compreensão de conceitos importantes para, na seqüência, expor a abordagem metodológica. Mais adiante, dedico um capítulo a construção do campo da pesquisa, iniciado pela trajetória do movimento homossexual brasileiro e do grupo Nuances, seguido pela descrição do Programa Brasil Sem Homofobia e do CRDH Rompa o Silêncio. No mesmo capítulo, faço a apresentação das

² Sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

participantes desta pesquisa. Os dois últimos capítulos são dedicados a análise do material produzido nas entrevistas..

1.1 Trajetória da Pesquisadora e sua implicação com o tema

“Toda a escolha tem uma história, melhor seria talvez dizer que toda a escolha é uma história, porque ela é produzida por um conjunto de forças que faz irromper, em um dado momento, a si mesma como escolha.” (Barros, 2007, p. 317)

Para iniciar o relato desta pesquisa que versa sobre as trajetórias de vida de mulheres que escolheram romper com o silêncio imposto pelas normas de gênero, pelo heterossexismo e pela homofobia, julgo ser necessário tentar situar o olhar que vai conduzir a/o leitor/a por estas trajetórias, pois é no contato com este olhar que estas mesmas trajetórias vão sendo produzidas e (re)inventadas.

A história desta escolha não pode se furtar à trajetória desta pesquisadora aprendiz e de sua trajetória profissional e pessoal. Se a epígrafe com a qual iniciei este capítulo está correta, a escolha por um tema de pesquisa não se dá de forma alheia ao sujeito que escolhe e aos locais/espacos de formação presentes em sua trajetória, ou seja, mulher, psicóloga e, mais recentemente, pesquisadora.

Assim, situar meu olhar de pesquisadora sobre o campo não somente poderá esclarecer acerca de parte das condições de emergência deste estudo como também o próprio horizonte ético-estético no qual ele é produzido. Esta é uma pesquisa realizada por uma mulher; uma mulher que, em um determinado momento de sua experiência, se perguntou o que vinha a ser este “ser mulher”, a que implicações o termo remetia e, principalmente, que limitações objetivas e subjetivas o acompanhavam. Das muitas vezes em que me lembro ter sido interpelada pelas normas de gênero e pela heteronormatividade lembro-me de uma, vivida na infância. Vasculhando entre os livros de minha casa, encontrei uma conhecida revista masculina que mostrava uma série de famosas mulheres nuas. Não era a primeira vez em que eu e minhas irmãs encontrávamos um destes exemplares em casa e o folheávamos escondidas, curiosas e excitadas. Logo fui ao encontro de minha irmã mais velha partilhar o “achado”. Para meu “azar” minha irmã (que tinha por volta de doze anos na época) estava conversando com uma amiga e,

constrangida e furiosa com minha oferta de ver a revista, logo desferiu um “sai daqui sua lésbica!”. Eu já conhecia a carga negativa que aquele termo carregava - a “lésbica”, a feia antítese daquilo que as normas de gênero delineavam como “mulher normal” ou mesmo como “mulher”, já assombrava nosso mundo de meninas. Naquela tarde, envergonhada, aprendi, através da dura pedagogia do insulto, quais eram os limites que a norma impunha aos sujeitos e seus corpos – aos pequenos corpos de mulher que éramos eu e minha irmã. Experiência mais dura e intrigante ainda, porque éramos já naquela época filhas de uma mulher que não somente havia ousado atravessar os limites normativos de seu sexo: separada, trabalhando “fora” para sustentar suas filhas, ela também “ousava” ao se relacionar afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Da mesma forma, retrospectivamente, percebo que aquela entre tantas outras lições - mais ou menos impactantes - que fui absorvendo ou quando possível repudiando, não somente me ensinaram os limites do que era socialmente considerado certo ou errado a respeito do que um corpo/sujeito do sexo feminino poderia fazer e desejar; elas também me ajudaram a constituir a mulher que hoje sou, bem como ajudaram a produzir os questionamentos que me fizeram enveredar para os estudos de gênero e sexualidade numa perspectiva pós-estruturalista. Aqui reafirmo a célebre frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”; não somente por enfatizar o caráter fabricado destes sujeitos mulheres, como também pelo fato de evocar, ao pensar num sujeito que se produz e é produzido na experiência, seu caráter contingente, histórico, local, contraditório e, portanto, não universal, mas múltiplo.

Pode parecer um tanto óbvio que minhas experiências enquanto mulher - e por tanto sujeita às normatizações que incidem sobre os corpos tidos como femininos - de certa forma delineiem as escolhas temáticas que ora faço. No entanto, elas deixaram marcas que possibilitaram que mais tarde, através dos encontros que fui tendo na minha vida acadêmica e profissional, eu desenvolvesse uma postura mais crítica a respeito de como somos e fomos levados/as, no ocidente, a procurar descobrir a verdade sobre nós mesmos na verdade de nosso sexo (Foucault, 1998). Levaram-me, também, a pensar a cerca dos processos sociais que tornam vidas mais ou menos válidas (BUTLER, 2005; 2001).

Neste sentido, minha aproximação com o grupo Nuances – grupo pela livre expressão sexual³, foi de extrema importância, tanto para meu ingresso no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social quanto no processo de elaboração desta pesquisa. Esta foi uma aproximação gradativa, que se iniciou no ano de 2005, participando de maneira variada (por um período fui observadora, co-coordenadora por dois meses e depois como professora) do projeto GURIZADA⁴, que era coordenado e idealizado por um grande amigo e companheiro de formação em psicologia, na época membro do nuances.

Foi no ano de 2006 que minha participação no grupo se tornou mais constante. Naquele ano o grupo iniciava o projeto “Rompa o silêncio” – Centro de Referência em Direitos Humanos de Combate e Prevenção a Homofobia (CRDH Rompa o Silêncio), cuja equipe técnica integrei como psicóloga.

Como veremos em capítulo posterior, o nuances é uma organização social que, dentro do cenário do movimento LGBT brasileiro, se caracteriza por realizar fortes críticas quanto aos saberes psi e médicos, denunciando-os, muitas vezes, como campos de saber que legislam sobre a sexualidade, os sujeitos e seus corpos. Desta forma, as vivências e os conflitos do dia a dia na rotina do centro, com nossas/os usuárias/os e, principalmente, com a militância, me levaram a repensar minha formação como psicóloga bem como indagar a cerca das possibilidades da prática em um contexto como este.

Neste sentido, pensando sobre minha formação enquanto psicóloga, encontrei-me naquilo que hoje de forma um pouco cômica chamo de “entreveiro”. Isto porque nada ou muito pouco na minha formação parecia indicar como conduzir meu trabalho naquele campo. Pelo contrário, às vezes parecia atrapalhar. Meu receio, a todo o momento, era o de que uma atuação ou uma visão muito psicologizante e individualista dos casos e sofrimentos trazidos por nossas/os usuárias/os pudesse esvaziar o conteúdo social e político da intervenção. Havia em mim e em meus/minhas companheiras/os de trabalho uma forte recusa em tratar nossas/os usuárias/os como vítimas passivas das convenções sociais (apesar de terem sido vitimadas/os). Se nos procuravam, era

³ No segundo capítulo desta dissertação, discorrerei sobre a trajetória do grupo, suas ações e seu ideário.

⁴ Sobre esta intervenção ver POCAHY, Fernando. **A Pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer**. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2006 e também POCAHY & NARDI (2007).

porque justamente também eles/as contestavam os significados atribuídos a sua condição de gênero e de orientação sexual, e nisto não tinham nada de passivas/os. A linha que separa a concepção da homossexualidade como patologia da concepção da homossexualidade como uma espécie de forma dada de vitimização era muito tênue, e meu medo era o de ao tratar nossas/os usuários/as como vítimas passivas, iria colaborar para um deslocamento da patologização da homossexualidade: de doentes por serem homossexuais a eternas vítimas por serem homossexuais.

Esta visão, creio, atravessa também este trabalho. Apesar de trabalhar com os enunciados que se referem às formas de violência e discriminação como vividas por minhas entrevistadas, foi-me também importantíssimo que percebesse suas falas não somente a partir do viés da vitimização, mas também das lutas, das formas como resistem e contestam estas discriminações e violências e que aparatos discursivos utilizavam para falar de si. De suas dores bem como de suas delícias, para parafrasear Caetano Veloso.

Assim, ao constituir-me pesquisadora, bem como ao constituir-me enquanto psicóloga no movimento social e junto à militância, foi-me quase impossível desvincular um “viés militante” da minha prática profissional e de pesquisadora. Estranho? Nem tanto. Concordo com a frase de Félix Guattari (1981) “militar é agir” pelas várias implicações que reflete. A ação supõe práticas, que supõe discursos. Os discursos (que na concepção foucaultiana são práticas) corroboram ou negam determinadas ações, portanto nunca são neutros. Neste sentido a diferença reside em assumir este viés; ao fazê-lo, no entanto é preciso estar consciente tanto de suas benesses como de seus riscos.

Minha aproximação e meu interesse pelas trajetórias das mulheres que nos buscavam foi se dando de forma gradativa, ao longo dos dois anos anteriores a minha entrada no programa de pós-graduação. Apesar de acolhermos as denúncias de toda uma gama de indivíduos, aquelas feitas pelas mulheres homossexuais e bissexuais provocaram minha curiosidade pesquisadora. E talvez esta tenha sido a mais forte das motivações: a curiosidade. Curiosidade e vontade de pensar diferente – ou ao menos lançar um olhar mais focado – sobre estas mulheres. Talvez aqui a questão fosse “separar-me de mim mesma”. Na verdade, creio que este exercício, naquele momento, era indispensável para mim, e talvez para a própria instituição na qual eu me encontrava e que, como tal, também tinha lá suas cristalizações e suas linhas duras.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa , perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (Foucault, 2001a, p. 13).

Sentia que não estávamos tão preparadas/os para trabalharmos com “elas” – no caso mulheres biológicas⁵ não heterossexuais. Isso se expressava não tanto pelo fato de não termos nenhuma lésbica militante no grupo⁶, mas também, pelo fato mesmo do grupo ter historicamente produzido mais intervenções e estudos no campo das homossexualidades masculinas, o que nos deixava, de certa forma, mais confortáveis em trabalhar com “eles” do que com “elas”.

Ao final do ano de 2006, estas mulheres constituíam 30% do total de casos atendidos. Os números referentes ao ano de 2007 também mantiveram-se por volta desta faixa. Esta diferença entre lésbicas e homens homossexuais na incidência das denúncias suscitou uma série de questionamentos: Por que o número menor de denúncias de mulheres homossexuais? Estariam elas menos sujeitas a atos de homofobia que os homossexuais masculinos ou, por outro lado, estariam menos dispostas a denunciar tais violações? Este número menor estaria ligado à invisibilidade social das relações afetivo-sexuais entre mulheres, ainda pouco enfocadas nas políticas públicas e nos estudos sobre as homossexualidades? Ao mesmo tempo, especialmente motivada pelo caso das mulheres, passei a pensar nas intersecções entre homofobia/lesbofobia, o heterossexismo e o sexismo e como isso se dava na experiência mulheres.

Estas e outras questões foram me levando a formular meu problema de pesquisa. Qual seriam as formas que a homofobia – talvez uma pista da especificidade da lesbofobia - toma na experiência narrada destas mulheres? Que maneiras elas tem encontrado para enfrentá-la? Em suma, de que formas confrontam, contestam os significados estigmatizantes que lhe são atribuídos e, ao mesmo tempo: como a ela estão sujeitadas, pensando também na possibilidade de uma sujeição homonormativa? A questão aqui se coloca a cerca dos modos de subjetivação que atravessam a vida destas mulheres, as quais, também, tornaram-se alvo de políticas públicas voltadas à diversidade sexual?

⁵ Uso o termo “mulheres biológicas” para diferenciá-las das mulheres transexuais. Tratarei mais deste assunto no item 3.

⁶ O que na verdade não seria um problema em si, visto que o nuances faz uma crítica a representação identitária buscando uma da desconstrução desta categoria, vista como normativa e exclusiva.

Penso que analisar as trajetórias de vida destas mulheres, nas formas como experimentam e confrontam a homofobia e o heterossexismo na articulação com as diferentes discursividades que materializam o dispositivo da sexualidade na atualidade, possa esclarecer tanto a cerca de seus processos de subjetivação destas mulheres – objetivo desta dissertação – como ajudar a orientar possíveis ações no campo das políticas públicas.

Talvez, pelas exigências ou limitações da escrita, eu tenha feito parecer que minha trajetória como pesquisadora - como pesquisadora na área do gênero e da sexualidade - tenha sido de certa forma linear e inequívoca. Ledo engano... Minha trajetória, bem como a desta pesquisa, está permeada por ressignificações, idas e vindas, bloqueios e alterações que certamente produzem efeitos na pesquisadora e em sua pesquisa.

1.2 Trajetórias Teóricas

Apesar de tentar manter o horizonte teórico o mais aberto possível para que pudesse abarcar os fragmentos enunciativos dos relatos de minhas entrevistadas, escolhas – e neste caso, não somente escolhas teóricas, mas políticas e estéticas - tiveram de ser feitas. Estas escolhas também fazem parte da construção desta pesquisa e de seu objeto (as trajetórias das mulheres), que podem indicar os caminhos os quais a trilhar ou não, sua amplitude e, conseqüentemente, seus limites. Desta forma, as análises desta pesquisa – bem como a própria forma de pesquisar – se aliam às perspectivas teóricas de Michel Foucault e de Judith Butler, na medida em que estes autores buscam uma forma de pensar a desconstrução da naturalização da matriz binária de compreensão do humano. Matriz esta que tem sustentado noções hegemônicas sobre o que é normal e anormal e do gênero como uma categoria evidente baseada nas diferenças anatômicas dos corpos masculinos e femininos. Na construção de seus pensamentos, estes dois autores têm desafiado as idéias de normalidade que estão na base de instituições e práticas (WEDDON, 1999). Acima de tudo, os escolho pelo potencial que suas perspectivas têm de, ao questionar o familiar e o auto-evidente, abrir a possibilidade de uma reflexão crítica sobre o presente, que possa provocar tensionamentos que desestabilizem os dispositivos de normalização autoritários.

No entanto, na seqüência deste item, apresento de forma breve alguns conceitos caros a esta dissertação e importantes para a compreensão da/o leitora/o. Eles estão apresentados aqui somente como forma de facilitar a leitura e a compreensão do “que se quer dizer” quando anuncio termos como, processos de subjetivação, heteronormatividade, homofobia, heterossexismo.

1.2.1 Processos de subjetivação e a noção de resistência

Ao abordar a maneira como os sujeitos se constituem em diferentes contextos sócio-históricos, Foucault analisa como as práticas sociais constituem domínios de saber que, além de constituírem novos objetos, novas técnicas, novos conceitos, fazem também surgir novas formas de sujeitos. Para ele, “o próprio sujeito tem uma história, a relação do sujeito com o objeto (...), a própria verdade tem uma história” (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Conforme Revel (2005), Foucault propõe que modos de subjetivação ou processos de subjetivação correspondem a dois tipos de análise. Por um lado, os modos de subjetivação expressam a maneira pela qual o sujeito é formado por um processo de objetivação, na qual ele mesmo torna-se objeto de conhecimento em uma variedade de discursos. Os processos de subjetivação, por outro lado, implicam operações que os sujeitos aplicam a si mesmos, através da relação consigo, e que permitem que eles/as se reconheça como sujeitos de sua própria vida.

Nardi (2006) acentua a intrínseca correlação entre modos de subjetivação e processos de subjetivação. O primeiro conceito refere-se à forma predominante a qual um indivíduo é exposto ao regime de verdades de sua época, a forma como se relaciona com a norma e como se vê obrigado/instigado a cumpri-la. O segundo, a maneira singular como cada indivíduo se apropria dos regimes de verdade, a maneira como faz a experiência de si dentro do conjunto de regras e normalizações no qual esta situada sua trajetória de vida.

Cada sociedade constrói seus regimes e jogos de verdades, os quais Foucault (2007b) entende como;

“Os tipos de discursos que elas acolhem e fazem funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como uns e outros são sancionados; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção de verdade; o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007a, p. 12)”.

Poder-se-ia pensar os modos de subjetivação como formas de subjetivação sugeridas, propostas e/ou impostas pela cultura através de discursos que atuam dentro de um esquema de saber-poder e que tomam o sujeito como objeto de conhecimento. Ao mesmo tempo, como sugere Foucault (2004), devemos compreender que o sujeito produz-se também de maneira ativa, através de práticas de si que não são, de toda forma, por ele inventados: são, antes, esquemas que ele encontra na cultura em que se insere.

Para Butler (2003; 2005; 2001) a assunção de um “sexo”, ou a assunção de um “gênero” é uma das operações fundamentais para o surgimento do sujeito, visto que ninguém chega a existir sem que assuma um de seus termos: o masculino ou o feminino. Para ela, o gênero constitui uma modalidade de regulação específica que tem efeitos produtivos na subjetividade. As regras que governam sujeitos inteligíveis são parcialmente estruturadas a partir de uma matriz que estabelece uma hierarquia entre o masculino e o feminino e a heterossexualidade compulsória. Portanto, o gênero não é nem a expressão de uma essência interna (sexo), nem uma simples construção social (gênero), como se poderia observar nos argumentos essencialistas e construtivistas respectivamente. O próprio gênero é uma norma (Butler, 2004). Ou seja, a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista.

A matriz heterossexual parece ser aquilo que regula tanto a coerência interna do sistema sexo-gênero-sexualidade (a idéia de que um corpo masculino deveria expressar um gênero masculino e um desejo pelo sexo feminino e vice versa) quanto os pares dicotômicos homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual.

No entanto, para que a heterossexualidade e a coerência interna do gênero ganhem seu caráter de naturalidade, são necessárias estratégias repetitivas que funcionem cotidianamente nas intuições escolares, na família, na medicina, na mídia (Louro, 2005; Butler 2005, 2001). Esta norma precisa ser reiterada, repetida para “reafirmar o princípio de que os seres humanos nascem

como macho ou fêmea (...) e que seu sexo vai indicar um de dois gêneros possíveis (...) e conduzirá a uma única forma de desejo, que é o desejo pelo sexo/gênero oposto”. (Louro, 2005, p.5)

Como afirma Butler (2001), a norma heterossexual exige, em contraposição, a criação do campo da anormalidade, pois o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede outras, numa operação de exclusão que forma um exterior constitutivo da norma, constituindo um domínio de vidas consideradas como menos válidas,

“(..).esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto significa aqui precisamente aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito.” (BUTLER, 2001, p. 155).

Seguindo o pensamento de Butler (1997), cabe a reflexão sobre os efeitos da interpelação. Para a autora, a nomeação interpela e constitui o sujeito. Assim, quando um bebê nasce, ou mesmo antes seu nascimento, ele é interpelado através da nomeação menino ou menina, ele ou ela. Esta interpelação, no processo de tornar-se um “ele” ou “ela”, é repetida e reiterada diversas vezes durante sua vida.

A maneira corrente de referir-se a mulheres que tem relações homoeróticas com outras mulheres como “sapatão” “machorra” “mulher-macho”, pode ser entendida como uma forma de interpelação injuriosa. Segundo Butler (1997) a interpelação a injuriosa é uma das primeiras formas de “ferimento” lingüístico, que assinala a alguém um lugar dentro do espaço social sexualizado por meio de sua desqualificação, marcando o lugar do abjeto. Portanto, a injúria tanto marca o lugar do sujeito em um mundo hierarquizado quanto o faz ser o que é.

Ao expor o conceito de abjeção, Butler (2002) afirma que devemos encará-lo como um processo, sem nos fixarmos a figuras pré-estabelecidas. Para ela, amparada em Foucault, torna-se importante o lugar que determinado sujeito ocupa no discurso, já que “ele habita os corpos” (BUTLER, 2002, p163.) Assim sendo, a questão da abjeção pode ser vista, como articulada a questão da localização humana que “é um problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos se

deve manter, preferentemente em tal ou qual situação para alcançar tal ou qual fim” (FOUCAULT, 2001b, p.1573)⁷.

Logo, os atravessamentos que tornam uma vida viável ou não, são pertinentes às relações de enquadramento tais como inserção social, etnia, gênero, geração que conjuntamente e articuladamente, habitam o sujeito. Tomando nossa observação cotidiana podemos registrar que alguns lugares ocupados por mulheres não heterossexuais são mais fortemente investidos da condição de abjeção do que outros.

Percebemos aqui a importância dos discursos na constituição dos sujeitos: trata-se de sua materialidade, da sua capacidade de produzir os objetos (ou, parafraseando Butler (2002) os “abjetos”) dos quais fala. Os discursos são perpassados por relações de poder que engendram campos de saber, fazendo parte de um campo de lutas onde os indivíduos interagem com o mundo produzindo e sendo produzidos por eles, através de mecanismos que asseguram a credibilidade e a naturalidade dos discursos. (FOUCAULT, 1998).

Os discursos, portanto, são constituídos por relações de poder que, longe de somente atuarem oprimindo e dominando sujeitos, operam na sua construção. Portanto, o poder deve ser entendido como uma relação de forças, que tem as características de “incitar, induzir, produzir, desviar, tornar fácil ou difícil, limitar ampliar, tornar mais ou menos possível” (Foucault, 1995, p. 243). Na perspectiva de Foucault, o poder não é algo que alguém ou um grupo detém, mas algo que circula, que funciona em rede, fazendo com que o sujeito não seja exterior a ele, mas um de seus efeitos. Opondo-se a idéia de um poder centralizado e sempre negativo, Foucault estabelece a interdependência do poder e da liberdade, visto que ele, como ações sobre ações dos outros, “só pode ser exercido sobre sujeitos livres”. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

É neste sentido que podemos falar de resistência. Para Foucault a resistência se dá necessariamente onde existe poder,

“(…) porque ela é inseparável das relações de poder; acontece que ela funda as relações de poder, da mesma forma que ela é o seu resultado; na medida em que as relações de poder estão em todos os lugares, a resistência é a possibilidade de cavar os espaços de luta e criar as possibilidades de transformação por todos os lugares.” (REVEL, 2002, p. 53)

⁷

A tradução é da autora.

Foucault iniciou sua teorização sobre a resistência em 1970 quando propunha a idéia resistência como transgressão. Na época, tratava-se de descrever a maneira pela qual um indivíduo singular, através de um procedimento que é em geral de escrita, chega de maneira voluntária ou fortuita, a confrontar os mecanismos de identificação, de classificação e de normalização presentes no discurso (REVEL, 2005).

Neste sentido, há sempre a possibilidade de reversão do jogo. Conforme Pocahy (2006), ao serem interpelados na posição de abjeto, muitos homossexuais se vêem diante de duas possibilidades: serem assujeitados ou ressignificarem suas vidas. A mesma idéia pode ser encontrada em Butler:

“Algumas vezes uma concepção normativa de gênero pode desconstruir uma pessoa, minando sua capacidade de viver uma vida viável. Outras vezes, a experiência de uma restrição normativa pode desconstruir uma concepção anterior de quem alguém é, para inaugurar um ser relativamente novo, com maior viabilidade como sua meta”. (BUTLER, 2004, p.1)⁸

Portanto, tão importante quanto entender como a norma é instituída e naturalizada, é definir os momentos em que seu sistema binário é desafiado, onde a coerência das categorias que institui é posta em questão (BUTLER, 2004). Assim, a autora também atenta para o potencial transformativo das ações políticas coletivas e das novas produções de saber que, agindo dentro do campo das estratégias do poder, podem instituir outro campo de verdades que contestem a norma.

Ao centralizar minha proposta de trabalho na forma como as mulheres fazem uma experiência de si dentro de um campo dinâmico onde verdades a respeito dos sujeitos sexuais são disputadas, é preciso retomar como o imperativo heterossexual foi sendo constituído no curso da história. No próximo item, portanto, procuro salientar como as relações de poder, articuladas através do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1998), fazem emergir sujeitos portadores de uma sexualidade e de uma sexualidade compreendida em termos de normal e anormal. A partir disso, apresento uma reflexão a cerca da heteronormatividade, um dos conceitos com o qual opero neste trabalho.

⁸

A tradução é da autora.

1.2.2 A heteronormatividade e a construção de identidades “desviantes”

Ao estudar as trajetórias de vida das mulheres desta pesquisa – homossexuais, lésbicas, bissexuais, entendidas - é preciso compreender a forma como a sexualidade heterossexual foi erigida como hierarquicamente superior moral e cientificamente que as outras formas de exercício da sexualidade. Da mesma forma, entender como – a partir da idéia de uma sexualidade inerente aos indivíduos - se produziu uma série de conceitos que “transformaram práticas em identidades, a partir do esquadramento que traçou as linhas divisórias do normal e do patológico” (NARDI, 2009).

Todavia, penso ser importante salientar que falar da construção do que foi denominado como homossexualidade feminina não significa dizer que somente a partir de determinado momento histórico as mulheres passaram a se relacionar sexual e afetivamente com outras mulheres. Ora, isto seria um borramento da história destas mulheres, visto que desde a Grécia antiga, pelo menos, pode-se encontrar uma produção cultural sobre as relações afetivas e sexuais entre mulheres⁹. A questão é de outra ordem: a partir do século XIX as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico passam gradativamente a receber uma nova atenção e passam a expressar uma verdade sobre quem as praticam, dando um novo estatuto a estes sujeitos.

A sexualidade passa a ser o eixo central no qual relações de poder e de saber se inter-relacionam, na qual se articula a verdade dos sujeitos e sua identidade. Segundo Foucault (1998), nos séculos XVII e XVIII ocorre uma explosão de discursos sobre este aspecto da vida humana. Interesses diversos como a expansão colonial, a industrialização e a necessidade de povoação e de mão-de-obra, bem como a organização das cidades e a disputa entre os Estados emergentes se associaram à produção de diferentes discursos sobre a procriação e a sexualidade. Os discursos religiosos, filosóficos e médicos passam a ter por alvo a população, as famílias e muito particularmente as mulheres. Surgem novas ciências como a demografia e a sociologia. No século XX, de par com os avanços da medicina, da psicologia, da psicanálise, aparece uma nova disciplina, a sexologia e seus novos especialistas, os sexólogos (e, posteriormente, as sexólogas).

⁹ A respeito disso ver Falquet (2004) e Swain, (2004)

A sexualidade torna-se cada vez mais objeto de saberes e poderes, de análises minuciosas, pesquisas, estatísticas e classificações (FOUCAULT, 1998).

Recusando a hipótese de um poder repressivo sobre o sexo, Foucault enfatiza a proliferação das técnicas de poder investidas sobre o sexo que o colocam, então, não em “um princípio de seleção rigorosa, mas, ao contrário, de disseminação, de implantação das sexualidades polimorfais” (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Para Foucault (1998), é a própria sexualidade que passa a ser produzida. Desta forma, ela não deve ser entendida como um dado da natureza, inerente aos indivíduos desde sempre. “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” (Foucault, 1998, p. 100). Foucault chama então de “dispositivo da sexualidade”, a forma como as técnicas de poder passam a incitar a proliferação de discursiva sobre o sexo. Por dispositivo da sexualidade Foucault compreende:

“(…) um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas. (...) o dito e o não dito (...)”. (Foucault, 2007c, p.244)

(...) funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfais e conjunturais de poder (...) e que (...) tem como razão de ser (...) proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada, controlar as populações de maneira cada vez mais global.” (Foucault, 1998, p. 101).

Este aparato histórico faz parte de uma rede complexa de regulação social que organiza e modela os corpos e comportamentos individuais. Segundo Weeks (2001) este dispositivo relaciona-se com o desenvolvimento da sociedade disciplinar, que é característica das formas modernas de regulação social. O poder não é proibição, mas “a forma da administração e do cultivo da vida” (WEEKS, 2001, p. 51). A sexualidade torna-se o meio de regulação ideal pelo qual o poder investe os corpos e por onde as tecnologias da gestão da vida se desenvolvem.

Neste contexto, importava observar e controlar a sexualidade das mulheres e das crianças, os comportamentos procriativos e demarcar as perversões sexuais. É aqui que surge o “homossexual” e as primeiras definições da “lésbica” como categorias distintas de sujeitos, marcados pela anomalia, pela patologização e reconhecidos por sua sexualidade. Antes da afirmação do dispositivo, as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas a partir de práticas como a sodomia, i.e., uma atividade condenável a que, no

entanto, qualquer um poderia sucumbir, sem que o sujeito que praticasse tal ato fosse identificado por ele (FOUCAULT, 1998; LOURO, 2005; WEEKS 2001; WELZER-LANG, 2002).

Weedon (1999) traça um panorama da forma como os sexólogos como Krafft-Ebing, Forel, Bloch e Havelock Ellis, no princípio do século XX, tiveram um papel crucial na patologização da homossexualidade de homens e mulheres. A autora, no entanto, centra sua análise mais na patologização das práticas sexuais entre mulheres e em sua própria produção discursiva. Segundo ela, estes cientistas identificaram a lésbica não somente como uma forma específica de indivíduo - diverso de outras mulheres ditas “normais” por uma diferença vista como biologicamente determinada - mas como um modo de comportamento e uma maneira de ser que afetava – se não minava – profundamente a feminilidade da mulher.

Segundo Weedon (1999) Krafft-Ebing afirmava que as mulheres lésbicas, por conta de sua orientação sexual, não somente rejeitavam as “amarras da feminilidade”, mas eram, na verdade, incapazes de comportamentos femininos. Esta tendência – entendida como biologicamente determinada - era manifesta em um comportamento masculinizado, que rejeitava as artes, as indumentárias e adereços femininos. A descrição que este cientista fez da lésbica era altamente atravessada por julgamentos morais; o que, no entanto, se legitimava no jogo de verdades que constitui o dispositivo da sexualidade pela via do discurso da ciência¹⁰.

Para Faederman e Erikson (1995) é importante observar que o aparecimento na Europa dos estudos dos sexólogos sobre as lésbicas tenha surgido pouco depois do nascimento do movimento feminista da primeira onda¹¹ e o aparecimento de maiores oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres. Para elas, o surgimento destas teorias foi uma boa oportunidade de ataque às feministas.

De fato as relações entre feminismo e a homossexualidade feminina tem sido marcadas por fortes tensões e rechaços por parte das primeiras – o que certamente foi mais forte em tempos

¹⁰ Se pensarmos com Foucault, a legitimação da verdade científica depende dos jogos de verdade de cada época e, neste sentido, não podemos separar o julgamento moral do argumento científico, ele esteve sempre presente na legitimação e na afirmação do que é ‘pesquisável’ e de que forma pode ser pesquisado.

¹¹ As ondas são compreendidas pelas diferentes prioridades que os movimentos dão na defesa dos direitos das mulheres. A primeira onda se caracterizou pela busca do reconhecimento legal da igualdade de direitos: direito ao voto, ao trabalho, etc. É um período geralmente associado à primeira metade do século 20. (NARVAZ e KOLLER, 2006)

passados, mas que ainda permanece. Em seu livro *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir dedica todo um capítulo a “lésbicas”. Conforme Swain (1999) inicialmente ela descreve as relações eróticas entre mulheres de forma quase ideal, onde as desigualdades entre as amantes e a violência estariam abolidas. Apesar disso, traça um retrato bastante desfavorável da “lésbica”: a feia, mal amada, temerosa do confronto com seus opositores homens; uma fracassada na arte da feminilidade que acaba buscando refúgio nos braços de outras mulheres e compensação por sua feiúra na aquisição de características viris. Neste sentido, mesmo feministas do porte de Beauvoir não conseguiram escapar uma leitura heteronormativa da homossexualidade feminina e, poderia se acrescentar, da sexualidade feminina como um todo.

A patologização – ou sua bestialização - do lesbianismo foi usada, também, como uma forma de atribuir descrédito a mulheres com aspirações intelectuais e de independência, além de reforçar ideologias de domesticidade e maternidade como esferas naturais da vida da mulher. Portanto, imagens heterossexistas do lesbianismo tornaram-se uma ferramenta de controle sexista das mulheres e uma forma de manter a instituição da heterossexualidade (WEEDON 1999; FAEDERMAN & ERIKSON, 1995).

Este último aspecto reforça o argumento de Jackson (2005) quando este afirma a necessidade de compreendermos melhor as interconexões entre a heterossexualidade (vista aqui não somente como uma forma de prática erótica, mas em sua imposição enquanto a prática correta, sua instituição enquanto norma) e o gênero (entendido pelo autor como uma divisão social fundamental). Ele e outros autores concordam em afirmar que a instituição da heterossexualidade como forma correta e natural de exercício da sexualidade não somente estabelece os sujeitos “desviantes”, como também delimita aquilo que cada gênero pode fazer, parecer, e desejar, sem cair no domínio da anomalia ou do erro (BUTLER, 2003; WELZER-LANG, 2001; LOURO, 2005).

É importante pensar o quanto à definição do perverso (no caso o homossexual) serviu como suporte e definição do sujeito considerado normal, o heterossexual. Ao comentar este processo, Weeks (2001) afirma que uma definição da heterossexualidade como norma foi sendo constituída através da tentativa de definir a homossexualidade, isto é, a forma anormal da sexualidade. Esse “novo esforço classificador” está aliado a uma tentativa de definir

características “verdadeiras” sobre homens e mulheres, fixando e classificando diferentes características e tipos sexuais. (WEEKS, 2001). Daí sua relação intrínseca com o estabelecimento dos binarismos de gênero: homem x mulher, homo x hetero, passivo x ativo, entre tantos outros.

Segundo Louro (2005) é este processo que dá sustentabilidade à heteronormatividade, ou seja, a suposição de homens ou mulheres deveriam - desde que não houvesse nenhuma falha no seu desenvolvimento - ser heterossexuais. A instalação da homofobia, ou, no caso específico da lesbofobia, é uma consequência deste processo.

Jackson (2005) vê como um dos precursores dos estudos sobre a heteronormatividade o conceito de heterossexualidade compulsória, cunhado por Rich (1999). Para o autor, é importante preservar o legado deste último sobre o primeiro: o de que a heterossexualidade normativa e institucionalizada serve tanto para manter a maioria da população dentro de seus limites, quanto para punir aqueles que avançam suas fronteiras. Desta forma, a norma produz impactos significativos não somente no “outro” homossexual (compreendendo aqui toda a sorte de identidades sexuais); mas também as performances gendradas de heterossexuais (onde ela aparece naturalizada).

Circunscrever seu domínio ao dos tidos como “desviantes” poderia nos conduzir a vários riscos: subestimar sua penetração no tecido social e desconsiderar sua implicação nas identidades “dentro” da norma (não existe só uma forma de ser hetero); não levar em consideração suas intrínsecas relações com o gênero; por fim deixar-nos conduzir ao erro de que entender que ela se refere somente ao estudo das sexualidades “desviantes”, restringindo a importância de sua contestação para o corpo social.

Segundo Butler (2003; 2001), embora a heterossexualidade tenha ganhado o caráter de “natural” ou “normal”, enquanto forma de viver o erótico, ela se produz nas articulações do dispositivo de poder tanto quanto as outras formas de experiência o erótico, tais como a homossexualidade, a bissexualidade ou a transsexualidade (embora, é claro, aqueles/as que se constituem na heterossexualidade gozem de certos privilégios). Cabe registrar que estas categorias – homossexual, heterossexual, bissexual, transsexual – só fazem sentido quando compreendidas dentro do espectro das relações de poder articuladas pelo dispositivo da

sexualidade e, portanto, nada tem de essenciais ou naturais aos sujeitos; são antes produtos destas mesmas articulações. Para Wittig (1992), por exemplo, as próprias categorias “homem” e “mulher” não podem ser compreendidas se não em relação à matriz heterossexual, porque é a própria heteronormatividade - entendida como um contrato heterossexual - que reduz os significantes “mulher” e “homem” ao par heterossexual, vistos como naturais e biológicos. Para ela,

“A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime somente lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros; oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominados. Constituir a diferença e controlá-la é um ato de poder, já que, essencialmente, este é um ato normativo.” (WITTIG, 1992, p. 29)¹²

Não fosse assim, não seriam necessários investimentos reiterados para garantir a heterossexualidade seu status de naturalidade e de normalidade. Leia-se que, a partir de Wittig, é possível compreender que garantir este status a heterossexualidade é também garantir a estabilidade das normas de gênero, visto que os “homens” e “mulheres” tidos como “verdadeiros” ou “normais” são aqueles que expressam a relação heterossexual. Frequentemente, uma atitude ou um trajeito que não corresponda às performances de gênero tidas como aceitáveis e satisfatórias, é entendida como uma infração ao gênero que aquele indivíduo “possui”, o que faz com que, por exemplo, que um menino que não goste de jogar futebol ou que brinque com bonecas possa ser chamado de “mulherzinha”. Ou que, a propósito desta pesquisa, uma mulher com filhos, ao reivindicar uma identidade lésbica, passe a ser questionada em sua capacidade de cuidar do filho.

Visto desta maneira, podemos concluir que a homofobia e o heterossexismo fazem parte também de uma vasta rede de mecanismos destinados a manter a coerência entre o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade. No próximo item deste capítulo, desenvolverei mais profundamente os conceitos de homofobia e heterossexismo, tentando aclarar seu contexto de emergência e a criação de suas eventuais linhas de especificidade (como a lesbofobia, por exemplo).

¹²

Tradução da autora.

1.2.3 – Heterossexismo, homofobia, lesbofobia – os nomes da opressão.

Neste item minha intenção não é a de esgotar as possibilidades de análise a que práticas como o heterossexismo ou a homofobia remetem. No entanto, creio que seu estudo se torna mais interessante a partir das vivências das entrevistadas. Apesar disso, visto que são termos que tem diferentes conotações e modificações ao longo do tempo, cabe aqui trazer um pequeno histórico de sua emergência e do tratamento político que vem recebendo.

De forma sintética, a homofobia seria uma forma de preconceito – podendo ou não gerar discriminação¹³ – contra homossexuais (RIOS, 2007). O termo emerge nos anos 70, nas pesquisas do psicólogo norte-americano Weinberg, quando este procurava identificar os traços do que ele chamou de “personalidade homofóbica” (RIOS, 2007; HEREK, 2004; NARDI, 2009). Como psicólogo de sua época, Weinberg desenvolveu o conceito de homofobia nos termos de um medo irracional, de caráter psicológico e que pode deflagrar uma reação de evitamento ou de agressão, a toda - e contra toda - a situação, comportamento ou pessoa tida como homossexual. De acordo com ele:

“Eu cunhei o termo homofobia significando a fobia a homossexuais. Era um medo de homossexuais que parecia estar associado com um medo de contágio, um medo de reduzir as coisas pelas quais a maioria lutava: o lar e a família” (WEINBERG, apud HEREK, 2004, p. 07) ¹⁴

O termo fobia, usado pela psiquiatria e pela psicologia, é por elas definido como um sintoma psicológico no qual o contato com determinado objeto, situação, animal deflagra uma reação de pânico e angústia aparentemente incontrolável pelo indivíduo (CHEMAMA, 2002). No entanto, as manifestações de ódio e violência contra LGBT’s não podem ser circunscritas à categoria psiquiátrica da fobia. Caso esta fosse esta a questão, restaria entender que o “portador” da homofobia seria alguém em sofrimento que carecesse apenas de tratamento psicológico e psiquiátrico. As reações e os efeitos relacionados à homofobia vão, certamente, muito além do medo psicológico. Como define Daniel Borrillo, a homofobia é “uma manifestação arbitrária, que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Sua diferença irreduzível o coloca em outro local fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2000, p. 3). As

¹³ O autor entende por preconceito as “percepções mentais negativas em face de indivíduos e grupos socialmente inferiorizados”. A discriminação é por ele definida pela “materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação dos direitos dos indivíduos e dos grupos.” (RIOS, 2007, P.112)

¹⁴ A tradução é da autora.

manifestações de homofobia demonstram o ódio e a repulsa, a hierarquização do humano que podem ser comparadas ao racismo ou a xenofobia. Esta definição é a que sustentamos nesta pesquisa.

Apesar de sua origem/caráter psicológico, a apropriação do termo pelos movimentos sociais e sua utilização na denominação de programas governamentais aponta para uma inflexão do dispositivo da sexualidade na atualidade (NARDI, 2008), ao denunciar a opressão, seus efeitos políticos e de sofrimento na vida das pessoas - que podem bem ser da ordem do sofrimento psíquico, mas que certamente vão muito além.

Herek (2004) apontou a importância política e estratégica que o surgimento do termo teve para as reivindicações de justiça do movimento homossexual, ao difundir a crença de que este tipo de hostilidade e violência que necessitava de análises mais aprofundadas e intervenção. É possível reconhecer o papel que a criação do termo (bem como seus correlatos) desempenha na disputa pública por direitos e por um tratamento igualitário, sendo largamente utilizado em programas governamentais na área da saúde, da educação e de direitos humanos (evidenciada pelo próprio Brasil sem Homofobia), bem como em projetos e ações realizados pela sociedade civil.

Apesar de sua conotação psicológica, para fins deste estudo prefiro utilizar a acepção que Borrillo (2000; 2009) deu ao termo homofobia: uma prática hostil, uma expressão de ódio e violência contra homossexuais, que determina lugares aos sujeitos. Neste sentido, tem suas raízes no heterossexismo, que pode ser definido, segundo Welzer-Lang (2001), como discriminação e opressão baseadas na distinção feita sobre a orientação sexual.

“O heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e pelos indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo em opinião contrária”. (Welzer-Lang, 2001, p. 467-468)

Sob este ponto de vista, podemos compreender que a homofobia torna-se quase um subproduto do heterossexismo e sua diferenciação por vezes não parece muito clara. Isso ocorre por que não parece possível analisar um termo sem a presença do outro, visto que não ocorre que haja homofobia sem que o heterossexismo esteja presente. Isto talvez fosse possível se considerássemos posições “politicamente corretas” a cerca da homofobia, onde se poderia até “aceitar” a homossexualidade como parte do repertório sexual de alguma sociedade, ainda que

débil, precária, e deixar que ela exista ali onde ela esta. No entanto, esta atitude de suposta “aceitação” não esconderia em si a idéia da supremacia da heterossexualidade sobre as outras formas de expressão da sexualidade, dando-lhe um tom quase paternalista? Poderíamos considerar isto ausência de homofobia ou poderíamos considerar isto como mais um mecanismo de dominação que consiste em “ocultar as práticas discriminatórias advindas do grupo dominante e evidenciar a idéia de uma deficiência estrutural dos dominados”? (BORRILO, 2009, p. 29)

Outro conceito que é importante analisarmos conjuntamente com o de homofobia é o sexismo, pois “não se pode pensar a homofobia sem levar em conta as relações sociais entre os sexos e as sexualidades” (BORRILO, 2009, p.24). Welzer-Lang (2002), ao estudar o processo de constituição de masculinidades viris, retrata a maneira como homens se constroem social e historicamente como opostos a feminilidade, entendida e vista como um atributo essencial aos corpos das fêmeas. No processo que se desencadeia naquilo que o autor chamou de “a casa dos homens”, toda e qualquer aproximação com atributos tidos como femininos são duramente rechaçados. Para se ser um “homem de verdade” (leia-se heterossexual) é preciso que não se seja nunca passivo, sentimental, fraco, feminino, mulher. Qualquer deslize poderia prejudicar esta identidade de “macho”. Neste sentido, já é possível vislumbrar a conexão existente entre homofobia e sexismo.

O sexismo seria a atitude discriminatória, misógina em relação aquilo que se convencionou entender por mulher. É um conceito que se refere às desigualdades entre os gêneros, para a desvantagem das mulheres. Para Borrillo (2009) o sexismo é uma ideologia que organiza as relações entre os sexos, premiando o masculino com a esfera pública e política e relegando o feminino a esfera domestica e íntima. Para ele, o sexismo guarda relações intensas com a homofobia, no sentido em que subordina o feminino ao masculino bem como os significados atrelados a estes termos, fundamentando também a hierarquização das sexualidades e a homofobia.

Desta forma entendidas, homofobia, heterossexismo e sexismo fazem parte de um aparato que procura delimitar as fronteiras do gênero, circunscrevendo as performances de gênero e as identidades sexuais. Funcionam a custo do menosprezo e da desumanização do outro, mantendo a

supremacia da heterossexualidade: do homem heterossexual sobre a mulher (em todas as expressões de sua sexualidade), sobre os gays, as/os travestis, as/os transexuais.

Para Borrillo (2000; 2009), nas sociedades marcadas pelo machismo e pela dominação masculina, a homofobia aparece como componente fundamental de um sistema binário que sustenta os pares opostos homo/hetero, masculino/feminino, homem/mulher, ativo/passivo, constituindo-se em uma espécie de “vigilância do gênero”, visto que a virilidade deve se organizar em torno da negação do feminino e do rechaço a homossexualidade.

Se considerados os sujeitos a quem se destina o sexismo e a homofobia, é possível indagar que, no caso do primeiro, seu alvo principal sejam as mulheres e no caso do segundo, os homossexuais em geral. É claro que é possível argumentar o contrário, tendo em vista a imbricação existente na trama destes conceitos. Neste sentido, heterossexismo me parece um termo mais amplo, que engloba uma gama diversa de manifestações preconceituosas e discriminatórias bem como de alvos. Na trama das definições e das identidades, no entanto, percebem-se cada vez mais reivindicações de especificidades do fenômeno da discriminação e do preconceito, atreladas as diversas identidades que emergem no cenário das políticas de identidade (a emergência de uma LGBTTFobia).

Assim surge a Lesbofobia, como uma discriminação e violência dirigida especificamente às mulheres homossexuais ou bissexuais. Borrillo (2009) explica que esta especificidade pode ser relacionada ao fato de que as homossexualidades femininas (ou, para usar seu termo, as lésbicas) sofrerem com uma dupla opressão: aquela que confere a seu gênero um status inferior ao dos homens, e a uma sexualidade que, como se não bastasse, ainda se coloca como “fora da norma”. Assim ele interpreta a lesbofobia como “um acúmulo de discriminações” (BORRILLO, 2009, p. 23).

Entretanto, no meu ponto de vista, malgrado as persistentes desigualdades de gênero no país, a referência a “um acúmulo de discriminações deve ser vista com um certo cuidado, pois pode dar a entender que o simples fato de ser mulher e ter práticas homoeróticas tornaria as mulheres mais discriminadas e vítimas de homofobia que os homens homossexuais. A idéia do acúmulo subsume o fato de que as intersecções entre o gênero e a sexualidade ensejam diferentes dinâmicas de discriminação homofóbica e heterossexista, que se complexificam ao se unirem a

outros pertencimentos como classe social, geração, faixa etária, raça/cor. O próprio Borrillo (2000, 2009) afirma que as relações sociais de gênero dão uma dinâmica diferenciada à lesbofobia.

No entanto, a experiência no CRDH demonstrou que, ao menos pelos dados obtidos nos anos de 2007 e 2008, as denúncias de discriminação contra mulheres homo e bissexuais apareceram sempre em menor número se comparadas as de homens homossexuais e bissexuais. É claro que os motivos para esta menor incidência podem ser variados, mas certamente se relacionam também com a forma com que estas mulheres experimentam esta violência e a ela atribuem valores. A grande maioria de minhas entrevistadas, por exemplo, considera que os homens homossexuais são mais alvos de discriminação do que as mulheres. Esta impressão das mulheres pode ser explicada pela experiência recorrente com o sexismo, o que faz com que a discriminação seja de alguma forma “banalizada” por estas mulheres, tendo em vista as desigualdades que marcam as relações de gênero: quase como algo com o qual “sempre se conta”.

No entanto, ainda que a adoção de um estilo mais feminino¹⁵ possa as proteger de perseguições, fazendo com que sejam menos alvo de declarada discriminação que os gays, isso não pode ser interpretado como uma maior tolerância e aceitação das relações afetivas e sexuais entre mulheres. Como o próprio autor afirma, esta aparente “indiferença pode ser sinal de uma depreciação ainda mais forte” que submete a sexualidade feminina ao desejo masculino, fazendo com que estas “relações eróticas e afetivas tornem-se impensáveis” (BORRILLO, 2009, p. 23) e , eu acrescentaria, podendo torná-las socialmente mais invisíveis.

Os trabalhos de Meinerz (2003) e Aquino (1992) relatam as possibilidades das mulheres homossexuais e bissexuais, diante dos constrangimentos sociais (como a possibilidade de ser alvo de preconceito e discriminação), de jogar com a flexibilidade culturalmente construída na relação entre mulheres. De acordo com Pecheny (2004, p.19) “em um contexto homofóbico, a capacidade de dissimular constitui um recurso de proteção” (PECHENY, 2004 p.19). Entretanto, nem sempre

¹⁵ É importante frisar que adotar um estilo mais ou menos condizente com os valores de feminilidade vigente pode até proteger da lesbofobia, mas vai muito além disso e se refere a adoção de um estilo, escolhas éticas que se referem as formas de subjetivação destas mulheres.

é possível viver sob este “manto de invisibilidade”; nem sempre é isto que se quer pra si. É claro que toda a mulher que “ousa” dar visibilidade as suas relações homoeróticas e que atravessa os limites impostos ao seu gênero criando “novas feminilidades” ou mesmo “masculinidades lésbicas”¹⁶ sabe que pode ser alvo da discriminação e preconceito declarados.

Dados obtidos junto à ILGA¹⁷ (2006) sobre uma enquete com mulheres lésbicas na França, demonstram que 57% das informantes haviam sofrido discriminação lesbofóbica. Os dados também demonstravam que 43% destes casos haviam sido vivenciados em locais públicos e 44% dentro de suas famílias. Estes dados, embora oriundos de outro contexto social, podem nos ajudar a pensar o quanto à discriminação ainda é uma realidade dura enfrentada por mulheres homossexuais e também refletir sobre e o número alto de violações dentro do âmbito da família. Em nosso meio, encontramos incidência semelhante às acima referidas. Dados construídos por pesquisa conduzida na Parada Livre de Porto Alegre (BENEDETTI & KNAUTH, 2004) revelam que 52% das informantes já haviam sofrido discriminação.

Os estudos estatísticos sobre a incidência da discriminação e violência contra homossexuais no Brasil são restritos, sendo encontrado um levantamento das Paradas do ‘Orgulho Gay’. Em Porto alegre, a participação de mulheres homossexuais e bissexuais tanto na parada, quanto na enquete tem se mostrado numericamente inferior aos homens (BENEDETTI & KNAUTH, 2004).

Por enquanto, deixemos um pouco de lado esta discussão; afinal ela será matéria para a análise dos enunciados evidenciados nas trajetórias das entrevistadas, onde poderá ser mais aprofundada.

¹⁶ Termo usado por Lacombe (2007) em sua pesquisa etnográfica sobre socializações lésbicas, feita em um botequim no Rio de Janeiro. Explicitando as autodenominações e das performances corporais, ela buscou desvendar modos alternativos de construção de masculinidades que tem como suporte o corpo das mulheres.

¹⁷ Sigla para ‘International Lesbian and Gay Association’.

2. Da Abordagem Metodológica

A abordagem metodológica empreendida nesta pesquisa se produz em três momentos. O primeiro, a orientação por uma perspectiva genealógica, embasada no aporte teórico de Michel Foucault. O segundo refere-se a produção dos dados para a pesquisa, orientados pela perspectiva de entrevistas baseadas na abordagem das trajetórias de vida. O terceiro refere-se à maneira como será construída a análise dos dados, orientada pela perspectiva da análise dos enunciados segundo a Arqueologia do Saber de Michel Foucault.

2.1 A Perspectiva Genealógica

Como já afirmado, este trabalho pretende compreender os processos de subjetivação das mulheres não-heterossexuais que denunciaram situações de violência e discriminação ao Centro de Referência no Combate e Prevenção da Homofobia “Rompa o Silêncio”. Perseguindo este objetivo, o estudo busca descrever e analisar a forma como estas mulheres têm se constituído, em uma determinada relação consigo, a partir da compreensão dos jogos de verdade que têm balizado a experiência de si, tomando a sexualidade como centro de problematização.

Para Michel Foucault (2004a), problematizar é refletir sobre o conjunto de práticas discursivas que fazem algo entrar no jogo do verdadeiro e do falso e que o constitui em objeto para o pensamento (quer seja sob a forma de uma reflexão moral, do conhecimento científico, de análise política, etc.).

Neste sentido a pesquisa seguirá uma perspectiva genealógica, concebida por Foucault e descrita por Revel (2005) como um método que pretende desalojar os saberes históricos, como uma forma de oposição e luta contra o discurso responsável pela norma, no caso desta pesquisa, da norma da heterossexualidade compulsória. A genealogia não busca no passado apenas os traços dos acontecimentos singulares, mas busca as condições de possibilidade para os acontecimentos atuais, permitindo que brote da contingência que nos faz ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar aquilo que somos fazemos ou pensamos. (REVEL, 2005)

Considero a abordagem genealógica como possibilidade de dar visibilidade aos jogos de verdade que legitimam os discursos e práticas que objetivam as homossexualidades femininas, prestando especial atenção às possibilidades de ruptura/continuidade com os padrões estabelecidos pelos dispositivos da sexualidade, enunciados nas trajetórias de vida das entrevistadas.

Segundo Foucault (2007a), ao genealogista cabe constituir um saber histórico das lutas, privilegiando a produção de saberes locais, normalmente considerados ilegítimos, desacreditados. A genealogia, desta forma foge das meta-narrativas totalizantes e lineares da história, buscando “assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda a finalidade monótona” (Foucault, 2007a, p.15). O genealogista busca nas fissuras, nas descontinuidades, a emergência dos saberes e das práticas que nos constituem como sujeitos do presente.

A genealogia se opõe à pesquisa das “origens”, ela não busca a origem, uma identidade anterior à experiência, um significado pré-existente. Ela busca estranhar aquilo que nos parece mais familiar, mais inequívoco, explicitando a forma histórica como os saberes e seus objetos são constituídos.

“O genealogista não pretende descobrir entidades substanciais (sujeitos, virtudes, forças) nem revelar suas relações com outras entidades (...). Ele estuda o surgimento de um campo de batalha que define e esclarece o espaço. Os sujeitos não pré-existem para em seguida estarem em combate e harmonia (...) os sujeitos emergem num campo de batalha e é somente aí que desempenham seus papéis.” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 122).

Assim, proponho, a partir das trajetórias de vida das mulheres que acessaram o CRDH, compreender como a possibilidade oferecida por uma política pública de denúncia das discriminações e violências vividas, tensiona ou não o heterossexismo e a homofobia que marcaram a experiência de si destas mulheres. Nestas trajetórias, contextualizadas em um espaço político e cultural próprio ao nosso tempo, busquei elementos para a elaboração de uma pesquisa genealógica orientada.

2.2 Trajetórias de vida – o que está em questão quando alguém fala de si?

Ao buscar compreender os processos de subjetivação de mulheres que buscaram auxílio junto ao centro de referência, meu objetivo era o de analisar os enunciados referentes à discriminação contra as práticas homossexuais femininas frente à atual inflexão do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1998; NARDI, 2009), a partir da experiência vivida e relatada por minhas entrevistadas.

A partir disso, busquei como ferramenta metodológica a reconstrução das trajetórias de vida dos sujeitos desta pesquisa – na forma de entrevistas - como meio de poder acessar os enunciados que evidenciam os jogos de verdade que balizam a experiência de si destas mulheres, a forma como se colocam no mundo, como avaliam as formas pelas quais são interpeladas cotidianamente em sua condição de gênero e orientação sexual.

Assim, procedi fazendo uma seleção dos sujeitos que poderiam fazer parte deste estudo, feita com o consentimento e o auxílio da ONG nuances. Diante das possibilidades, quis construir um grupo de mulheres que pudesse de certa forma, “representar” as diferentes inserções de classe social, etnia, escolaridade e geração, correspondente ao universo de “sujeitas” que buscaram o CRDH.

Meu interesse, no entanto, não era o de generalizar as conclusões derivadas da análise das entrevistas, tal qual em uma pesquisa de cunho positivista. Nem tampouco o de compreender as falas provenientes das narrativas das entrevistadas como puramente da ordem do individual e subjetivo. Era preciso encontrar uma ferramenta teórica que condissesse com o horizonte teórico – portanto ético e estético – da pesquisa.

A escolha da metodologia da trajetória de vida (abordagem biográfica) para as entrevistas se fez, pois, através dela é possível abordar o coletivo pelo individual, o que nos permite entrar em contato com aspectos da vida destas mulheres, facilitando, assim, o estudo das trajetórias a partir do meio social no qual são constituídas – enquanto alvo de saberes que tem como objeto de estudo – e se constitui – em uma relação ética consigo mesmas através dos jogos de verdade que ali se articulam (CABANES, 2000). Deste modo, o relato de si durante a entrevista pode fornecer elementos sobre como as entrevistadas se colocam diante das condições de sua constituição como sujeitos.

Na abordagem da trajetória de vida é possível compreender as múltiplas especificidades que perpassam a vida das entrevistadas, assim como os contextos sociais no seio dos quais elas estão inscritas, pois a narrativa de si é também um relato das práticas de seu grupo social e da forma como tais práticas contribuem para reproduzir ou transformar tal mundo. Ainda, na abordagem biográfica, é possível identificar o lugar de onde o sujeito fala e as condições de possibilidades para que alguns enunciados surjam em exclusão de outros, ou seja, que discursos tomam forma de verdade numa relação de saber-poder.

Ao buscar justificar o uso da abordagem biográfica como fonte de conhecimento científico, Ferrarotti (apud BUENO, 2002) argumenta que toda a práxis humana pode revelar as apropriações que os indivíduos fazem de seu mundo social, incorporando-as e traduzindo-as na tarefa de narrar sua história. Desta forma, como argumenta Bueno (2002), reconhecer a subjetividade expressa nos relatos de vida individuais significa compreender que a vida humana se manifesta como síntese e através de uma história social, a qual é apropriada pelo sujeito, sobre a qual ele reflete e produz uma estética de vida.

Desta forma, é importante ressaltar que ao utilizar-me de entrevistas, orientadas pela abordagem biográfica, procuro também afastar o risco de que as trajetórias aqui analisadas sejam vistas como estudos de casos. Ao contrário disso, o que procuro fazer aqui é, ao levantar os enunciados provenientes destes relatos, relacioná-los ao contexto histórico e local que faz parte do contexto de vida das entrevistadas. Não se pode inferir, no entanto, que aqui teremos uma relação causal entre a história social e a individual. Como propõe Moreira (2008) esta relação é de total implicação já que, num ponto de vista foucaultiano – afirmado nesta pesquisa – o sujeito é produzido socialmente, mas também produz ativamente o campo social.

Pensando no argumento anterior, a escolha por entrevistar mulheres que buscaram auxílio junto ao centro de referência, se fez, para além dos objetivos propostos na pesquisa, também por uma delimitação metodológica. Ao selecioná-las, enquadrei-as naquilo que Bertaux (2003) chamou de categoria de situação, que significa um conjunto de pessoas que se encontra em determinada situação social. No caso desta pesquisa, a categoria de situação são as mulheres que, inseridas em um contexto social onde persistem as desigualdades de gênero, onde a maioria das instituições prescritivas ainda são heteronormativas (escola, família, igreja, direito), tiveram a possibilidade de apresentar denuncia sobre as discriminações que sofreram utilizando-se de um

programa nacional de proteção aos LGBT que promove e financia o centro de referência em questão (e não outro) realizado pela ONG em questão (e não outra).

Desta forma é possível, através desta ferramenta de pesquisa, analisar um fragmento particular do contexto sócio-histórico e compreender seu funcionamento e sua transformação, enfatizando as relações sociais, os mecanismos, os processos, nas lógicas de ação que o caracterizam. Nesta perspectiva, a pessoa entrevistada é convidada a passar sua experiência por um filtro, na medida em que se anunciará o assunto do qual se trata esta pesquisa. Neste estudo, utilizei como fio indutor do relato e ao mesmo tempo como filtro que centraliza a narrativa na questão principal da pesquisa a pergunta: ***como a questão do preconceito e da discriminação tem aparecido na tua vida?***

A pergunta inicial teve como objetivo estimular a entrevistada a formular um relato de sua vida através da perspectiva de sua experiência face ao preconceito e a discriminação, buscando também levar em consideração os lugares, períodos da vida nas quais estas ocorreram, as angústias suscitadas e as estratégias de enfrentamento elaboradas.

Apesar da pergunta central, as entrevistas eram abertas e sem uma estrutura fixa; a idéia era deixar a entrevistada falar o mais livremente possível, pontuando, aqui e ali, pontos que eu gostaria de abordar ou aprofundar. Por isso me pareceu pertinente, no caso em que o relato não ocorresse espontaneamente, ter uma espécie de guia dos tópicos que gostaria de abordar, sem buscar dar uma forma fixa à entrevista. Alguns destes tópicos envolviam os acontecimentos em torno do momento em que passou a interessar-se eroticamente por outras mulheres, as sensações e acontecimentos diante de seus familiares, na escola, nas relações de trabalho e de amizade. Como o foco deste projeto centra-se, também, na perspectiva da denúncia das violações, fez-se importante também o questionamento acerca das condições que motivaram a entrevistada a realizar a denúncia e os caminhos pelos quais percorreu até chegar ao CRDH Rompa o Silêncio.

Nem sempre todos os tópicos foram abordados e isso por algumas razões simples: alguns não faziam muito sentido na trajetória relatada, outros por meu interesse (e também da entrevistada) em explorar aquilo que julgamos ser mais interessante na narrativa. Assim, as

entrevistas não resultaram homogêneas na abordagem dos tópicos – o que certamente trouxe algumas complicações na análise do corpus – mas permaneceram ricas e interessantes.

A partir disso, cabe aqui refletir a cerca do que entra em questão quando alguém narra parte de sua trajetória de vida. No livro *Giving an account of oneself* (BUTLER, 2005b), Judith Butler nos dá algumas pistas. Neste livro, no qual trata sobre ética, Butler argumenta sobre as condições nas quais um determinado sujeito se encontra para dar um relato de sua vida. Para tanto, ela parte da seguinte pergunta: a postulação de um sujeito, cujas condições de emergência nunca podem ser completamente narradas, mina a possibilidade de responsabilidade e, em particular, as condições para que de um relato de si?

Para Butler (2005b), a demanda para que um sujeito forneça um relato de sua vida a outro, de forma a justificar suas ações e seu modo de ser, expõe as estruturas de endereçamento que estão na base de toda a narrativa. O que quer dizer que “eu” ofereço um relato a “você” e “você” me chama a ser “eu mesmo” no próprio ato de reivindicar este relato. Para ela falar é sempre falar *para*.

Neste sentido, cabe uma reflexão a cerca da interlocutora a quem as entrevistadas fornecem seu relato; quem é este sujeito que interpela e para o qual se fala? Estou aqui me referindo a um sujeito real, que se senta a frente da entrevistada e a ela dirige perguntas: a própria pesquisadora. Fazer esta reflexão implica em pensar que nesta interlocução se produz algo que poderia ser diferente caso a pesquisadora fosse outra e tivesse outros pertencimentos profissionais, sexuais, étnicos.

Assim, não posso deixar de pensar que, no momento da entrevista, não é somente a pesquisadora que está ali. Para as mulheres entrevistadas estava ali também a psicóloga, a psicóloga do Centro de Referência, a participante do grupo nuances. A grande maioria das entrevistadas já havia tido contato comigo no nuances, algumas até mais do que uma vez. Assim, as falas das entrevistadas também podem estar entrecortadas por estes espaços que ora ocupo. De fato, quanto ao fato de ser eu psicóloga, acredito que isto tenha sido mais notado porque, por mais que a intenção não fosse esta, senti que muitas vezes as entrevistas acabavam tendo um viés confessional, quase clínico, entrecortado por enunciados do tipo “tu como psicóloga” ou “tu é psicóloga, tu sabe disso”. Isto não necessariamente “atrapalhou” as entrevistas, mas lhes deu um

toque mais confessional, o qual foi considerado na análise como um elemento que integra os jogos de verdade que constituem as possibilidades de enunciação destas mulheres.

2.3 A construção da análise

Os materiais produzidos para esta pesquisa consistiram nos relatos das entrevistas com as mulheres, feitas a partir do referencial das trajetórias de vidas. As mesmas foram produzidas e posteriormente transcritas, de forma a possibilitar sua análise e manuseio. Na análise destes relatos, o foco principal foi dado aos enunciados que tivessem relação com a forma com a qual estas mulheres experimentam a discriminação e o preconceito em suas vidas, bem como as formas com as quais tem enfrentado tais situações. Enunciados que dão sentido à forma como as participantes deste trabalho percebem a discriminação referente a si próprias e aos outros, às estratégias de enfrentamento, ao seu encontro com a política pública foram particularmente importantes para mim.

A análise dos enunciados se fará com base na Arqueologia do Saber (2004b). Nesta obra Foucault nos esclarece que a análise dos enunciados e das formações discursivas busca o princípio sobre o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Busca estabelecer **uma lei de raridade** o que compreende que nem tudo é sempre dito, existem condições de possibilidade para que um enunciado surja, a exclusão de outros.

Seu valor não é compreendido a partir de um significado subjacente que estaria atrás daquilo que efetivamente foi dito. Portanto, se considera seu valor não pela presença de um conteúdo secreto, mas pelos lugares que ocupa e sua capacidade de circulação. O domínio enunciativo está inteiro em sua própria superfície, ocupando um lugar que só a ele pertence. A descrição consiste em pensar sua posição singular, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola em sua dispersão geral.

O domínio enunciativo não pode tomar como referência um sujeito individual, subjetividade transcendental, mas ser descrito como um campo anônimo cuja configuração define o possível dos sujeitos. (FISCHER, 1997).

A análise dos enunciados na perspectiva arqueológica segue preceitos que não tomam o/a autor/a como ponto de partida ou origem de um enunciado. Nos discursos, existe um lugar vazio que pode ser ocupado por diversos indivíduos (FISCHER, 1997). É preciso, desta forma, sempre, levar em consideração a posição que os sujeitos ocupam na dinâmica discursiva de determinada época. Na Arqueologia, o discurso é visto como um bem finito, limitado, útil, desejável, que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e utilização. A descrição consiste em pensar a posição singular que ele ocupa. Assim sendo, é fundamental pensar desde que lugar o sujeito fala, pois o valor dos enunciados, em Foucault, não é definido por sua ‘verdade’ mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e troca, sua possibilidade de transformação.

A questão dos jogos de verdade e a substituição progressiva do termo ‘discurso’ por ‘regimes de verdade’ aparece posteriormente na obra de Foucault. No entanto, referência à Arqueologia se mantém, pois é nela que Foucault elabora de forma mais precisa sua forma de análise dos arquivos e documentos, sendo que aqui o documento é o texto produzido pela entrevista, assim com a legislação, as políticas públicas e a produção teórica em torno da temática. Esta utilização das ferramentas propostas por Foucault é sempre uma ‘utilização’ cuja pertinência, acredito, não deve ser julgada pela sua ‘fidelidade’ ao autor, mas pela coerência interna e potência de análise.

3. A Constituição do Campo

O campo desta pesquisa abarca três níveis: a trajetória do movimento homossexual no Brasil (hoje também chamado movimento LGBTT) e do grupo Nuances, procurando mostrar um pouco de seu ideário e de sua atuação. O programa nacional de combate à homofobia Brasil Sem Homofobia e a criação do CRDH “Rompa o Silêncio”, abordando a forma como ele tem funcionado e apresentando alguns dados referentes às mulheres que acessam este centro. Por fim, ao introduzir as participantes desta pesquisa, faço primeiramente uma reflexão a respeito da construção da categoria

Ao apresentar a composição do campo desta pesquisa, é importante ressaltar que compreendo que os espaços/campos que o compõem não se colocam, de forma alguma,

separadamente ou independentemente uns dos outros; pelo contrário, eles estão em constante interação e disputa, produzindo diferenciações e modos de atuação. Acima de tudo, que estes “campos/sujeitos” participam de um processo de disputa de significados/verdades acerca da sexualidade, produzindo e reproduzindo discursos que tanto podem romper com os processos de naturalização das identidades sexuais e com os binarismos da norma, bem como reatualizá-los.

A questão aqui, no entanto, não é compreender estas instâncias e os discursos que elas produzem e reproduzem “em seus conteúdos falsos e verdadeiros, mas em suas funções de saber-poder” (FOUCAULT, 1990, p. 118). Como tal, produzem efeitos nos processos de subjetivação dos indivíduos – no caso desta pesquisa em específico, as mulheres entrevistadas – agenciando os modos como estes se relacionam consigo mesmos e com os outros, e que podem atravessar as narrativas que fazem de si mesmos.

3.1 Trajetórias em Movimento: o movimento homossexual no Brasil

“(…)estas reuniões não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual longamente reprimida (...) mais do que sendo descoberta, uma identidade homossexual estava sendo construída (...) aprendia-se a ser “homossexual”, ou melhor, “militante homossexual” (MACRAE, 1985 apud FACCHINI, 2005 p. 96)

Inicio este sub-item com a citação de MacRae, por acreditar que ela resume parte de minha intenção ao trazer um apanhado breve sobre a história do movimento homossexual no Brasil. Ao abordar este movimento como também produtor e reproduzidor de discursividades a cerca dos sujeitos os quais ele representa, encaro que ele, suas formas de atuação, suas palavras de ordem e suas crenças também operaram e operam na constituição de modos de ser homossexual, modos de encarar a homossexualidade, bem como modos de agir perante a sexualidade.

Apesar de utilizar-me, como forma de referência a formação de uma organização política em defesa dos direitos LGBTTT o termo “o movimento homossexual”, gostaria de enfatizar que, apesar dos grupos, ONGs e associações que dele fazem parte poderem ser agrupados por um objetivo geral mais ou menos comum – a busca de visibilidade, justiça e direitos às identidades não heterossexuais que se colocam como sujeitos deste movimento – ele não é encarado, de forma alguma, como homogêneo. O que se observa é que ele é um campo bastante heterogêneo

tanto no que tange as suas formas de organização quanto na diversidade de identidades que o compõe, cada qual com suas demandas específicas. Principalmente por apresentar diferentes pontos de vista a cerca das formas de reivindicação política (FACHINNI, 2005). Muito mais do que uma unidade, existe aqui uma multiplicidade, algumas vezes conflitante.

Muitos estudiosos do movimento homossexual no Brasil apontam o final dos anos 1970 como à época em que os primeiros grupos de ativistas reunidos em torno da causa homossexual passam a se organizar politicamente¹⁸. Neste momento o Brasil vive um processo gradual de abertura política, abrindo caminho para a redemocratização do país, que se efetiva no ano de 1985 com a eleição de Tancredo Neves.

Em escala mundial, entretanto, as condições de possibilidade para a emergência de movimentos sociais já haviam se imposto. Nos anos 1960 as idéias de libertação sexual, com seus ideais de “liberação do desejo”, passaram a difundir-se nos movimentos sociais que surgiam na época - entre eles o movimento hippie, feminista e o emergente movimento homossexual. Estes movimentos, bem como o ideário a que deram suporte, influenciaram a produção científica a respeito da sexualidade, provocando efeitos diferenciadores, inclusive, na visão tida sobre a homossexualidade (um exemplo disso é o interesse direcionado ao estudo da hostilidade contra homossexuais, a homofobia) (ALMEIDA, 2007). Os ruídos do ativismo homossexual nos Estados Unidos, principalmente após os acontecimentos associados os protestos de Stonewall¹⁹, já podiam ser ouvidos no Brasil através da Coluna do Meio de Celso Curi²⁰ e de intelectuais no exílio, como João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas, que mais tarde vieram a

¹⁸ Isso não quer dizer que anteriormente não existissem outras formas de associação de pessoas que compartilham a homossexualidade como parte de suas vivências. Para saber mais ver GREEN, James. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo, Unesp, 2000.

¹⁹ A revolta de Stonewall, tradução para “the Stonewall Riots” foram uma série de demonstrações públicas contra a violenta batida policial que ocorreu nas dependências do pub chamado Stonewall Inn, localizado no bairro de Greenwich Village em Nova York. É considerado um marco no ativismo homossexual, por ter sido o primeiro evento de grande porte em que gays, lésbicas e travestis americanos confrontavam um sistema governamental que os perseguia. Até hoje, em todo o mundo, as “gay prides” ou, paradas do orgulho gay, são comemoradas no dia 28 de junho, data do início dos protestos.

²⁰ Em meados da década de 70, a coluna do meio, publicada no jornal “A Última Hora”, foi considerada a primeira coluna gay em um jornal de grande circulação. (MOTT, 1987)

compor as primeiras iniciativas de organização do ativismo homossexual no Brasil, como o Somos - grupo de afirmação homossexual e o jornal Lampião da Esquina (FACCHINI, 2005).

Da mesma forma, em outros cantos da América latina estes ruídos foram ouvidos e renderam frutos: no início da década de 70 grupos em defesa dos direitos civis de homossexuais foram criados em países como o México, a Argentina e Porto Rico. Apesar disso, somente no final desta década formaram-se as condições para o surgimento das primeiras iniciativas de organização do movimento historiografadas no Brasil: os supra citados Somos –Grupo de Afirmação Homossexual (SP) e o jornal O Lampião da Esquina. Eles surgiam nos anos finais da ditadura militar no país, momento da abertura política, onde se torna possível a emergência de novas formas de resistência à ditadura: demonstrado pela ascensão do movimento operário no ABC paulista, pelo movimento estudantil, pelo início da organização de mulheres, negros e homossexuais, que passam a denunciar a opressão sob a qual viviam. Este é o período a que muitos estudiosos costumam se referir como a primeira fase do movimento (GREEN, 2000; FACCHINI, 2005, SIMÕES, 2008, ALMEIDA, 2007).

Green (2000a) credita o início mais tardio do movimento homossexual no Brasil - se comparado com seus vizinhos na América latina - a dureza da ditadura militar no início da década de 1970. Facchini (2005), entretanto, prefere não identificar apenas os efeitos negativos que a ditadura teve sobre a organização deste movimento no Brasil. Para ela, é importante perceber o quanto a repressão vivida nos tempos da ditadura também estimulou a “formação de resistências em vários âmbitos sociais bem como a forte tendência ‘anti-autoritária’ presente nesta primeira fase do movimento homossexual. Assim, para ela, tanto os anos mais ferrenhos da ditadura, bem como o clima da “abertura” no qual várias formas de opressão puderam então ser mais abertamente questionadas, propiciaram as condições de emergência deste movimento.

É importante também dar crédito as transformações culturais que o Brasil vivia a partir da década de 1970. Como Fry e MacRae (1991) apontam o surgimento de novas figuras no contexto da música popular brasileira, como Caetano Veloso, Ney Matogrosso e as Dzi Croquetes, atraíram a atenção por apresentarem uma figura exótica e andrógina para os padrões da época, embaralhando os papéis sexuais tradicionais. Pairava no ar um clima de contestação, com uma juventude e intelectuais (principalmente dentro das camadas médias da população) que aderiam à contracultura e seus valores de liberdade individual e contestação das hierarquias sexuais.

Assim, criavam-se as condições para a emergência do movimento de gays e lésbicas no final dos anos 1970. Alguns dos exemplos mais destacados do ativismo homossexual desta primeira fase têm sido considerados o grupo Somos/SP e o jornal *Lampião da Esquina*, vigentes, respectivamente de 1978 a 1983 e o último, de vida mais curta, de 1978 a 1981. Estas duas iniciativas de certa forma marcaram o início do movimento, seja pela influência que tiveram ao reunir homossexuais em sua causa, seja porque inspiraram a organização de outros grupos em torno da causa homossexual, tanto pela dissidência quanto pelo fato de terem sido (principalmente o SOMOS/SP) alvo de estudos como os de Edward MacRae, João Silvério Trevisan, James Green (FACCHINI, 2005).

Segundo Simões (2008) Somos/SP e O *lampião da Esquina* colaboraram entre si intensamente, embora não se possa dizer que estivessem sempre de acordo. O *lampião* se destacou por ser uma das primeiras publicações impressas a atingir um grande número de pessoas e discutir abertamente temas relativos à homossexualidade, dando-lhe um enfoque social e político. De seu comitê editorial e de seus colaboradores faziam parte intelectuais de prestígio na época, como Agnaldo Silva e João Antonio Mascarenhas. Tinha um cunho bastante irreverente, usando a linguagem comumente encontrada no gueto. Embora o foco de discussão do jornal se centrasse na homossexualidade, era uma política do jornal a formação de alianças com as lutas de outras minorias, como nos diz Fry e MacRae (1991),

“...editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade procurando forjar alianças com as demais “minorias”, ou seja os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico. Embora este projeto de aliança não tenha tido o sucesso desejado, o jornal certamente foi de grande importância, na medida em que abordava, de forma positiva e não pejorativa, a questão homossexual nos seus aspectos políticos existenciais e culturais” (FRY e MACRAE, 1991, p. 21)

O Somos – grupo de afirmação gay era também formado por intelectuais, profissionais liberais e um grande número de estudantes que, segundo Simões (2009), pouco correspondiam aos estereótipos homossexuais da época. Era um grupo misto, do qual faziam parte homens homossexuais (as “bichas”) e lésbicas²¹, embora estas em número menor. Sua primeira aparição pública se deu no ano de 1978, em uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados promovida promovido pela USP, debate este que não somente motivou o

²¹ É importante ressaltar que as travestis ainda não faziam parte do movimento homossexual na época, tampouco a categoria transsexual. Estas duas identidades passam a reivindicar seu espaço dentro do movimento a partir da década de 1990, primeiramente as travestis e mais posteriormente as/os transsexuais. (FACCHINI, 2005)

batismo do grupo com o nome de Somos, como também provocou o surgimento de outros grupos (FACCHINI, 2005).

O Somos, tanto quanto outros grupos formados na época, centrava-se em promover formas de representação mais positivas da homossexualidade, visto que na época (que é ainda percebido nos dias de hoje) a homossexualidade era vista como uma forma de doença e pecado, freqüentemente aliada a uma idéia de degeneração da personalidade. A estratégia aqui era a de dar visibilidade política a homossexualidade; para tanto era necessário que os militantes estivessem dispostos a dar publicidade tanto a sua orientação sexual e a suas reivindicações. É importante notar que, ainda no início do movimento, a proliferação de siglas e identidades sexuais que hoje podem ser nele observadas (exemplo disso é que hoje ele é chamado de Movimento LGBTTT) ainda eram abrigadas dentro do conceito guarda-chuva de Homossexualidade.

De forma semelhante ao Lampião, no Somos também se fazia uso político de palavras comumente usadas de forma depreciativa para designar as “bichas” ou as “lésbicas” como forma de enfrentamento e afirmação, de forma a esvaziar seu conteúdo pejorativo. Observando-se o ideário do grupo, vê-se que desde então categorias binárias como os estereótipos passivo/ativo, masculino/efeminado já eram alvo de crítica, bem como as assimetrias entre os homens e mulheres. A bissexualidade era por vezes vista como uma identidade de subterfúgio, fortemente criticada como uma forma de não se assumir. Assim também as travestis e os estereótipos da lésbica masculinizada e da lésbica mais feminina (muito encontradas nos guetos) eram também criticados como forma de perpetuação das assimetrias entre os gêneros. No entanto, estas mesmas identidades eram por vezes glorificadas como formas de subversão tanto a fixidez das identidades nas práticas (no caso da bissexualidade) quanto dos corpos. O questionamento do modelo de família vigente e da monogamia também faziam parte de seu ideário, o que parece marcar uma diferença de uma boa parcela da militância hoje, tendo em vista as reivindicações pelo casamento gay. (FACCHINI, 2005, SIMÕES, 2008).

Conforme Facchini (2005), uma característica dos movimentos sociais “alternativos” ou “libertários” que floresceram no período da redemocratização, era seu caráter antiautoritário e comunitarista. Esta era uma característica bastante presente no Somos, o que não o livrou de uma série de conflitos que fizeram com que ocorressem vários rachas dentro do grupo. Um dos

grandes conflitos certamente esboçava um dos dilemas de uma época ainda muito marcada pelo autoritarismo da ditadura: o alinhamento com outros movimentos sociais (trabalhadores e grupos de esquerda) ou a manutenção da autonomia política e organizacional. Deve-se perceber que a luta para o restabelecimento da democracia era repleta do ideário esquerdista, que considerava a luta maior a luta contra a exploração e a luta de classes. Dentro deste ideário, a luta por direitos específicos era vista como uma forma de desmobilização e divisão da luta. Por outro lado, havia a acusação de muitas mulheres e homossexuais do sexismo e da homofobia contida na esquerda. Esta polaridade entre militantes mais alinhados com um ideário de esquerda e militantes que reivindicavam autonomia do movimento homossexual (que inclusive acusavam o grupo de ser controlado pela esquerda) acabou por contribuir para os diversos rachas dentro do Somos, a criação de várias dissidências e também o encerramento de suas atividades no ano de 1983 (GREEN, 2000, FACCHINI, 2005).

Um dos primeiros rachas dentro do Somos ocorreu com as mulheres lésbicas participantes do grupo; talvez um prenúncio das dificuldades então já encontradas pelo ativismo lésbico dentro de grupos mistos e de seu desejo de autonomia do movimento homossexual (predominantemente mais masculino). Esta tendência já aparecia dentro do grupo quando elas formam os subgrupos de identificação exclusivamente de mulheres, preocupadas em levar uma contribuição das lésbicas ao movimento. Uma série de conflitos, que incluem a acusação de machismo por parte dos integrantes masculinos da organização bem como a vontade de busca de autonomia do movimento para as lésbicas, provoca a separação de um grande número de lésbicas do grupo, formando o Grupo lésbico feminista, posteriormente chamado GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), um dos únicos grupos, aliás, a atravessar a difícil década de 1980 e chegar a década de 1990, sob o nome de Rede de Informação Um Outro Olhar.

Buscando enfatizar as dificuldades de articulação política do ativismo lésbico, Jagose (1996) afirma que elas sofrem efeitos do relacionamento conturbado que articulou tanto com o movimento feminista quanto com o movimento homossexual. No que tange ao movimento feminista, a autora diz que se podem encontrar posições como as de Rich (1999), que buscam a articulação das lésbicas ao movimento feminista, ao sobrepor a categoria gênero a de sexualidade. Do lado do movimento homossexual, a autora aponta para a posição de Monique

Wittig²², que enfatiza a necessidade da união entre ativismo lésbico e ativismo homossexual, por entender que a questão da homossexualidade estaria para além do gênero, onde masculino e feminino só podem ser pensados como categorias referentes ao esquema heterossexual.

Fry & MacRae (1991) abordam como este difícil relacionamento ocorreu no Brasil. Para eles as barreiras encontradas na aliança das lésbicas com o movimento feminista estavam baseadas na estranheza ou mesmo na repulsa que as lésbicas causavam nas feministas heterossexuais, embora muitas vezes as primeiras já vivessem em consonância com os ideais de autonomia pregados pelo movimento. Algumas feministas como Betty Friedan chegavam a alegar que era necessário preservar a imagem das feministas. Por outro lado, os mesmos autores encontram nas diferenças de performances de gênero as dificuldades de inserção das lésbicas no ativismo homossexual (predominantemente masculino). Diferenças como o caráter gendrado do arranjo da sexualidade lésbica (mais privado, doméstico e construído em torno de uma erótica mais amorosa e conjugal) em oposição ao arranjo da sexualidade do homossexual masculino (mais público, com encontros eróticos centrados no corpo, no anonimato e no consumo sexual) teriam dificultado a integração das lésbicas aos movimentos homossexuais. Estas diferenças, no entanto, não impediram que as ativistas lésbicas se aproximassem de ambos os movimentos, alcançando também uma progressiva autonomização a partir dos anos 90, fazendo com que Almeida (2005; 2008) refira-se a ele como Movimento de Lésbicas.

Fato é que no início da década de 1980, outros grupos já haviam sido criados em várias cidades e estados do país. Datam do início da década os primeiros encontros de ativistas homossexuais: O IEGHO (Encontro de grupos homossexuais organizados) e o EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais). Facchini (2005) enfatiza, ao analisar os documentos resultantes dos encontros nacionais deste período, que muitas das temáticas ainda hoje presentes no movimento, como a luta pela despatologização da homossexualidade e por legislação antidiscriminatória, começam a ser introduzidas. Entretanto, este é um período muito mais marcado pelo início da organização política e do ideário do movimento do que por iniciativas mais pragmáticas no sentido de conquistas de direitos civis. Simões credita este fato à “incerta situação política da abertura”, ainda marcada pela repressão policial e por um Estado que ainda se mantinha “de

²² Monique Wittig (1935-2003) foi uma feminista francesa, reconhecida por encabeçar o chamado “Feminismo Lésbico”. Era particularmente interessada na superação do gênero e do contrato heterossexual. Um de seus importantes trabalhos chama-se *The straight mind and other essays*, publicado em 1992. (LESSA, 2007)

costas” para os movimentos sociais, muito embora os vários grupos emergentes na época (entre eles o Somos e o Lampião) “se esforçassem na criação de uma pauta de reivindicações que visavam combater discriminações sofridas por homossexuais na vida civil em geral” (SIMÕES, 2008, p. 5).

A década de 1980, bem como o clima da abertura política parece ter sido um momento de acontecimentos importantes dentro do campo dos movimentos sociais, mas para o movimento homossexual marcou tanto o seu florescimento quanto também, a partir do final da primeira metade da década, um declínio no número de grupos e organizações formados em seu início. Vários grupos que se reuniram no início da década tiveram vida curta e alguns se extinguiram antes de meados da década. Tais são os casos do próprio Somos e do Lampião da Esquina, extintos, respectivamente, em 1983 e 1981.

Segundo Green (2000) se em 1980-81 o movimento contava com 20 grupos, em 1984 restavam apenas 7. O autor, que define este período do ativismo homossexual como de “declínio” e “marasmo”, apontou algumas razões para a diminuição drástica no número de grupos em atividade naquele momento. Entre elas a precária estruturação dos grupos, tanto em termos de formação de novos militantes como de recursos financeiros; desestímulo de alguns dirigentes; dificuldades em adequar-se aos novos tempos (que demandavam também novas formas de estruturação política e organizacional); por fim, com o fim da ditadura, a sensação de que, com a democracia restituída, a conquista de direitos seria alcançada sem muitas dificuldades. Esta “falsa idéia” (GREEN, 2000) era, entre tantas coisas, sustentada pela disseminação, através da mídia, de imagens mais positivas da homossexualidade, pela expansão do mercado de consumo gay e dos locais de homosociabilidade.

Além das razões apontadas acima, Facchini (2005) também reconhece a chegada da epidemia da AIDS como um dos fatores de desmobilização das idéias de liberação sexual. A epidemia certamente ressuscitou os moralismos sexuais e preconceitos, aumentando mais ainda a desconfiança e o descrédito quanto ao estilo de vida de muitos homossexuais. A repercussão da então chamada, “peste gay”, fez com que, inclusive, aumentassem as perseguições e os crimes violentos contra gays e travestis (SIMÕES, 2008). Muitos dos militantes da época acabaram por voltar seus esforços ao combate a aids, criando as primeiras organizações civis em resposta a epidemia.

Na contramão da definição deste período como de “declínio” ou de “marasmo” Facchini (2005) prefere nomeá-lo como um “período de transformações”, onde aparece uma redefinição do papel dos grupos e dos estilos de militância. A autora aponta que as organizações que se mantiveram ativas neste período eram menos refratárias a institucionalização e menos marcadas por posições ideológicas de esquerda. Alguns grupos preocuparam-se, por exemplo, em obter registro legal para suas organizações. Um prenúncio, por certo, do processo de “onguização” que viria a ocorrer no movimento na década seguinte.

Desta forma, estes grupos tinham como característica formarem organizações de caráter mais formal e punham seus esforços na conquista de direitos e na valorização da diferença (direito à diferença). Mais identificados com uma proposta mais “autonomista” do movimento, estes grupos entendiam que a causa gay deveria vir em primeiro lugar e para isto procuram também estabelecer mais relações com o movimento em nível internacional (SIMOES, 2008; FACCHINI, 2005).

De certa forma, este período marca uma diminuição no número de grupos, mas também uma mudança de orientações políticas, como visto no parágrafo anterior. Menos grupos formaram-se, mas estes eram mais coesos e reuniam-se em torno de lideranças bem articuladas e que possuíam recursos simbólicos e materiais para levar em frente seus ideais. São exemplos destes grupos o Grupo Gay da Bahia (GGB), vigente até este momento e o grupo Triângulo Rosa, fundado por João Antônio Mascarenhas (ex- Lampião) e extinto em 1988.

Este período foi marcado por um maior pragmatismo, demonstrado por campanhas importantes, como a de retirada da homossexualidade do código de classificação de doenças do INAMPS, encabeçada pelo GGB, que foi sancionada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. Segundo Simões (2008) esta campanha foi importante, pois questionava a velha associação entre homossexualidade e doença e atingia um dos nichos de poder onde a homossexualidade era oficialmente discriminada.

Outro fator que me parece bastante importante, foi o enfoque dado a denúncia das violências, o que já era uma preocupação desde o início do movimento. O GGB, por exemplo, passou a arquivar informações sobre violências sofridas por homossexuais, inclusive registros de assassinatos e que foram divulgados através de dossiês, principalmente a partir da década de

1990. Segundo Ramos (2009), isto ajudou a opinião pública a reconhecer a existência de um tipo de violência e preconceito com uma “natureza específica”, e que mais tarde veio a ser chamada de “homofobia”.

“A preocupação com a elaboração de um arquivo e a divulgação de relatórios contabilizando casos de assassinatos de homossexuais contribuiu fortemente para estabelecer uma das prioridades da agenda do movimento, a denúncia da “violência contra homossexuais” e da “homofobia”. (RAMOS, 2008, p. 5)

Entretanto, segundo Ramos (2008), o enfoque na violência letal e a reiteração da tragédia não vieram acompanhados de uma postura mais propositiva dos ativistas sobre o tema da violência contra homossexuais, permanecendo sem propostas para a segurança pública até fins da década de 1990, quando da criação do Disque Defesa Homossexual pela Secretaria de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro.

E se no meio do caminho, tinha uma epidemia, seus efeitos foram tão estrondosos para o movimento quanto paradoxais. Com o advento da AIDS acentua-se a produção discursiva a respeito da homossexualidade. A AIDS trouxe consigo, além do acirramento do julgamento moral sobre a sexualidade e a estigmatização da homossexualidade, também uma enorme discussão da sexualidade, “favorecendo a emergência de manifestações políticas de sexualidades diversas da heterossexual” (ALMEIDA, 2008, p. 5). Segundo Simões (2008) a epidemia impulsionou também uma inusitada aproximação entre ativistas homossexuais e a categoria médica.

A epidemia também produziu uma inusitada articulação entre setores governamentais e entidades provenientes da sociedade civil que, no caso dos grupos homossexuais e lésbicos já não eram mais tão refratários a moldes institucionais mais formais. Desta forma, mesmo que de início a epidemia tenha contribuído para uma relativa diminuição nos grupos e entidades que faziam parte do movimento homossexual na metade dos anos 1980, a partir do final de sua segunda metade e ao longo dos anos 1990, o tipo de resposta a ela dada favoreceu uma grande expansão e segmentação deste movimento.

Como assinala Almeida (2005; 2008), também o clima político do final dos anos 1980, com a ascensão de governos de cunho neo-liberal, que tem por característica transferirem parte da execução de políticas sociais a sociedade civil, favorece a proliferação das ONGs. Se nos anos 1970 e 1980 o conceito de sociedade civil e de movimentos sociais se produzia por sua oposição

ao Estado, já no limiar da década de 1990 esta relação se transforma: os atores da sociedade civil passam a ser corresponsabilizados e convocados a tarefa de transformação das condições sociais, o que intensifica o surgimento das ONGs (STEIL, 1993). É claro que isto não significa menos controle Estatal, mas transforma a forma como o Estado intervém e a maneira como este e sociedade civil se relacionam. Esta nova forma de articulação vai fomentar a expansão e diversificação do movimento homossexual brasileiro, principalmente através das parcerias feitas entre Estado e movimento e também através de financiamentos de projetos voltados ao combate e prevenção de DST/AIDS.

No entanto, houve a imposição de um controle e uma atenção maior à homossexualidade masculina, já que entre as lésbicas parecia inexistir o risco de contaminação. Este fato deu condições para que surgisse uma maior produção de conhecimento em torno das homossexualidades masculinas e, como afirma Terto Jr. (1996), ao fortalecimento da militância política homossexual. Para Pecheny (2004) a epidemia da AIDS também acelerou o ingresso do tema da discriminação e dos direitos sexuais na pauta pública. No caso das mulheres lésbicas e bissexuais, não parece ter ocorrido fenômeno semelhante no que tange a pesquisas sobre práticas sexuais, vulnerabilidade e saúde de mulheres não-heterossexuais, se comparados aquelas produzidas sobre as homossexualidades masculinas (FACCHINI e BARBOSA, 2005).

Entretanto, como afirma Almeida (2005; 2008), o estabelecimento de interlocuções entre ativistas e ONGs lésbicas e Estado, principalmente via Ministério da Saúde através do Programa Nacional de Combate à AIDS, viriam a se tornar estratégicos para a expansão e fortalecimento do ativismo lésbico. Foi através de recursos negociados com o Ministério da Saúde que se tornou possível a organização do primeiro SENALE (Seminário nacional de Lésbicas) no ano de 1996. Segundo a autora, o SENALE - que agora estão em sua 6ª edição - foi muito importante para a formação de um discurso comum entre as ativistas lésbicas e bissexuais, onde foi possível discutir as diretrizes e o foco do ativismo lésbico, a constituição de fóruns de debate e projetos educativos. A data do primeiro SENALE – realizado no dia 29 de agosto- passou a marcar o Dia da Visibilidade Lésbica.

As mudanças ocorridas no final da década de 1980 possibilitaram o reflorescimento do movimento homossexual no Brasil, período a que Facchini (2005) chama de segunda onda do

Movimento Homossexual Brasileiro. Este período se caracteriza por sua expansão²³ e pela proliferação de organizações de caráter mais formal, inspiradas no modelo ONG; por uma relação mais próxima com setores governamentais através do estabelecimento de convênios e parecerias; uma maior conexão com o movimento internacional e com fundações de fomento internacional; pela segmentação do movimento, caracterizado pela construção e ascensão de novos atores que reivindicam especificidades nas suas demandas; o aumento dos encontros regionais e nacionais do movimento²⁴, inclusive com seminários e encontros destinados a discutir demandas de identidades específicas²⁵.

Para Ramos e Carrara (2006) além da multiplicação das entidades e dos processos listados acima, uma série de outras características heterogêneas será responsável pelo quadro de mudanças que resultarão em maior visibilidade para as questões da homossexualidade. A primeira delas seriam as iniciativas no campo Legislativo e Judiciário, que objetivam a coibição da discriminação e a ampliação de direitos. Apesar da Constituição de 1988 não ter incluído o termo orientação sexual no artigo que versa sobre a discriminação por origem, raça, sexo, cor e idade, em diversos municípios e estados já possuem alguma legislação protetivas contra a discriminação por orientação sexual. O estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, sancionou em 2002 a lei n 11.887 que dispõe sobre a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual (VIANNA e LACERDA, 2004). Outra iniciativa importante é o projeto de alteração do Código penal e da Lei n 7.716 que tramita no congresso e visa incluir punição por preconceito e discriminação de gênero e orientação sexual aos já inclusos cor ou raça. No entanto, este projeto enfrenta fortes resistências a sua aprovação, principalmente ligadas a autoridades religiosas cristãs que vêem em sua aprovação um impedimento da liberdade de expressão (de expressão de sua reprovação das condutas homossexuais). Esta certamente não é a primeira demanda legal do movimento que encontra barreiras poderosas. Este é o caso do projeto de união civil de autoria da então deputada Marta Suplicy em 1995, que foi alterado diversas vezes e por fim, não chegou a ser levado à votação.

²³ A ABGLT (Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis), fundada em 1995, conta hoje com 220 entidades associadas, segundo dados do site www.abgl.org

²⁴ Como por exemplo, os Encontros Nacionais de Gays e Lésbicas e o 17ª conferência internacional da ILGA (Internacional Gay and Lesbian Association)

²⁵ São exemplos os SENALÉs (Seminário Nacional de Lésbicas) e os ENTLAIDS (Encontros de Travestis e Transsexuais que atuam na Luta e Prevenção da AIDS).

O segundo destes processos se encontra na expansão e consolidação de um mercado de serviços e bens destinados a homossexuais com o aumento de bares, boates, saunas e também sites, revistas, mostras de cinema gay entre outras. Estas iniciativas vão compor um aumento nos espaços de sociabilidades

O terceiro processo diz respeito à adoção de estratégias de visibilidade de massa, como as paradas do orgulho gay, que ocorrem geralmente no mês de junho em várias cidades e metrópoles no país. A primeira delas, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, contou, em 2009 com a presença de por volta de três milhões de participantes, entre gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e os “simpatizantes”. Muitas destas manifestações contam com financiamento da União (via Ministério da Cultura e Ministério da Saúde) estados e municípios. É importante também ressaltar a crescente aproximação entre a iniciativa privada e a organização das paradas, como é o caso da parada de São Paulo.

Cada vez mais as relações entre Estado e movimento tem se tornado mais estreita, produzido ferramentas interessantes na busca e afirmação de direitos voltados às categorias LGBTTT. Isto pode ser exemplificado pelo lançamento o Programa Brasil Sem Homofobia em 2004 e, no ano de 2008 o lançamento da I Conferencia Nacional LGBT, convocada pelo governo federal. Isto certamente se deve a força que o movimento tem adquirido, mas também aos compromissos com as agendas de direitos humanos internacionais de que o país é signatário (VIANNA e LACERDA, 2004).

A interpenetração entre o movimento e o Estado tem se mostrado importante na luta por justiça e equidade de direitos; no entanto ela guarda alguns riscos. Como apontam Carrara (2008) e Simões (2008), se por um lado o fortalecimento dos laços entre a sociedade civil e o Estado possibilita uma expansão das organizações e a abertura de maiores possibilidades de pressão por parte do movimento, ele também pode desenvolver relações clientelistas que podem diminuir o potencial crítico do movimento em relação aquilo que se está produzindo em termos de projetos e políticas públicas. Nas palavras de Carrara, “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõe a um controle mais minucioso por parte de instâncias de poder estatal” (CARRARA, 2008, p. 17) Pode-se acrescentar também que o imperativo pela visibilidade a disputa por recursos tem se tornado um fator digno de reflexão.

Outra característica das transformações que o movimento vem sofrendo ao longo de seus trinta anos, já mencionada anteriormente, é sua segmentação e a expansão das categorias identitárias que vão compor os/as sujeitos políticos deste movimento. Este processo fica claro ao se pensar na transformação das siglas que vão se compondo ao nome do movimento, gerando uma verdadeira “sopa de letrinhas”²⁶. De movimento de gays e lésbicas no início dos anos 1980 hoje temos o LGBTT²⁷. Este processo, no entanto, se relaciona a diversos fatores de elaboração de identidades internas e externas ao movimento: a política de representação identitária que ele veio assumindo; as relações com o movimento internacional; a necessidade de diferenciar demandas específicas a cada identidade; as políticas adotadas por agências estatais (tanto no controle da epidemia da AIDS quanto, mais recentemente, aquelas destinadas ao combate à homofobia); a atuação por projetos financiados, que muitas vezes exigem uma clara definição do público alvo; ao desenvolvimento de um mercado segmentado. Para Facchini (2005) estes dois últimos fatores têm contribuído fortemente para “a adesão a um sistema classificatório segregacionista”.

Neste sentido, é possível compreender a importância que a política identitária tem para o movimento ao dar visibilidade a diversos sujeitos antes acomodados sob o conceito guarda-chuva de “homossexualidade”. No que tange as especificidades e vulnerabilidades, sabemos o quão importante tem sido reconhecer que existem diferenças nas formas como os sujeitos vivem, praticam sua sexualidade e seu gênero, que estas questões se associam de diferentes formas a outros fatores como raça, etnia, geração, classe social e que todos estes fatores tem impactos diferentes na vida das pessoas. No entanto, parece ser igualmente importante reconhecer que nem todos aqueles que podem vir a sofrer discriminação homofóbica se encaixam facilmente nos esquemas identitários sugeridos pelas letras LGBTT, ainda que se adicionem mais identidades as siglas.

A popularização das identidades que expressam os sujeitos políticos inseridos no movimento deu ensejo ao uso, por parte do movimento social como das políticas públicas, do

²⁶ A alusão a “sopa de letrinhas” é feita por Facchini (2005) ao pesquisar em sua dissertação de mestrado os processos de elaboração e reelaboração de identidades dentro do Movimento Homossexual Brasileiro.

²⁷ A referência a sigla LGBTT, ao invés do antigamente usado GLBTT, remete-se a recente formulação aprovada na I Conferência nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Pode-se compreender tal referência no contexto de uma tendência a segmentação e diferenciação que tem se estabelecido no movimento desde a década de 1990. Para saber mais ver FACCHINI, 2005.

termo “diversidade sexual”. Seu uso vem se inserir dentro de um panorama de valorização da singularidade e da multiplicidade de expressões sexuais, e se tornou opção ao termo “diferente”, visto como fazendo referência a norma. No entanto, como sugere Ávila (2003), para não tomarmos o termo como “dado”, é necessário que reflitamos. Parece haver o perigo de que se associe o termo “diversidade” ao jogo identitário - onde “diversidade” passe a significar as categorias identitárias descritas na sigla LGBT. Existe sim o risco da captura identitária; e este risco está na reificação e essencialização das identidades descritas, caindo-se assim na armadilha binária onde existem os “diversos” em contraposição aos “não-diversos” e onde se perca de vista o caráter performático de cada uma destas identidades. Ao se abordar as identidades sexuais como estanques, portadoras de determinadas “condições”, corre-se o risco de produzir tanto “inclusões” como “exclusões”.

Tentei aqui traçar, o mais brevemente possível, a trajetória de trinta anos do Movimento homossexual Brasileiro. Como vimos, colocar 30 anos em algumas páginas nos cobra bastante capacidade de síntese, mas espero ter abordado os pontos mais importantes desta trajetória. Introduzo agora o grupo Nuances.

3.2 O Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual

Fazendo parte do cenário gaúcho há 18 anos, o Nuances – grupo pela livre expressão sexual surge como parte da “segunda onda” do movimento homossexual brasileiro que, como visto antes, corresponde ao momento de sua expansão, alcance de maior visibilidade, da luta contra a AIDS e do crescimento da interlocução entre Estado e sociedade civil (FACCHINI, 2003). O Grupo, que atua principalmente na cidade de Porto Alegre, existe informalmente desde 1991; foi somente em 1993 que ganhou existência legal (registro de estatuto), tendo então assumido o status legal de organização não governamental.

Em termos gerais, sua proposta é defender e trabalhar pela cidadania e garantia de direitos as homossexualidades em geral - entendendo-se que aí pode estar incluído diversas categorias identitárias, como expressa pela sigla LBTT, mas podendo circunstancialmente ir além da representatividade desta sigla (ao menos idealmente).

Perseguindo este objetivo, o Nuances vem atuando junto a esferas públicas e da sociedade civil na proposição de leis²⁸, na denúncia e, muitas vezes, no acolhimento de denúncias de discriminação e a violência homofóbica por parte tanto de órgãos do Estado²⁹, como também de estabelecimentos privados e de indivíduos. É também uma forte característica do grupo “colocar a cara na rua”, como muitas vezes é dito dentro do grupo, e participar e organizar protestos e manifestações públicas, que não se vinculam somente a questão do preconceito e das homossexualidades, mas que se relacionam com luta contra injustiças de toda a forma e com a busca da democracia plena a “todos” os cidadãos³⁰.

Para além da proposição de leis e da denúncia, o nuances também vem atuando através de projetos - que vão desde a prevenção/combate as DST's/AIDS até a formação e capacitação em Direitos humanos e Diversidade sexual a diversos atores - que realiza em parceria com esferas municipais, estaduais e federais, organizações da sociedade civil e mesmo organizações de fomento internacionais³¹.

Alguns dos exemplos destes trabalhos são o Projeto POA Homens, que foi realizado de 1995 a 2000 com o financiamento do Programa nacional de DST/Aids e da Unesco e cujo desafio era reduzir a infecção de HIV entre homossexuais masculinos. Foram feitas pesquisas sobre o comportamento do público alvo e o mapeamento de locais de frequência com o objetivo de obter intervenções mais eficazes. Este foi o primeiro projeto a ser realizado com estes fins em Porto Alegre. Além da pesquisas e intervenção corpo-a-corpo, o projeto também desenvolveu uma cartilha contendo discussões sobre sexo seguro e textos sobre a epidemia (NUANCES, 2000).

Outro exemplo do trabalho do grupo foi o projeto Olhares: Ação para a visibilidade lésbica em Porto alegre (2004), realizado em parceria com a Liga Brasileira de Lésbicas. O objetivo do projeto era o de criar espaços para a construção de visibilidade e o fortalecimento da identidade e autonomia das mulheres lésbicas. (NUANCES, 2005)

²⁸ Como é o caso da alteração na Lei Orgânica Municipal, no artigo 150, que inclui a não discriminação por orientação sexual em instituições privadas e públicas.

²⁹ Em 1999 o nuances apresentou denúncia junto ao Ministério Público Federal, solicitando a equiparação dos direitos previdenciários das relações homo as heterossexuais.

³⁰ O nuances tem participado da Marcha dos Sem, de manifestações do movimento negro e de mulheres entre tantas outras.

³¹ Como, entre outros, o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de DST/AIDS, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a UNESCO, a Anistia Internacional, Fundação Ford e organizações não governamentais do segmento LGBTT como, por exemplo, a Associação de Travestis do Rio grande do sul – Igualdade RS e a Liga Brasileira de lésbicas.

O Nuances, em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil organizou e realizou diversos cursos de formação em Direitos Humanos e Diversidade sexual. Exemplos desta atuação são o curso Multiplicadores de Cidadania (destinado a pessoas ligadas a universidades, segurança pública, escolas e prefeituras) e as Aulas de Direitos Humanos para Policiais, realizadas em parceria com a Secretaria de Justiça e Segurança do RS (NUANCES, 2005). Outra importante ação de formação foi realizada recentemente em parceria e com verba do Ministério da Educação e Cultura: o curso “Educando para a Diversidade”. Este curso foi realizado em 4 edições, e formou mais de 300 professores da rede pública estadual e municipal

Outras realizações de grande vulto do grupo são a organização, desde 1997, das “Paradas Livres”³²(eventos que marcam “dia do orgulho gay”), e o “Jornal do Nuances”³³, periódico trimestral que busca levar informação sobre direitos humanos a comunidade em geral. O grupo atua, desta forma, como articulador e agregador de diferentes atores sociais e da rede local dos direitos humanos no campo da orientação sexual. Esta ação, entre as diversas possibilidades a ela intrínsecas, contribui nas estratégias de visibilidade das ações do grupo e de seus parceiros no enfrentamento à homofobia e na efetivação das propostas nas políticas públicas que se relacionam com o campo dos direitos humanos.

O currículo da organização é extenso e envolve diversos tipos de ações, que são realizadas muitas vezes a revelia do apoio ou financiamento externos. Entretanto, estas ações estão sempre voltadas a promover e discutir junto à sociedade os impasses e enormes prejuízos que a discriminação e a violência heterossexista representam em uma sociedade que busca a conquista da democracia plena.

Para além de suas ações, é importante ressaltar o ideário do grupo, que marca sua posição política frente à sociedade em geral, ao Estado e ao movimento homossexual brasileiro. Seria errado supor que as idéias que mostrarei a seguir são absolutamente homogêneas no grupo; na verdade, a maioria dos posicionamentos que o grupo vem tomando (ao menos desde me inseri nele) são acompanhados de discussões, discordâncias, concordâncias, que por vezes levam a

³² Em suas duas últimas edições, a Parada Livre reuniu um público estimado em 200.000 pessoas entre a população LGBTT e comunidade em geral. A opção pela nomeação “Parada Livre” em detrimento de “Parada do Orgulho Gay” ou “Parada do orgulho GLBT” é feita como uma crítica a uma certa forma de fazer política que fixa os sujeitos a formas identitárias, e faz parte do fazer político do grupo, como se verá mais adiante.

³³ O Jornal do Nuances, que já possui mais de 40 edições, foi objeto de tese de doutoramento de Fernando Luiz Alves Barroso, defendida na UNISINOS no ano de 2007, intitulada *Jornal do Nuances: a prática midiática de uma ONG de Porto Alegre – para o confronto político entre o “gay classe média e a “bicha bafona”*.

alguns rachas dentro do próprio grupo. As idéias que apresentarei aqui são, de certa forma, aquelas mais aceitas pelo grupo e que acredito, são aquelas que lhe conferem sua singularidade.

De modo geral, o grupo busca sua independência frente ao Estado, que pode ser representada por uma fala recorrente dentro do grupo: “não somos meros prestadores de serviço do governo”. Longe disto, o grupo busca sua independência das demandas estatais procurando manter um potencial crítico sobre as ações deste ator, no sentido de poder delas discordar. Este posicionamento advém da crença de que denominar-se “movimento social” é fazer parte de uma rede de significados na qual a crítica tem lugar privilegiado. Desta forma, a reivindicação de independência tem aí sua razão. Manter este posicionamento, entretanto, custa caro, muitas vezes acarretando indisposições com gestores estatais e com o próprio movimento, bem como maiores dificuldades na busca de financiamento para suas ações.

“(...)faz parte de nossa política estabelecermos parcerias com outros movimentos sociais e instituições igualmente preocupadas com a luta contra a violência e o preconceito. Tendo clareza do papel que ocupamos enquanto movimento social, defendemos nossa independência frente a parceiros como o Ministério da Saúde, a UNESCO, universidades e ONG’s. “(NUANCES, 2005, p 3)

O Nuances também procura estabelecer uma relação crítica com os rumos do movimento social, em especial, ao movimento homossexual brasileiro, através da qual marca seu posicionamento e diferenciação. Esta crítica relaciona-se, prioritariamente, a política identitária que cada vez mais este movimento vem assumido (é claro que existem exceções) e a cooptação político-partidária apresentada algumas entidades do movimento. Este último aspecto é entendido como um posicionamento que permite um maior acesso a recursos (caso os partidos aos quais se vinculam estejam em posição para tal), mas que também coloca tais entidades em uma posição subordinada as necessidades políticas de tais partidos.

É compreendido por *política identitária* um tipo de operacionalização política baseada na *representação* de sujeitos políticos (no caso, os *LGBTT's*), os quais é necessário dar *visibilidade*. No entanto, para conferir *visibilidade* a estes sujeitos é preciso que se *delimitem* os sujeitos os quais são representados. Ou seja, para almejar *visibilidade* - para com isto angariar direitos e equiparações - é preciso delimitar o “quem” ao qual a política se refere e aos quais se fará *justiça*. Não é preciso ir muito longe para compreender que o “quem” que acaba por ser produzido³⁴ é

³⁴ E não é demais enfatizar, a despeito da compreensão de sujeito defendida neste trabalho, que estes sujeitos são **produzidos** (históricos e contingenciais). Apesar disto, suas identidades são muitas vezes vividas e vistas como **essenciais**, o que pode não ser um grande problema na trajetória de um indivíduo mas que pode se tornar problemático do ponto de vista da reivindicação política e da produção de políticas públicas.

constituído a exclusão de “outros quem”. A crítica que o grupo faz se dá pelo caráter excludente de tal forma de operação política, muito embora se reconheça os ganhos que ela teve e de certa forma ainda tem. Para o grupo é necessário superá-la para o avanço na democracia. É claro que isto não é tarefa fácil, visto que o próprio Estado acaba por encampar/produzir a “identidade” na elaboração de políticas públicas e programas governamentais.

Outro aspecto que se apresenta no ideário do grupo é a crítica a “normalização”, a “domesticação”, e a “medicalização” da homossexualidade. A “normalização” e “domesticação” são entendidas como a incorporação, por parte das “bichas” e das “sapas”³⁵ de um estilo de vida “politicamente correto”, discreto, assimilável a valores heterossexuais e de classe média, o que corresponderia a uma certa “moral do escravo”, na qual que a busca de reconhecimento signifique desejar subordinação aquilo que é entendido, pelos padrões morais vigentes, como o “correto” (SEFFNER, 2006; POCAHY, 2006).

A “medicalização” é entendida como o contrário da concepção de sexualidade que o grupo afirma: não como um campo do diagnóstico e da intervenção médica, mas como um campo de expressão e construção de estilo de vida, ético e político. Para o grupo, o fato da sexualidade ser um campo de normatização e da intervenção dos saberes médicos/psicológicos, jurídicos e estatais, torna a sexualidade uma questão política (ANJOS, 2000).

Desde o seu princípio, o grupo tem tido como prática acolher denúncias de discriminação e violência homofóbica/heterossexista, oferecendo assistência jurídica gratuita em alguns casos e em outros, acompanhando a vítima até a delegacia de polícia. Esta prática era realizada por advogados ligados ao grupo, que ofereciam seu trabalho de forma voluntária. A necessidade de acompanhar as vítimas até a delegacia tem sido cada vez menos frequente ou até inexistente. Felizmente, as vítimas de discriminação e violência homofóbica tem recorrido às delegacias de polícia por conta própria, sem temer represálias ou o descaso policial. A utilização cada vez mais frequente deste direito demonstra uma mudança na percepção, tanto das vítimas quanto dos operadores da justiça, da legitimidade destes direitos.

Decorre disso que o acolhimento e encaminhamento de denúncias já era uma prática reconhecida e levada a cabo pelo grupo, mesmo antes da criação do CRDH Rompa o Silêncio e

³⁵ A opção por usar termos comumente usados de forma pejorativa para se referir a homossexuais, faz parte da estratégia política do grupo, que busca esvaziar o sentido pejorativo nelas contido e usá-los de forma a afirmar um posicionamento contra a normalização. Estas categorias são usadas, principalmente, em contraposição a denominação homossexual (uma categoria associada à medicalização e patologização) e gay (vista como associada a uma assimilação estrangeira e do mercado “pink”).

de seu financiamento pelo Programa Brasil Sem Homofobia, temas dos próximos itens. No entanto, esta aliança com o Estado representou uma possibilidade de qualificação desta atenção.

3.3 O Brasil sem Homofobia

A preocupação com a aids juntamente com o ativismo feminista e homossexual criaram as condições de possibilidade para a emergência daquilo que se constituiu como uma das formas de dar visibilidade oficial à questão da diversidade sexual: a inserção dos chamados Direitos Sexuais na pauta dos Direitos Humanos na cena política brasileira. No país, este tema tem se organizado na confluência entre questões reprodutivas/aborto, das DST's /aids e de diversidade sexual. (CARRARA e VIANNA, 2004).

Se hoje existe a possibilidade da denúncia e de suporte governamental para a luta no combate à discriminação, esta se fez por força dos vários movimentos sociais (Feminista e LGBTTT) que tem se consolidado no Brasil desde a década de 1980. Estes movimentos, a duras penas, colocaram o combate a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais motivadas por orientação sexual e gênero na pauta da luta mais ampla pelo respeito aos direitos humanos.

Conforme Rios (2005), o Brasil está entre os países com maior grau de ordenamento jurídico para a proteção de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Não obstante o fato de historicamente o país não possuir lei anti-sodomitas desde o século XIX, hoje existem medidas positivas de proteção e reconhecimento das homossexualidades, como é o caso do Programa Brasil sem Homofobia. Entretanto, a garantia destes direitos é constantemente ameaçada pela influência de setores conservadores e religiosos que dificultam a confirmação da laicidade do Estado e mantém as enormes desigualdades sociais e econômicas de milhões de pessoas. (CARRARA & VIANNA, 2004; RIOS, 2005, 2007).

Diversos autores, entre eles Rios (2005; 2007), Correia (2004), alertam para a necessidade de descolagem da tradicional ligação entre direitos reprodutivos e direitos sexuais do campo da saúde sob pena de que se continue a colocar o exercício livre da sexualidade sob os auspícios da ciência biomédica. Para Rios (2005) é fundamental que os Direitos sexuais sejam guiados por princípios dos Direitos humanos.

Sem querer aqui entrar no jogo da defesa ou da condenação, me parece que ao situar os direitos relacionados à liberdade sexual no campo dos direitos humanos indica um movimento de descolamento da legitimidade desta discussão amarrada exclusivamente até pouco ao campo da saúde. Este descolamento é representado, principalmente, pelo programa Brasil sem Homofobia (BSH).

Na luta contra a discriminação e o preconceito, a formulação de políticas públicas tem sido uma importante ferramenta na tentativa superação destas desigualdades, como é o caso, por exemplo, das políticas voltadas à defesa dos direitos das mulheres, que tem buscado a superação das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres. Na esteira destas reivindicações, uma das vitórias da luta das mulheres organizadas foi a promulgação da lei Maria da Penha (lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006), que inclui na agenda pública a criminalização da violência contra a mulher, independente de raça, renda, classe social, orientação sexual, cultura, idade, nível de educação e religião. Outra vitória pode ser a criação em 2003 da Secretaria Especial de políticas para Mulher, que tem como objetivo produzir e implementar políticas públicas que melhorem as condições de vida das mulheres e promovam a igualdade de gênero, independente de raça/cor, religião, deficiência, classe social e orientação sexual. No Segundo Plano de Políticas Públicas para as Mulheres a inclusão da perspectiva da orientação sexual foi aprofundada, em atenção às reivindicações dos movimentos de mulheres lésbicas.

Um ano após a criação da Secretaria Especial de políticas para as mulheres, foi criada a Secretaria Especial de Direitos humanos da Presidência da República, secretaria esta responsável pela implementação de políticas públicas de combate à discriminação e violência contra LGBTTs, através da criação e implementação do Programa Brasil Sem Homofobia, tema desta sessão.

Como consta em seu material de divulgação, o programa BSH foi construído com ampla participação do movimento LGBTT. Esta articulação, entretanto, já vinha se construindo desde meados da década de 1990, mas direcionado as políticas de combate e prevenção de DST/AIDS. Em 1996, a partir de consulta e articulação com o movimento, que o quesito “discriminação por orientação sexual” passa a incorporar a pauta federal de Direitos Humanos, com a criação do primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Os PNDH (o primeiro criado em 1996, e o segundo, em 2002) representaram um marco na incorporação da pauta dos Direitos Humanos no

Brasil, que firmava compromissos com tratados internacionais da pauta de direitos humanos desde o final da ditadura militar. Na Conferência Mundial de Durban – conferência mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata – partiu da comitiva brasileira a iniciativa da inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual. Infelizmente esta proposta não foi incorporada ao texto resultante desta conferência. (LACERDA e VIANNA, 2004).

O segundo PNDH aprofundou os pontos referidos à orientação sexual, inclusive propondo a emenda a Constituição Federal favorecendo a garantia do direito a livre expressão sexual e proibição da discriminação por orientação sexual, o que na verdade ainda não foi efetivado. Os PNDHs são programas, portanto não se impõem como leis, mas fornecem diretrizes que devem orientar a produção de novas leis e programas governamentais (VIANNA e LACERDA, 2004). Desta forma, eles, juntamente com as recomendações provenientes da Conferência de Durban, geraram condições para a criação Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001. Representantes da sociedade civil que integram o Movimento Homossexual Brasileiro (hoje LGBTT) passaram a integrar esta comissão que em 2003 criou um grupo de trabalho para a elaboração do hoje chamado Programa Brasil sem Homofobia.

Anunciado no ano de 2004, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção de Cidadania Homossexual: Brasil sem Homofobia. O programa propõe ações 53 ações destinadas a: 1) apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual ou no combate à homofobia; 2) capacitar profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa dos direitos humanos; 3) disseminar informações sobre direitos e de promoção da autonomia homossexual; 4) incentivar a denúncia de violações dos direitos humanos no segmento LGBTT. (Conselho Nacional do Combate a Discriminação, 2004)

O programa define como seu objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais a partir da equiparação de direitos e do combate a discriminação e violência homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um destes segmentos populacionais” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE Á DISCRIMINAÇÃO, 2004). Para alcançar tal objetivo, o programa propõe a articulação de Ministérios e Secretarias em âmbito federal para a

construção de ações nos campos da saúde, educação, trabalho, segurança, cultura, as políticas para as mulheres, juventude e contra o racismo.

A implantação de centros de referência no combate e prevenção à homofobia com diretrizes similares, mas com diferentes formatos segundo especificidade local, é um dos objetivos já implementados deste programa. No momento, existem 27 centros implantados nas várias regiões do Brasil e mais outros 17 em processo de implantação³⁶. É importante ressaltar que nem todos os centros foram instalados em ONGs do movimento social: alguns dos projetos aprovados pela SEDH foram instalados em equipamentos públicos de nível estatal e municipal. Esta característica, entre outras, confere heterogeneidade aos centros de referência e possivelmente, diferentes formas de atuação e de “identificação” com sua população alvo.

3.4 O Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e no Combate a Homofobia: Projeto Rompa o Silêncio (CRDH Rompa o Silêncio).

No ano de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou seu primeiro edital para a seleção de projetos de implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Combate e Prevenção à Homofobia em todo o Brasil. Já com um histórico de acolhimento de denúncias de violações dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, o Nuances encaminhou sua proposta de trabalho, tendo sido um dos 11 projetos que na época foram aprovados para implementação. A assinatura do convênio entre o Nuances e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República se deu no ano de 2006, ano de lançamento do projeto. Este convênio foi renovado no ano de 2007 e, no final de 2008, recebeu um aditamento deste convênio por mais seis meses quando em junho de 2009 foram encerradas as atividades do Centro de Referência.

O CDRH Rompa o Silêncio teve como objetivos combater as discriminações e violências de cunho homofóbico e heterossexista, bem como a busca da equiparação de direitos para a população LGBTT. Para tanto, desenvolvemos varias ações, tais como: o acolhimento e encaminhamento das denúncias; o oferecimento de orientação, através assistência jurídica e

³⁶ Dados retirados de www.presidencia.gov.br/sedh

psicossocial; a divulgação de material informativo sobre direitos e lugares onde realizar denúncias, bem como oferecer cursos de formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para atores do direito e da saúde.

Na busca de maior sustentabilidade às ações promovidas pelo projeto, foi imprescindível reunir esforços na formação e articulação de redes institucionais de mútuo apoio. Para tanto, foi buscada a cooperação política e técnico-científica em instituições do poder público, universidades e organizações da sociedade civil locais. No lançamento do projeto, no ano de 2006, foi firmado protocolo de intenções com nove instituições: a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul – Igualdade, a Associação de juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia legislativa do RS, O Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região), a UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), a UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e o Instituto de Acesso à Justiça (IAJ).

O CDRH contou com a atuação de ativistas do Nuances, profissionais do direito, psicologia e serviço social, bem como estagiários de direito e psicologia. Procuramos trabalhar de forma a integrar os campos disciplinares que estão envolvidos em nossa intervenção (direito, psicologia, serviço social, ativismo) de forma interdisciplinar, no qual cada campo esta imbricado ao outro no momento da intervenção. Para além da interdisciplinaridade, foi sempre uma preocupação do grupo problematizar as implicações destes campos disciplinares tanto na produção da homossexualidade como desvio, quanto como uma marca indelével de “vulnerabilidade”. Desta forma, acreditamos que cada um de nós era capaz de acolher uma denúncia, o que na maioria das vezes fazíamos em conjunto. É importante também ressaltar que, neste processo que envolvia tomada de decisões e atitudes, o usuário do serviço contribuía na busca de soluções de seu caso.

Outra grande preocupação era a de tomar cada intervenção não como um caso isolado e individual. Nas palavras de Golin, presidente do nuances:

“O que se objetiva é, dando atenção às demandas individuais, compreender melhor a homofobia em suas manifestações públicas e privadas, de modo a provocar respostas mais condizentes, maduras e menos preconceituosas por parte dos órgãos estatais e das instituições privadas” (GOLIN, 2007, P. 9)

Entre muitos, alguns dos resultados concretos obtidos nesta intervenção que se pode citar foram duas capacitações para estudantes de direito e das áreas da saúde. Contamos também com a produção de duas publicações: o Guia de Direitos Humanos, e a coletânea de artigos “Rompendo o Silêncio: Homofobia e Heterossexismo na Sociedade Contemporânea”³⁷. Talvez o mais importante, foram acolhidas diversas denúncias e produzido um banco de dados contendo o perfil dos/as usuários/as e das discriminações sofridas, o que certamente poderá servir de subsídio tanto para pesquisas futuras quanto para a elaboração de políticas e programas voltados ao combate das desigualdades, da homofobia e do heterossexismo.

Como esta pesquisa refere-se às mulheres que acessaram o CDRH Rompa o Silêncio gostaria de apresentar aqui alguns dados quantitativos recolhidos em nosso trabalho a cerca do perfil destas usuárias, as demandas recebidas, bem como das formas de discriminação e violência sofridas. Ressalto, no entanto, que os dados que apresento aqui se referem ao período de vigência de 2007. Estes dados serão importantes, também, como forma de acrescentar as análises das trajetórias de vida das participantes da pesquisa.

No ano de 2007, os dados são referentes a 75 homens e mulheres que responderam a ficha de atendimento do CDRH Rompa o Silêncio³⁸. Destes, 25.3% referiam-se a casos de mulheres homo ou bissexuais. Apesar do percentual aparentemente baixo, se compararmos este dado aos obtidos em 2006, no qual as mulheres homo e bissexuais perfaziam um total de 19% da amostra, percebemos que existe um crescimento. Este dado, portanto, pode nos revelar diferenças no acesso entre homens e mulheres, o que pode estar relacionado a diversos fatores, como estigmas relacionados as desigualdades de gênero (POCAHY, 2007) e mesmo uma menor identificação do grupo nuances ao universo de mulheres homo e bissexuais. No entanto, é possível também perceber que o acesso das mulheres vem se consolidando.

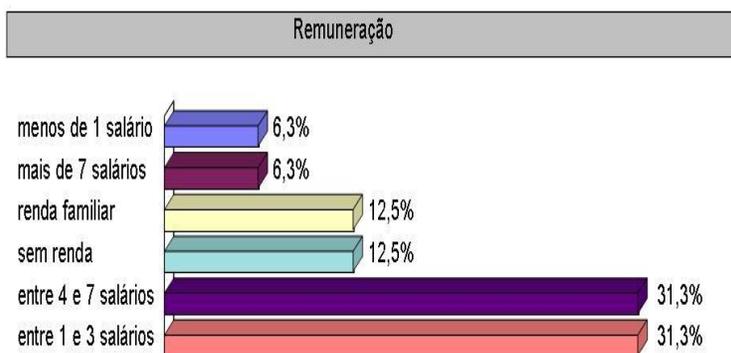
³⁷ POCAHY, Fernando A. (org). **Rompendo o Silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre, Nuances, 2007.

³⁸ Nem todos os casos atendidos puderam ser contabilizados na amostra de 2007-2008, basicamente porque em alguns casos não foi possível a obtenção dos dados ou por que a denúncia e a orientação foram feitas por via eletrônica (email) ou telefônica, o que impossibilitou o contato direto com a/o usuário/a, ou porque a/o usuário/a se recusasse a responder a ficha, preferindo manter-se anônimo/a.

Quanto ao local de moradia, 71,4% das mulheres eram residentes em Porto Alegre, outras 19% eram residentes na Grande Porto Alegre e ainda 9,5% residiam em cidades fora da região metropolitana.

No quesito faixa etária, 47,4% das mulheres estavam na faixa entre os 20 e 30 anos, seguido pelas de 15 a 20 anos, que perfaziam um total de 21,1%, as mulheres com idade entre 30 e 40 anos perfizeram um total de 15,8%; o mesmo percentual foi encontrado para as mulheres com idade superior a 40 anos. Nenhuma mulher com mais de 45 anos procurou o serviço, o que desde já indica uma marca geracional nas possibilidades de levar a cabo uma denúncia.

Em relação à remuneração das usuárias, os dados apontam para desafios por vir na obtenção de acesso à justiça as mulheres com renda inferior a 1 salário mínimo. 31,3 % das mulheres recebem entre 1 e 3 salários mínimos, número igualado aquelas que recebem entre 4 e 7 salários. 25% das mulheres referiram não possuir renda, ou dependerem da renda familiar (o que pode estar relacionado às dificuldades de inserção no mundo do trabalho).



O baixo percentual para mulheres com remuneração maior que 7 salários mínimos (6,3%) pode indicar também que estas podem buscar recursos privados para acessar seus direitos, assim como pode indicar uma certa “proteção” ligada à remuneração no que tange à discriminação. Obviamente este tipo de dado não tem alto poder explicativo, ele deve ser entendido somente como mais um elemento que ajuda a construir hipóteses sobre os fatores que facilitam e ou bloqueiam as possibilidades das mulheres homossexuais e bissexuais para fazer valer seus

direitos, ou mesmo para acessar este tipo de serviço marcado características bastante específicas (imagem pública da ong, local, características de seus funcionamento) .

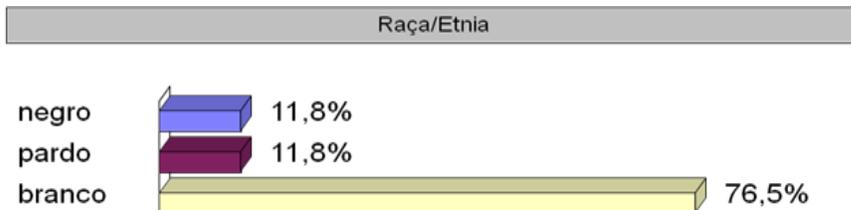
Aos dados relacionados à remuneração podemos adicionar aqueles referentes à escolarização. Podemos observar no gráfico abaixo que o maior percentual de mulheres que acessaram o CDRH está entre as mulheres que possuem o ensino médio completo, seguido daquelas que possuem educação superior incompleta.



Pode-se relacionar este percentual com o fato da escolaridade ser um fator importante no acesso à informação e à compreensão das possibilidades de ter acesso aos direitos associados à cidadania. O baixo percentual encontrado de mulheres com ensino fundamental completo e incompleto demonstra por outro lado que a baixa escolaridade pode se constituir em um bloqueio na busca de fazer respeitar os direitos pelas mesmas razões indicadas acima. Isto pode estar associado a diversos fatores que não poderiam ser especificados neste estudo. Entretanto, pode-se inferir que entre eles estão às dificuldades no acesso a informações sobre direitos e, acima de tudo, a dificuldade das instituições em alcançar tais sujeitos.

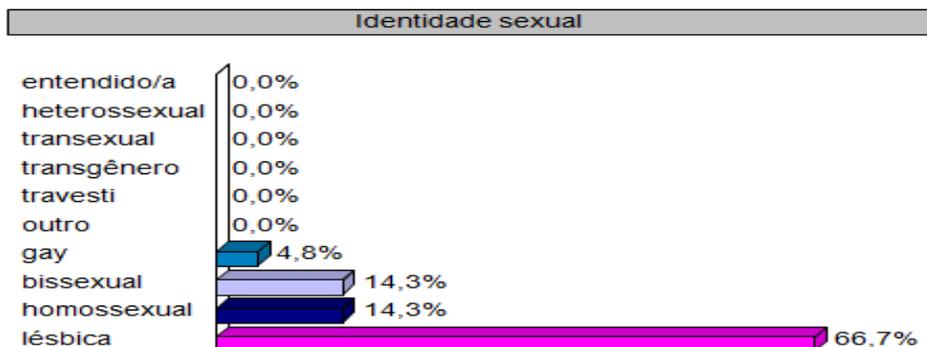
O gráfico abaixo demonstra o perfil auto-atribuído de identidade etno-racial das mulheres que acessaram o centro no ano de 2007. Chama a atenção o alto percentual de mulheres que se auto-declararam brancas, em relação aquelas que se auto declararam negras ou pardas. Se inclusos todos os sujeitos que acessaram o CDRH na vigência de 2007, encontramos ainda um

alto percentual de pessoas que se auto-delcararam brancas (70,4%). Percebemos aqui o quanto estigmas ligados a raça e a etnia em sua associação com o gênero, se colocam como fatores importantes e que dificultam o acesso a justiça destas mulheres.



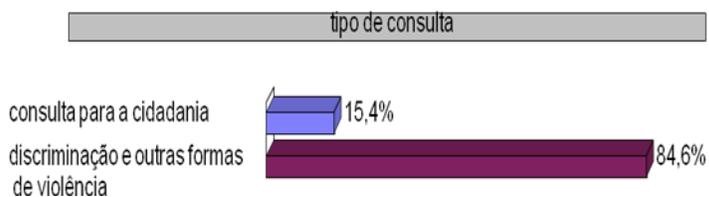
Quanto à identidade sexual, a ficha oferecia uma série de categorias identitárias para as quais se solicitava que os sujeitos apontassem com qual delas mais se auto-identificava. Foram oferecidas as categorias demonstradas no gráfico abaixo, sendo que o espaço “outro” foi dado como possibilidade para quaisquer formas identitárias que não se apresentassem na ficha³⁹ Não raro, este era um momento de reflexão e dúvidas, tanto geradas por dificuldades em enquadrarem-se em uma categoria quando poderiam se identificar também com outra, quanto pelo fato de não compreenderem a diferença entre algumas como, por exemplo, entre denominar-se gay ou homossexual, ou gay ou lésbica. No entanto, cada uma das categorias poderia expressar diferentes posicionamentos dos sujeitos diante de sua sexualidade bem como diferentes estilos e formas de se expressarem no mundo.

³⁹ É importante ressaltar que as “identidades” expressas na ficha não são consideradas nem por este trabalho, nem pelo grupo nuances, como “identidades” que expressariam uma essência interna a um sujeito ou grupo de sujeitos. Elas são, antes, formas culturalmente sugeridas aos sujeitos, criadas e incorporadas em intensa negociação entre os sujeitos ou grupos e o campo social e histórico no qual estão inseridos. Desta forma, estão em constante processo de elaboração e reelaboração.



Assim encontramos que a maioria das mulheres (66,7%) se auto-identificaram como lésbicas; 14,3% como homossexual, 14,3% como bissexual e 4,8 % como gay. É possível que o elevado percentual de mulheres que se identifiquem como lésbicas se relacione com o crescimento e a maior visibilidade do movimento de mulheres lésbicas no Brasil⁴⁰

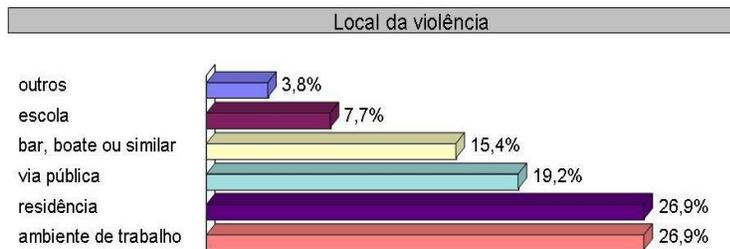
Quanto ao tipo de consulta, fazíamos uma diferenciação a respeito de demandas relacionadas às discriminações e violências propriamente ditas e outras relacionadas à busca de informações, que chamávamos “consulta para a cidadania”, que totalizaram 15,4% das consultas e relacionavam-se basicamente a consultas sobre direito previdenciário e sobre como proceder para fazer registro de união estável com a companheira.



Entretanto, podemos perceber que uma parcela muito significativa (84,6 %) das demandas esta vinculada a discriminação e outras formas de violência. Dentro destas, a maior parcela dos

⁴⁰ Para saber mais sobre o Movimento de mulheres lésbicas no Brasil ver Almeida, Gláucia (2005)

casos (42,5%) envolviam a violência psicológica/moral, seguido de 30,3% a agressão verbal e 15,2% a agressão física. Estes dados podem se tornar mais significativos ao voltarmos nosso olhar para os locais onde estas violências ocorreram.



No gráfico acima, podemos perceber que um número significativo das denúncias referiu-se a situações vividas no ambiente de trabalho e na própria residência das usuárias e estas se revestiam de formas de assédio moral no trabalho, uma violência psíquica que transforma o ambiente de trabalho em um tormento cotidiano, mas nem sempre explicitado na forma de agressão verbal. Na residência, ao contrário, a agressão verbal, física e ameaças por parte de vizinhos/as e família, por vezes obrigou as denunciadas a trocar de local de moradia.

3.5 Sujeitos da pesquisa: as mulheres

Após ter feito um percurso não tão breve sobre a emergência no movimento homossexual brasileiro, hoje LGBT, apresentar o grupo nuances e traçar um breve panorama do Programa Brasil sem Homofobia do Centro de Referência, venho então apresentar as participantes desta pesquisa, nove mulheres que buscaram auxílio no centro de referência do grupo nuances.

Ao anunciar, de forma genérica, os sujeitos inclusos nesta pesquisa - as “mulheres - considero ser importante refletir acerca da própria categoria ‘mulheres’”. Afinal, o que quero eu dizer com o termo “mulher”? Será esta categoria tão auto-evidente? Buscando esta reflexão, procuro também evidenciar a forma plástica com a qual compreendo que os sujeitos constroem suas identidades de gênero, na arena da disputa por verdades onde concorrem diversos discursos

sobre o gênero, o corpo e a sexualidade. No antagonismo das lutas, regimes de verdade que estabelecem a produção e a circulação de enunciados sobre o sentido do termo ‘mulheres’.

Em momento anterior desta escrita, anunciei que minhas entrevistadas seriam “mulheres biológicas”, como forma de diferenciá-las das mulheres transexuais⁴¹, que não fazem parte do escopo desta pesquisa. Para o/a leitor/a desavisado/a, falar em mulheres biológicas pode parecer redundância. No entanto, fazer esta ressalva, neste ponto, é importante, pois apesar de abordar as mulheres como uma categoria, compreendo gênero a partir de Butler como o “efeito de uma prática reguladora” (BUTLER, 2003 p.57); ou seja, a univocidade do sexo, sua coerência interna e estrutura binária são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista. A partir deste ponto de vista, compreendo também que a junção dos enunciados “mulheres” e “biologia” faz também parte de um regime de verdades que faz ver na anatomia o gênero, e no gênero, a anatomia⁴².

Segundo Haraway (2004) o conceito de gênero, em seu sentido político e crítico, foi progressivamente articulado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres e feministas do pós-guerra. Para a autora, embora se possam encontrar diferenciações importantes em seus desenvolvimentos posteriores dentro da militância e da teoria feminista, as conceituações da categoria gênero modernas podem ser vistas como tributárias da observação de Simone de Beauvoir em seu livro “O Segundo Sexo” qual seja, de que “não se nasce mulher”. A frase, certamente fazia alusão à idéia do gênero como uma construção social e histórica baseada nas diferenças historicamente percebidas entre os sexos. Neste contexto, a palavra gênero enfatizava a historicidade e contingência das identidades homem e mulher e não se refere a um ou outro sexo, mas as relações que são socialmente construídas entre e sobre eles. Assim, ela também possibilitava a contestação dos regimes de poder e hierarquia entre os sexos visto que, ao

⁴¹ É importante frisar que não se trata de buscar dizer que as mulheres transexuais não são mulheres, mas sim estabelecer um recorte de pesquisa, uma vez que abrir o leque das entrevistadas para aquelas que se situam no campo da transexualidade abriria por demais as possibilidades de análise.

⁴² Embora possamos dizer que este jogo de verdades possa estar sendo, nos dias de hoje, alvo de contestação tanto na pesquisa de cunho pós estruturalista no campo do gênero e sexualidade quanto pelos próprios sujeitos, como acontece, por exemplo, no caso dos sujeitos transexuais (onde a identidade de gênero se descola da matriz biológica, ainda que haja uma espécie de reivindicação do estabelecimento da coerência entre corpo biológico e identidade de gênero através do imperativo da cirurgia de transgenitalização) e das travestis onde a identidade de gênero se descola do corpo biológico.

descolar-se a identidade de gênero de um determinismo biológico foi possível também questionar a presumida universalidade e supremacia dos homens e a opressão das mulheres. Assim, o conceito tornou-se ferramenta chave na luta política feminista. Como enfatiza Nicholson (2000) as feministas do final da década de 60 construíram o conceito de gênero (como uma construção social) como forma de opor a maneira dominante das sociedades ocidentais de perceber a distinção entre masculino e feminino como causadas por fatos biológicos. O conceito de “sexo” como uma base biológica que determinava diferenças culturais e de poder entre homens e mulheres colaborava, portanto, com uma idéia de imutabilidade das diferenças que desmobilizava tentativas de mudanças. Pode-se perceber, assim, a importância estratégica da construção do conceito de gênero na luta pelas assimetrias nas relações entre homens e mulheres.

Entretanto, segundo Nicholson (2000), o termo “gênero” tem sido usado no contexto do movimento de mulheres e feministas de maneira um tanto contraditória. Por um lado, ele é usado em oposição ao sexo como forma de descrever o que é socialmente construído, portanto, pensado como um atributo da personalidade e do comportamento em oposição ao corpo. Por outro, o termo é usado não somente como forma de contextualizar aquilo que é socialmente construído (personalidade), mas também as formas como a diferença sexual é percebida: ou seja, como o corpo é compreendido e significado na cultura. Esta segunda forma de ver o gênero, segundo ela, é própria da concepção de Scott (1995), que estabelece que o gênero é a “organização social da diferença sexual”; no entanto, isso não significa que ele produza diferenças físicas ou biológicas nos corpos de homens e mulheres, mas lhe atribui significados. Também podemos aproximar esta segunda concepção do sistema sexo/gênero teorizado por Rubin (1993) onde esta afirma ser este o “conjunto de disposições pela qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (Rubin, 1993, p. 97).

A concepção do gênero como uma construção social representou um ganho importante para o movimento feminista ao possibilitar um distanciamento do determinismo biológico para explicação das diferenças entre homens e mulheres, vigente até então. Entretanto, Nicholson (2000) argumenta que a teoria feminista não deixou de pensar o “sexo” (corpo) como um *apriori* cultural, ou seja, algo que fica fora da cultura e da história e, portanto, não implicado em relações de poder.

“... o interessante é que o “gênero”, naquela época não era visto pela maioria como um substituto para “sexo”, mas como um meio de minar as pretensões de abrangência do “sexo”. A maioria das feministas do final dos anos 60 e início dos anos 70 aceitaram a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens (...) Assim, o conceito de “gênero” foi introduzido para suplementar o de “sexo”, não para substituí-lo. Mais do que isso, , não só o “gênero” não era visto como um substituto de “sexo” como também “sexo” parecia essencial a elaboração do próprio conceito de “gênero”. (Nicholson, 2000, p.11)

Desta forma, ao tentar desvincular-se da biologia, a teoria feminista da época acabou por restabelecer um lugar para o “sexo” (corpo) fora das relações de poder e da história; ele ficou sendo o “lugar”, um “cabide” “investido” pelo gênero. O “gênero” estaria para a cultura como o “sexo” para a natureza (BUTLER, 2003). Desta forma, um sistema binário não deixa de ser reinvestido, pois se o sexo não deixa de ser a base na qual se constrói o “gênero”, então “sexo” nunca deixou de ser sinônimo de “gênero” e o “gênero” nunca deixou de ser sinônimo de “sexo”. Pois, como questiona Butler (2003) “se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003).

Laqueur (2001) nos fornece condições de questionar este estatuto de *apriori* histórico e cultural dado ao “sexo”; ou, talvez fosse melhor definir, o “sexo” como “dado”. Para ele, a idéia de que existem dois sexos anatomicamente diferentes em que distinguem dois tipos diferentes de sujeitos, machos ou fêmeas, nasce somente a partir do sec. XVIII; antes disso vigorava a idéia do sexo uno, onde os órgãos sexuais da mulher eram entendidos pelo modelo do dos homens, apenas de forma invertida. Esta última idéia era tributária ao modelo grego, em que as “diferenças” morfológicas hoje percebidas, eram concebidas enquanto “semelhanças”, ou seja, homens e mulheres não eram concebidos como dois corpos biologicamente diferenciados, embora o gênero se apresentasse em duas possibilidades. A distinção entre homem e mulher não era então percebida em termos de uma natureza intrínseca, mas em grau de perfeição, onde a mulher ficava em desvantagem.

É a partir do século XVIII que a idéia de dois corpos (masculino e feminino) vistos como pertencentes a naturezas e morfologias distintas passa a progressivamente emergir no cenário ocidental. A partir deste momento, o olhar sobre a anatomia, o entendimento de que havia duas genitálias morfológica e fisiologicamente distintas passa a determinar a que gênero cada indivíduo pertence. Assim que, apesar da tentativa de separar-se da temida “natureza”, boa parte da teoria feminista acabou por invocar os mesmos binarismos que mantinham intactas as

dicotomias entre corpo/mente, sexo/gênero, natureza/cultura. Mas é também no interior do próprio feminismo, através de teóricas aliadas ao pensamento pós-estruturalista e as idéias apresentadas por Foucault, que uma crítica a pré-discursividade do sexo (ou do sexo/natureza como um apriori histórico) emerge. Estes estudos, juntamente com o de Laqueur (2001), demonstraram que o próprio sexo tem uma história, que ele próprio é resultado de uma discursividade.

Para Judith Butler (2003) o sexo como pré-discursivo não deixa também de ser efeito de uma norma regulatória. Para ela, não há identidade de gênero ou “sexo” que sejam anteriores a cultura; “não há identidade de gênero por traz das expressões de gênero” (BUTLER, 2003, p.48). Decorre daí que o gênero é o meio discursivo através do qual uma “natureza sexuada”, um “sexo-real” se produz. E lança a questão: aceitando-se o argumento da imutabilidade do sexo e da construção do gênero, “porque deveria-se supor que a construção de homens aplique-se exclusivamente a corpos masculinos?” (BUTLER, 2003, p.24). Para ela o construcionismo social, desta forma, não conseguiu problematizar as relações de poder que constituem corpos-identidades.

Desta forma, o gênero não é simplesmente uma construção social por sobre o sexo, mas sim uma norma cujos efeitos performáticos produzem tanto a estabilidade do sexo quanto a coerência entre sexo-gênero-desejo. São estas mesmas normas que acabam por materializar a diferença sexual e que consolidam o imperativo de que, por exemplo, um corpo, visto como feminino, deveria expressar o gênero “mulher” e que teria uma predisposição “natural” a se interessar sexualmente pelo sexo oposto.

Ao tratar o gênero como uma norma que opera sobre os corpos que supostamente descreve, Butler (2003) inverte a questão: não é o sexo quem dita o gênero, mas a própria reiteração da norma que articula gênero e heterossexualidade que produz efeitos que se materializam nos corpos e que determinam trajetórias sexuadas. Estas normas operam de forma performática, em um processo temporal, que opera através de sua constante citação e reiteração. E um dos efeitos desta reiteração é o de dissimular ou ocultar as normas as quais reitera, produzindo um efeito de fronteira, naturalidade e fixidez. Assim, tornar-se homem ou mulher não é apenas um fato dado, mas sim “uma construção ideal materializada através do tempo” (BUTLER, 2003, p.18). Que um homem deva se interessar por uma mulher, também.

Ao mesmo tempo, falar em performatividade não significa dizer que um sujeito, em um ato deliberado, assumia uma ou outra identidade sexuada. Nem mesmo um ato singular. Este “eu” não se sustenta fora da matriz de normas éticas e dos enquadramentos morais de sua época, que muitas vezes são conflitantes. “De uma forma importante, esta matriz é também a condição de emergência deste “eu”, mesmo que este eu não seja totalmente induzido por estas normas.” (BUTLER, 2005b, p. 7). Assim, o sujeito nasce em meio a uma rede de poderes que o constrange.

Retomando o início deste tópico, ao chamar as mulheres desta pesquisa como “mulheres biológicas”, reconheço que estou de certa forma, reiterando uma norma: a de que o termo mulher deveria naturalmente decorrer de um corpo visto como feminino. Mas a norma falha, e por vezes no processo de sua reiteração, que não necessariamente significa repetição, volta-se contra si e expõe seu caráter forjado. Desta forma, diferenciar “mulheres biológicas” de “mulheres não-biológicas” é, ao mesmo tempo, citar uma norma e perverte-la. Necessitar explicitar que as mulheres desta pesquisa são “biológicas” significa dizer “existem mulheres que não o são”; o mesmo vale ao dizer que existem homens que não são biológicos. Para manter-me fiel a este princípio – que para mim tomou a forma de um dilema ético - foi necessário, por exemplo, excluir desta pesquisa um homem que biológica ou morfologicamente era uma “mulher”, apesar de primeiramente, tê-lo convidado a participar e de ele aceitar. Mas como eu poderia, em uma pesquisa que trata de trajetória de vida de “mulheres” ter incluído alguém que não se identifica enquanto tal? Talvez esta seja uma boa questão para se pensar fora dos domínios deste trabalho, e talvez fique como uma boa questão para a/o leitora/o.

3.5.1 Critérios e forma de seleção das entrevistadas

As mulheres foram selecionadas a partir de uma listagem das mulheres que haviam acessado o Centro de Referência em 2007. A partir disto foi feito contato telefônico (aquelas que dispunham), por email (aquelas que não dispunham de telefone atualizado, mas que dispunham de endereço eletrônico) e também, quando não era possível fazer contato telefônico ou por email, por alguma entidade ou pessoa de referência. Após algumas semanas de tentativas, nove mulheres aceitaram participar da pesquisa.

Tinha por objetivo alcançar mulheres com diferentes perfis de escolaridade, remuneração, cor e idade. Apesar desta prerrogativa, mulheres com escolaridade abaixo do ensino médio, ou que se declararam negras ou pardas, bem como as com idade inferior a vinte anos acabaram por não fazer parte desta pesquisa, basicamente pela dificuldade em contatá-las (ou não dispunham de telefone ou email, ou não foi possível estabelecer contato através da pessoa ou entidade de referência). É importante frisar, no entanto, que mulheres com escolaridade abaixo do ensino médio completo totalizaram 10.6% do total de mulheres que acessaram o serviço naquele período, sendo que o restante tinha escolaridade igual ou acima desta faixa. Menos de 30% das mulheres que responderam a ficha de entrada ao centro declararam-se pardas ou negras, o restante 76% declarou-se branca. Os dados relativos à faixa etária das usuárias, infelizmente, não haviam sido compilados na época, porém em uma pesquisa nas fichas das usuárias, verifiquei que a faixa de maior incidência estava entre os 20 e 40 anos como foi apresentado nos gráficos anteriormente apresentados. Apesar de não ter conseguido uma amostra apresentando maior diversidade nos quesitos que acima mencionei, creio que ela represente o perfil de mulheres que mais acessaram o centro. Resta-nos questionarmos as razões pelas quais as mulheres com nível de escolaridade inferior ao ensino médio completo e que se auto-identificam como negras ou pardas acessaram o Centro de Referência em menor número; uma questão que fica para pesquisas posteriores.

3.5.2 Implicações éticas na apresentação das participantes

Nesta seção, prosseguirei com uma apresentação das participantes desta pesquisa, procurando relatar as impressões que tive de cada uma durante a entrevista e também relatando de forma breve as razões que as levaram a buscar orientação no Centro de Referência.

Antes de proceder à apresentação, cabe ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS e que as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os nomes das participantes, bem como outros que aparecem em seus relatos foram substituídos. Referências aos locais de trabalho, moradia, instituições de ensino ou, quando fosse o caso, o local onde sofreram discriminação foram feitas

procurando manter o máximo de sigilo possível quanto a nomes e localidades, mas mantendo algumas características gerais, quando acreditava ser importante para caracterizar o contexto social no qual estão inseridas as participantes e, quando fosse o caso, o contexto no qual ocorreu a discriminação. Este último ponto parece importante, no sentido de que os contextos em foram vivenciadas as discriminações possam determinar diferentes impactos na vida das participantes, nas formas de percepção do episódio de discriminação e no tipo de resposta dada ao episódio. Desta forma, chega a hora de apresentar as participantes desta pesquisa.

3.5.3 Apresentação das participantes.

Participante: Vanessa.

Vanessa é uma jovem de 23 anos, moradora de um bairro classe média de Porto Alegre. A impressão que me causa é a de Vanessa é uma “moça”, no sentido romântico da palavra. Sua aparência impecável e tímida logo me deu a impressão que estava ali diante de uma mulher que, de certa forma, exprimia os padrões de feminilidade de uma “moça de família”: delicadeza, fragilidade, discrição, beleza, timidez faziam parte daquela figura de mulher que ora se apresentava. Seus olhos claros, sua pele branca também de alguma forma lhe davam uma aura angelical. A própria forma como Vanessa se expressa e se descreve coincide com a impressão que me causa:

“Até eu começar a namorar a Paula, sempre fui... tinha os cabelos compridos, andava de saltinho sabe a minha auto-imagem sempre foi muito feminina... para os outros também sabe, para as outras pessoas”(VANESSA).

Atualmente Vanessa vive com sua mãe e suas irmãs mais novas. Os pais estão separados há pouco tempo e o pai reside em outro lugar. Vanessa não está trabalhando – seu primeiro e único emprego foi como recepcionista em uma estética, pouco antes de prestar vestibular e tornar-se estudante de psicologia. Segundo seu relato, Paula (nome fictício) foi sua primeira e única namorada mulher; antes disso teve outros namorados, mas este parece ter sido seu relacionamento mais duradouro. Por conta do relacionamento que teve com Paula, Vanessa passou a mais freqüentemente a questionar suas posições e suas preferências sexuais, o que muitas vezes a levou a questionar sua identidade

“... bom, me sinto atraída mesmo por ela... Mas foi uma coisa que não foi... foi aos poucos assim. Eu acho que até por isso me assusta um pouco. Ah tá, agora eu gosto muito de mulheres... Antes não era assim. Parece que é como se eu não me reconhecesse, sabe? não me reconheço. As vezes eu paro e me lembro de mim no passado e eu tenho sabe, sou eu? Quem eu sou?” (VANESSA)

Decidiu realizar a entrevista na sala disponibilizada por meu orientador na UFRGS; o ambiente universitário provavelmente a faz sentir mais segura, o que ela expressa em muitos momentos da entrevista: “... aqui na faculdade e também em outros ambientes da universidade a gente até tinha mais liberdade” (VANESSA). Entretanto, foi neste ambiente onde se sentia mais livre e, de certa forma, protegida em que ocorreu o fato que a levou – ela e sua namorada- a procurarem o nuances e serem atendidas pelo CRDH. O ocorrido, em suas palavras:

“Eu e a Paula namoramos por bastante tempo e bom, aqui nesse ambiente da Universidade, a gente estava andando bastante de mãos dadas ou abraçadas. E um dia no “Restaurante Universitário a gente estava na fila e estávamos meio abraçadas, assim com uns carinhos. Sei lá eu acho que eu tinha falado alguma coisa no ouvido dela, não sei, alguma coisa assim. E daí o segurança do restaurante veio nos abordar, dizer que a gente estava desrespeitando... sei lá, não sei exatamente agora o que ele falou. E aí então, primeiro eu levei um choque, nem soube assim responder para ele. Então logo depois a gente já tinha entrado, a gente foi até ali onde tem o setor no restaurante pra fazer uma reclamação. Daí quando a gente estava lá ele entrou na sala, falou várias coisas, nos ofendendo, dizendo que... Aí eu respondi no final para ele, ele estava... foi uma ameaça assim... falou “ah, depois a gente vai resolver isso”. (Vanessa)

Vanessa e sua namorada chegaram ao nuances, aconselhadas por colegas de faculdade - que já conheciam a entidade por desenvolverem pesquisas relacionadas ao grupo - e aconselhadas por professores da universidade, a quem pediram providencias. Quando chegaram ao nuances já haviam trilhado um bom percurso a fim de encaminhar a queixa contra o comportamento do segurança (funcionário da universidade) e apurar responsabilidades: uma reclamação feita junto à chefia do restaurante universitário; a apresentação de queixa junto à universidade; a realização de boletim de ocorrência junto à delegacia da mulher.

Participante: Simone

Simone é uma mulher branca, de 30 anos, moradora de um bairro de classe operária de uma importante cidade da Grande Porto Alegre, onde nasceu. Simone mora com sua companheira e seu irmão em uma casa simples de alvenaria, pertencente a sua família. O pai é falecido e,

segundo ela, nunca residiu com sua mãe, Possui o ensino médio completo, que concluiu em um programa de Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública, já em seus vinte e poucos anos. Já trabalhou de “carteira assinada”, mas hoje em dia vive de pequenos serviços que oferece: é tatuadora, artesã, faz faxina. Nas suas palavras:

“Eu não gosto de ter que estar naquela rotina de ser submissa, alguém te mandando. Então eu tento driblar isso.” (SIMONE)

Nosso primeiro contato foi por telefone. Nesta primeira impressão, Simone se mostrou bastante solícita em interessada em contribuir para com a pesquisa, dizendo achar que o tema é importante e merecedor de maior atenção. Combinamos de realizar a entrevista em sua residência. Simone veste-se de forma bastante despojada: camiseta, uma saia simples e chinelos. Em suas pernas e braços várias tatuagens. Simone se diz punk embora como ela mesmo diga não adote totalmente “o visual”. Outra de suas referências é o “anarco-feminismo” que ela explica como sendo

“...O feminismo junto com o anarquismo que é a medida contra o governo. ..O feminismo é a parte da libertação da mulher contra o patriarcado, Estado... E o anarquismo também... E o feminismo que eu luto não é aquele feminismo que execra os homens a gente quer a libertação, quer a emancipação da mulher, mas não tirando o homem disso, porque acaba sendo preconceito também”. (SIMONE)

Estas características revelaram uma auto-definição como contestadora e questionadora, que foi se revelando ainda mais durante a entrevista. Patrícia (companheira de Simone) foi sua primeira relação homossexual, antes disso relacionava-se exclusivamente com homens embora, como ela mesma diz “eu nunca tive preconceito contra isso. Frequentava as Paradas, mas nunca tinha tido vontade de ficar com uma mulher”. Revelou não ter tido muitos dilemas ao assumir sua relação com Patrícia: “eu já cheguei abalando”. Diz ser lésbica, mas encara sua sexualidade com certo sentido de fluidez.

Junto com sua companheira, procurou o nuances por sentir-se discriminada por sua ex-cunhada que, segundo ela, após Simone ter assumido sua relação com Patrícia, passou a não permitir que ela convivesse com a sobrinha de 7 anos, problema que, até o momento da entrevista, permanecia. O estopim teria sido um email que a ex-cunhada teria enviado ao irmão de Simone, onde aquela proferia ofensas contra Simone e sua companheira. Havia registrado ocorrência policial antes de chegar ao nuances.

Participantes: Heloisa e Vivian

Decidi-me por apresentar Heloisa e Vivian juntas não somente por formarem um casal, mas por terem assim se apresentado para a entrevista, realizado-a juntas. As duas - Heloisa uma mulher clara de origem alemã e Vivian, clara e longos cabelos loiros - moram juntas em um bairro da zona central de Porto Alegre. Heloisa é professora de educação física e Vivian é técnica em nutrição e trabalha como secretária.

Heloisa vem de uma cidade de colonização alemã no interior do Rio Grande do Sul, cidade que deixou quando tinha 15 anos por determinação da família, que tinha intenção de separá-la da então namorada. Vivian vem de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Ela e suas irmãs foram criadas pelos avôs maternos, sua mãe faleceu quando tinha nove anos. Deixou a casa dos avôs para ir viver com Heloisa, já que sua família não permitia que se relacionasse com mulheres.

O contato telefônico foi feito com Heloisa, que mostrou-se bastante interessada em participar da pesquisa e desde o principio demonstrou a vontade que eu entrevistasse também Vivian. No entanto, a presença de Vivian chegou como uma surpresa para mim: havia, primeiramente, combinado a entrevista com Heloisa. Afinal, havia sido ela quem tinha ido buscar orientação no nuances, portanto, era o contato de Heloisa que eu dispunha. Mesmo que ela não houvesse ido até o nuances havia cogitado a possibilidade de entrevistar Vivian, afinal de contas a razão pela qual Heloisa nos procurou tinha sido uma discriminação que as duas experimentaram enquanto um “casal”.

Por decisão de Heloisa, acabamos por nos encontrarmos em um café no centro da cidade. Eu cheguei primeiro; aos poucos, fui avistando um casal de mãos dadas de longe e pensei tratar-se de um casal heterossexual. À medida que se aproximavam, com certa surpresa, percebi que se tratava de Heloisa e Vivian. Minha surpresa deveu-se não somente por eu não estar esperando um casal, mas pelo fato de ter achado que se tratava de um casal heterossexual. Heloisa não se utiliza dos padrões de feminilidade ao se vestir: usa cabelos bem curtos, já bem grisalhos, usa tênis, abrigo e camiseta, aproximando-se mais de um estilo mais masculino da “fancha”, “caminhoneira”, como se costuma falar na gíria lésbica. Já Vivian se apresenta em um padrão

mais próximo do feminino tradicional: longos cabelos loiros, calça jeans justa, bota de salto, brincos, pulseiras. O casal aproxima-se do estilo “fancha” e “lady”.

Ao longo da entrevista percebi o quanto a configuração “casal” tinha importância e fazia sentido para as duas entrevistadas. Uma dos primeiros assuntos que conversamos foi a respeito da possibilidade da oficialização de sua união com um registro de união estável. Heloisa era uma “gentle(wo)man” : preocupava-se em deixar Vivian a vontade, em dar espaço de fala a companheira, tratava-a por apelidos carinhosos como “bebê”. Percebi que a conjugalidade era bastante valorizada, em uma forma a reiteração de uma lógica romântica.

Outro fator que observei foi à grande diferença de idade entre as duas: Heloisa tinha 42 e Vivian, 19. Para além dos números, esta diferença aparecia em sua relação como casal. Havia uma relação de cuidado de Heloisa para com Vivian, um cuidado por vezes quase parental expresso, por exemplo, na preocupação de Heloisa em não “judiar” da companheira: tratá-la com respeito, ser fiel a ela, não fazê-la sofrer.

Apesar de apontar a importância dada ao relacionamento por ambas entrevistadas, reconheço que existia uma outra razão para que a entrevista fosse feita ao mesmo tempo: O fato de que o motivo que os levou a procurar o nuances foi uma discriminação vivida pelas duas enquanto casal. A queixa relacionava-se ao proprietário do apartamento que locavam e do qual, segundo elas, decidiram sair para evitar mais transtornos. Segundo elas, o conflito (que algumas vezes incluiu a invasão de seu apartamento por parte do proprietário, bem como agressões verbais) teria se iniciado quando Vívian mudou-se para o apartamento de Heloisa.

Participante: Imara

Imara é uma mulher de 44 anos, natural de uma cidade da Serra Gaúcha onde a maior atividade econômica é a agropecuária. É caçula de uma família de 8 irmãos. É morena clara e mora em uma área verde em um bairro da periferia de Porto Alegre, onde vive com a companheira e o filho, menor de idade, fruto de seu casamento anterior com um homem. Tem também uma filha, já maior de idade, mas com quem não tem contato freqüente, segundo ela por esta filha não aceitar seu relacionamento com outra mulher. Tem o ensino médio completo.

Imara procurou o nuances com intenção de obter auxílio em uma questão que envolvia seu ex-marido, que vinha lhe perseguindo desde que esta se separou dele para viver com outra mulher, ameaçando-a de tirar-lhe a guarda do filho mais novo. Segundo ela, desde que se separou vem sendo importunada por seu ex marido, que reclama questões a cerca das visitas e da forma como cria seu filho. Várias vezes foi chamada em tribunal para responder a cerca disto, mas em nenhuma das vezes teve a tutela do filho contestada. Para ela a razão de todos estes problemas com seu ex-marido reside ao fato de ela tê-lo deixado e decidido viver sua vida “como queria”, ou seja, passar a se relacionar com mulheres. Ao ser perguntada se o marido alguma vez havia explicitado este motivo, revelou alguns momentos sem muitos detalhes, mas atribuindo os problemas ao fato do ex-marido “não se conformar, não aceitar” (IMARA) o fato de ela estar vivendo com uma mulher.

Ela foi uma das primeiras mulheres que contatei e a primeira a ser entrevistada. No início mostrou-se um pouco reticente quanto a conceder a entrevista, tendo me ligado posteriormente aceitando a participação. Entretanto, mais tarde falou que se sentia “honrada” com o convite, ao mesmo tempo em que sentia que tinha “uma história bonita” e que valia a pena ser ouvida. Não quis que a entrevista fosse realizada em sua casa. Por escolha sua acabamos realizando a entrevista em um restaurante.

Imara parecia à vontade; falou bastante. No entanto, por vezes senti que desviava de alguns assuntos, principalmente com relação à família e seu casamento. Lembro-me que, no encontro no nuances, havia nos dito que havia tomado uma surra de um familiar para que parasse de jogar futebol, segundo ela “porque futebol não era coisa de mulher”. Na entrevista, embora tivesse mencionado o fato, disse preferir não nomear a pessoa, que isto “eram coisas do passado e que as pessoas mudam”. Talvez não quisesse ver seus familiares “enquadrados”; afinal de contas, além de pesquisadora, eu ali representava alguém a quem se fazia uma denúncia, por minha ligação com o nuances, o que pode tê-la deixado um tanto desconfortável para exprimir maiores detalhes. Após a entrevista disse que em casa todos sabem de sua relação com mulheres e que todos a respeitam, embora diga que os visita pouco.

Ao falar de seu desejo por mulheres, diz sempre ter sabido que gostava delas. Notava que, desde cedo se sentia atraída por elas, mas que nunca pode expor isto a ninguém, por medo da discriminação. Diz que preferiu sempre esconder, tendo inclusive se casado por isso. O

casamento ela qualifica como “ter tomado o rumo errado”. No entanto, somente há seis anos Imara diz ter “*assumido*” “*levantado sua bandeira*” (IMARA) como gosta de dizer. Segundo ela, tinha-se cansado de viver para os outros e que, aos 38 anos e queria viver um pouco para si.

Participante: Odila

Odila é uma mulher de 40 anos, branca, proveniente de uma cidade de colonização alemã da região metropolitana de Porto Alegre. Mudou-se para Porto Alegre por motivo de trabalho. Possui o ensino médio completo e trabalha em uma companhia de ônibus intermunicipais em Porto Alegre.

Mostrou-se solícita quanto à entrevista, aceitando sem problemas. Preferiu marcar a entrevista no seu local de trabalho, em um momento de folga. Apesar de achar que realizar a entrevista em seu local de trabalho fosse trazer alguns inconvenientes como barulho e falta de privacidade, concordei com sua sugestão. Ela estava uniformizada e percebi que trabalhava em meio a muitos homens; de fato, ela me relatou que só quatro mulheres realizavam a função que exerce, as outras trabalham basicamente vendendo passagens. Mais uma vez expliquei a pesquisa para ela, que talvez tratássemos de assuntos que ela achasse íntimos para aquele ambiente, ao que ela respondeu que não havia problemas.

No início da entrevista Odila me disse que não fazia questão de falar para as pessoas que é lésbica (como se auto-identifica), a não ser que lhe perguntassem. Mas ao longo da entrevista percebi que escondia bastante sua orientação sexual, principalmente no ambiente do trabalho, o que me causou certo espanto, tendo visto o lugar escolhido para a entrevista. Isto me remeteu a idéia da homossexualidade como uma espécie de segredo. De modo geral utiliza-se de certa forma de discrição, aproveitando-se do fato de que não se apresenta fisicamente masculinizada, o que, para ela tornaria sua orientação sexual mais evidente. Quando sua namorada a visita no trabalho, diz para seus colegas que é uma “prima”. Talvez por isso dissesse que vive em “dois mundos”. Tendo em vista que trabalha em um ambiente predominantemente masculino e, segundo ela, machista, a discrição e a manipulação da informação a cerca de sua sexualidade parecem ser um recurso para ela importante para evitar a discriminação e proteger seu emprego.

Odila procurou o nuances por ter problemas com a proprietária do imóvel em que morava. Segundo ela a proprietária, uma senhora idosa e que mora sozinha, vinha lhe importunando e ofendendo em função de sua orientação sexual, inclusive cortando sua água e colocando creolina nesta para que ela não pudesse usá-la. Diz ela que tudo começou quando sua namorada passou a freqüentar sua casa. Antes mesmo de tomar providencias maiores, tratou de mudar-se para outra casa e evitar mais transtornos, mas não desistiu de levar sua denuncia adiante. Quando chegou ao nuances já tinha registrado cinco ocorrências policiais contra o comportamento da proprietária. Sua intenção era a de processar a agressora e exigir indenização por danos morais; o que de fato foi encaminhado e para o qual obteve ganho de causa.

Participante: Cláudia

Cláudia é uma mulher branca, de 30 anos, nascida em Porto Alegre. Reside em um bairro de classe média da mesma cidade, em um apartamento que herdou da mãe, hoje falecida, e o qual divide com uma amiga. A entrevista foi feita em seu apartamento, uma construção ampla e antiga e com ar de “república estudantil”: móveis já meio gastos e muitos livros espalhados.

Cláudia é professora de educação física da rede pública. Parece ter muita clareza de sua função de educadora: *“o meu objetivo é que as crianças vivenciem um maior número de oportunidades que eu possa oferecer dentro do trabalho de habilidades motoras... ganhar ou perder não é o mais importante para mim.”* (CLÁUDIA). Em suas aulas gosta de desenvolver temas relacionados a gênero e sexualidade, temas que tem sido seu interesse desde seus tempos de faculdade. Demonstra ter desenvoltura com estes temas e questiona a maneira como eles são abordados na escola: *“... é a velha fala de que sexualidade tem que ser discutida na sétima série com a professora de ciências.”* (CLÁUDIA) Embora, como ela mesma mencione, os temas de gênero e sexualidade estejam contemplados nos parâmetros curriculares nacionais, compreende as dificuldades de abordar temas a cerca da sexualidade e do gênero na escola *“fora do viés da heterossexualidade, nem da reprodução e nem da saúde”* (CLÁUDIA). Apesar destas dificuldades, Cláudia encara como sendo parte de sua função abordar estas temáticas com seus alunos, procurando *“problematizar”* (CLÁUDIA) questões como o preconceito, e a construção social das diferenças entre os gêneros.

Cláudia me pareceu uma pessoa bastante corajosa e direta. Sua fala e as atitudes que relata demonstram que busca enfrentar de frente o preconceito e a discriminação homofóbica (palavra que utiliza). Se auto-identifica como lésbica, segundo ela, “porque assim se constitui”. Isto ela relaciona tanto ao fato de “*não ter a feminilidade padrão, ter este corte de cabelo e usar esse tipo de roupa que não é da feminilidade padrão*” (CLÁUDIA) quanto ao fato de relacionar-se exclusivamente com mulheres. Acredita que dizer-se lésbica também se relaciona a um “posicionamento político, histórico e social” (CLÁUDIA). Ao dizer isto, demonstra compreender a sexualidade e o gênero como construtos sociais e históricos, o que denota uma familiaridade com concepções construcionistas de gênero e sexualidade. De fato, Cláudia tem se interessado pela temática e participou, inclusive, de um curso de formação para professores da rede pública oferecido pelo Nuances, o “Educando para a Diversidade”⁴³.

Cláudia procurou o Nuances por acreditar estar sendo vítima da perseguição da direção da escola na qual trabalhava, localizada em um município da região metropolitana de Porto Alegre, de colonização alemã. Esta perseguição teria se iniciado pelo fato de alguns de seus alunos reclamarem para a direção da escola que Cláudia falasse demais de sexo em aula. Segundo ela, como era seu hábito em outras escolas, sempre abordava os temas da sexualidade e do gênero em suas aulas embora, segundo o que ela informa das práticas didáticas daquela escola, esta fosse uma atribuição dos professores de ciências na sétima série do fundamental e não contasse com o apoio da direção da escola. A partir disso, foi chamada diversas vezes para conversar com a direção da escola, a qual exigia que ela parasse de abordar estes temas em sala de aula, sob pena de ter seu caso levado a secretaria de educação do município, onde poderia sofrer uma sindicância. Credita esta perseguição também ao preconceito contra sua orientação sexual que, segundo ela, nunca a escondeu dos colegas de trabalho. Acabou não levando adiante uma ação judicial, pois acabou deixando a escola e o município para assumir o cargo de professora em outro município.

Participante 8: Lúcia

Lúcia é uma mulher branca de 26 anos, proveniente de uma cidade do interior do estado. Embora não seja adepta, cresceu em uma família de religião Evangélica. Concluiu o ensino

⁴³ O curso “Educando para a Diversidade”, já mencionado anteriormente no item em que traço a trajetória do grupo Nuances.

médio em uma escola adventista e veio para Porto Alegre, segundo ela, para poder viver mais livremente e por maiores opções de trabalho. É artesã e comercializa seu trabalho em Porto Alegre, reside em um bairro classe média com sua namorada Patrícia, também informante desta pesquisa. Apesar das duas formarem um casal e terem feito denúncia ao nuances pelo mesmo motivo, optei por apresentá-las separadamente, uma vez que as entrevistas foram feitas individualmente e, portanto, em condições diferentes.

Combinamos de nos encontrar em um café na rua da República pertencente a uma conhecida sua, onde existe uma grande freqüência do chamado grupo “GLS”. Lúcia me pareceu bastante tímida; falava baixo (às vezes quase inaudível) embora o café estivesse completamente vazio. Parecia querer manter-se bastante discreta. Lucia é bastante bonita, cabelos negros compridos; veste-se de forma esportiva, mas fazendo um tipo bem feminino.

Chorou um pouco durante a entrevista, principalmente quando abordávamos questões referentes à sua relação com sua família. Por serem evangélicos, sua família considera a homossexualidade, “pecado” (nas suas palavras) e associam-na a doença, o que lhe causa grande desconforto.

Ela e sua namorada procuraram o nuances por terem sido impedidas de utilizar o banheiro de um conhecido e bastante freqüentado centro comercial de Porto Alegre; conhecido, inclusive, por polêmicas que envolvem acusações de cerceamento e intimidação de jovens LGBTT. Segundo seu relato, embora outras mulheres estivessem utilizando o banheiro, o segurança lhes impediu de usá-lo. Creditou esta atitude do segurança ao fato de ele, por estarem de mãos dadas e com algumas “frescurinhas”, ter percebido que se tratava de duas mulheres homossexuais. Por iniciativa de sua namorada, a brigada foi chamada ao local. Lucia não acompanhou sua namorada até a Delegacia da Mulher, onde esta registrou a ocorrência. Posteriormente, por indicação de amigas, procuraram o nuances para receber orientação e encaminhar um processo por danos morais, que ainda esta tramitando.

Participante 9: Patrícia

Patrícia é uma mulher branca de 29 anos. Mora em Porto Alegre em apartamento próprio, com sua namorada Lúcia (entrevistada 8). Professora de ciências biológicas da rede pública de

uma cidade da Região metropolitana de Porto Alegre, Patrícia procura abordar, em suas aulas, temas relativos a gênero e sexualidade, segundo seu relato, para o que encontra apoio de alguns colegas e direção da escola. Participou de um curso realizado pelo Nuances chamado “Educando Para a Diversidade”⁴⁴, destinado a prover formação em Direitos Humanos e Diversidade Sexual para professores da rede pública.

Combinamos de nos encontrar em um café no bairro cidade baixa. Entretanto, havia muito barulho, o que acabou sendo desconfortável para a entrevista. O dia estava ensolarado, então Patrícia sugeriu que fossemos para o parque Farroupilha, onde nos sentamos de baixo da sombra de uma árvore, a uma boa distância de outras pessoas que freqüentavam o parque. Patrícia é uma mulher bonita, sensual e também do tipo “que não leva desaforo pra casa”. Faz um estilo mulher independente, que sabe o que quer e que sabe usar de seu poder de sedução quando quer: como se estivesse sempre no controle das situações. De fato, isso foi ficando claro ao longo de nossa conversa; a necessidade de estar no controle das situações, de não “ficar calada diante de uma injustiça”, o que não se relaciona somente ao fato de ser discriminada por sua orientação sexual, mas em qualquer outra situação onde se sinta lesada. Apesar disso teme que, ao declarar abertamente uma identidade sexual fora da heterossexualidade, principalmente em determinados lugares (como no trabalho), possa lhe trazer transtornos. Diz ser “naturalmente discreta”, e a isto relaciona ao fato de não ser afeita a demonstrações públicas de afeto com sua namorada e ao fato de ser “feminina” e “não aparentar”, fazendo uma contraposição a mulheres que se apresentam de forma mais “masculinizada”. Apesar de demonstrar que “ser discreta” faz parte de seu estilo de ser, isto também funciona como uma espécie de estratégia de evitação do estigma associado à homossexualidade:

“Eu sou uma pessoa discreta... Eu não tenho necessidade de sair na rua de mão dada e ficar se beijando. Claro, tem situações... que tu gostaria de estar mais próxima da pessoa, de beijar, de ficar mais a vontade... Mas eu naturalmente não tenho esta necessidade de que saibam que eu sou gay....mas confesso que se tivessem rumores, eu não negaria mas eu ficaria em cima do muro, entende? Eu não sinto essa necessidade, mas se alguém desconfiasse, eu acho que eu seria um pouco covarde sim. Por medo do ódio, da discriminação, de ser olhada diferente, entende?”(PATRICIA)

⁴⁴ O curso “Educando para a Diversidade”, já mencionado anteriormente no item em que traço a trajetória do grupo Nuances

A situação que levou Patrícia a procurar respaldo no Nuances foi à mesma da entrevistada Lúcia (ver entrevistada 8), a diferença reside na quantidade de detalhes que cada uma deu a história e no posicionamento que cada uma tomou diante do fato. Lúcia ofereceu menos detalhes, relatando mais as atitudes da namorada diante do fato, e assumindo um papel mais “coadjuvante”. Patrícia, no entanto, parece ter tomado “o controle” da situação: relatou vários detalhes de sua discussão com o segurança do centro comercial e partiu dela a iniciativa de chamar a brigada e registrar a ocorrência policial.

4. Vivendo num mundo heteronormativo: experiências e percepções da homofobia/heterossexismo

Neste capítulo em que se inicia mais propriamente a análise do material coletado abordarei as formas como as mulheres desta pesquisa vem tendo a experiência da discriminação e violência homofóbica/heterossexista e a forma como elas as compreendem como relacionada a convenções de gênero. Neste contexto, subdividi o capítulo em três partes. No primeiro, tomo como tema a homofobia e a maneira como ela é compreendida pelas mulheres. No segundo, abordo uma suposta “aceitabilidade” percebida por minhas entrevistadas nas relações homoeróticas entre mulheres e como esta “aceitabilidade” se articula com uma espécie de “visibilidade invisível” frente à apropriação do homoerotismo feminino pelo fetiche heterossexual masculino. No terceiro, abordo a invocação dos saberes psi diante dos conflitos vivenciados com as famílias, que articulam juventude/sexualidade em redes de poder.

4.1 A homofobia/heterossexismo como guardiãs das fronteiras de gênero.

O que um homem ou uma mulher “podem” fazer? O que “devem” sentir? Qual a maneira “correta” de expressarem seus gostos, suas preferências sexuais, seus estilos? Esta parece ser uma pergunta que nos parece constantemente recolocada, principalmente quando “a pluralidade de identidades e de práticas amorosas e sexuais parece, hoje, mais visível” (LOURO, 2008, p. 87). De forma mais marcante ainda, se levamos em conta o horizonte normativo no qual estamos

imersos, estas questões nos colocam a viabilidade de determinados sujeitos e de determinadas práticas no interior de uma cena coerciva (BUTLER, 2004).

No caso das mulheres, a que sorte de convenções sociais estamos submetidas? O que torna a vida de uma mulher mais ou menos viável no interior de uma sociedade onde a heterossexualidade ainda é a referência? As histórias que ouvi nesta pesquisa falam de mulheres que romperam com aquilo que delas era esperado e que sofreram as conseqüências desta “transgressão”. As falas de Cláudia e Simone evidenciam aquilo que acreditam ser esperado de uma mulher de “verdade”:

“Porque as pessoas educam, esperam e querem conviver com os padrões sociais. Mulher tem que ser feminina, tem que usar brinco, tem que usar roupa justa, tem que usar saia, é a feminilidade padrão. E as pessoas não aceitam, o que é estranho incomoda”. (CLÁUDIA)

“A gente é criada para ser queridinha, para ser educada, para ser meiga, para obedecer, pra casar e ter filhos, sabe?” (SIMONE)

“Era pra eu parar de jogar futebol, guria não joga futebol, ne....ou seja tu não é homem...as pessoas não aceitavam... a própria família, as outras pessoas, imagina, na própria família? E as pessoas te cobrando, porque então tu tem que casar, quando é que tu vai casar...aquelas cobranças todas, que é normal até para quem gosta de homem....só que eu cresci assim, gostando de mulher e tendo que me esconder, não tinha família pra me abrir, não tinha amigos porque tinha medo, não tinha ninguém. Na verdade era eu e eu, no meu mundo.”(IMARA)

As histórias destas mulheres, portanto, evidenciaram as dificuldades em se atravessar às fronteiras daquilo que é socialmente estabelecido, mais “aceito” ou reconhecido para o gênero ao qual pertencem. Ao atravessarem estas fronteiras, pelas escolhas que fizeram no decorrer de suas vidas e de suas trajetórias sexuais, sofreram sanções. Sanções estas que lhes recolocam a questão do que é esperado de uma mulher para que se torne um sujeito mais ou menos viável, mais ou menos inteligível. Portanto proponho aqui, juntamente com outros autores (WELZER-LANG, 2001; BORRILLO, 2000-2009) que a homofobia (ou a lesbofobia), é um mecanismo implícito à norma que reatualiza esta questão, servido como uma espécie de guardião dos limites que a norma impõe.

“No início do relacionamento minha família não sabia e era uma coisa mais escondida, mas na rua a gente andava de mão dada e tava junto sempre. A gente com o tempo foi ficando mais retraída, mais com medo. Porque tu está na rua, daí vem uns fiascos, e gritam coisas que começam a dar medo de agressões. E aí a gente começa a ouvir várias histórias de pessoas que são agredidas. Em casa também quando a minha família descobriu não foi legal. Foi bem difícil

e eu acho que isso é uma coisa que fez com que eu na rua me comportasse de forma diferente. Porque a minha mãe, “ai se tu não faz isso por ti, faz por mim”. Ela sente vergonha, então eu fico pensando, bom será que eu posso fazer isso? Porque não é só eu, envolve outras pessoas que vão estar se chateando, se magoando. Então começa várias coisas que fizeram com que a gente não ficasse mais confortável na rua.” (VANESSA)

“Qual é o espaço que a gente tem sabe? Porque na rua não dá, porque na rua eu já me sinto mal. Aí na minha casa não dá. Quais são os espaços que a gente tem sabe? Isso é um problema que torna bem complicada a relação, a falta de espaço.” (Vanessa)

“A minha filha fez uma carta, que eu não contei para ela, mas isso ela tinha dez anos de idade. Como ela nunca conviveu com essa situação, talvez ela não entendesse ou talvez saísse contando pra todo mundo, achando uma coisa diferente. E talvez os vizinhos da volta também pudessem tratar mal sem necessidade, porque todos já me conheciam, mas é como se fosse um filho ladrão. Descobrir que teu filho é bom, mas ele é ladrão já muda de figura.” (ODILA)

Os relatos de Vanessa e Odila nos mostram o quanto um ato de homofobia (ou mesmo sua previsão) determina lugares e posições para uma vida ou, melhor dizendo, determina que lugar o sujeito tem dentro de um espaço desde já sexualizado: o lugar da vergonha, da precariedade, da doença, do engodo, da trapaça: o lugar da abjeção (BUTLER, 2005a). Elas, assim como todas as participantes desta pesquisa, compreendem que suas escolhas/desejos afetivo-sexuais por outras mulheres as estigmatizam, colocando-as em posição de desvantagem no contexto social. Ao longo de suas vidas, mesmo que nem sempre tenham se relacionado ou tido desejo sexual por outras mulheres elas aprenderam isso. Isto porque a matriz heteronormativa na qual se constituíram enquanto sujeitos de uma sexualidade (Foucault, 1998), apesar de ser social e historicamente produzida, as precedeu. Pois, como afirma Butler (2005b; 2004) os sujeitos se produzem e são produzidos dentro de esquemas de reconhecimento (jogos de verdade) que estão presentes no contexto de seu surgimento. Apesar de muitos sujeitos homossexuais hoje em dia terem a possibilidade de dar visibilidade as suas escolhas/desejos sexuais, eles (e todos nós) ainda estão submetidos a determinados jogos de verdade que permitem que certos sujeitos sejam “reconhecidos” como mais legítimos, em detrimento de outros para os quais o ‘reconhecimento’ ou é subtraído ou se faz pela via da abjeção (BUTLER, 2004), como podemos perceber, por exemplo, no relato de Lúcia.

“Aí ele escrachou, ele é evangélico também, a minha família é toda evangélica. São fanáticos. E daí ele me xingou, “sua lésbica, machorra”, e eu, “mas que exemplo tu vai dar para o teu filho quando tu tiver teu filho”, que ele recém tinha casado, “que exemplo tu vai dar quando tu ter um filho se tu é desse jeito”. E ele falou, “E tu que nunca vai ter, sua lésbica, machorra.” (LUCIA).

O que está em questão aqui é o reconhecimento (ou não reconhecimento) de Lúcia enquanto fazendo parte do gênero (ou categoria) mulher. Como afirma Gross (1999) palavras como “lésbica e machorra” (usadas de forma injuriosa) servem para manter todas as mulheres “na linha”. Assim, quando uma mulher ouve esta palavra, ela sabe que cruzou a barreira de seu gênero. É claro que esta posição está aqui mais marcada pelo fato de Lúcia pertencer a uma família de forte crença religiosa, onde as posições masculinas e femininas estão fortemente atreladas aos papéis que eles devem desempenhar dentro da família: a mulher mãe, submissa aos filhos e ao marido; o homem pai, provedor.

De forma geral, no entanto, as mulheres desta pesquisa percebem que o que está em questão em um ato de homofobia é o atravessamento das convenções estabelecidas para cada gênero. Isto fica patente quando frases como “não aparentar” aparecem nas falas, o que demonstra que elas interpretam que quando estes atravessamentos ficam “aparentes” é que ocorre a possibilidade de serem vítimas de discriminação ou preconceito.

“É difícil a gente ser discriminada... Porque a gente não aparenta ser ... àquela hora a gente tava com afetos e carinho, de mão dada e com frescurinha, sabe?! E a gente tava vendo os cartazes, não tava nem ai naquele momento. Então quando o cara disse que a gente não podia entrar no banheiro e a Pati quis saber por quê, o cara não dizia... E as senhoras passavam e entravam, então é uma situação bem constrangedora. Bem ruim mesmo.” (LÚCIA)

“fora estes dois momentos eu não sinto discriminação ... talvez ... certamente porque eu não aparento, não tenho um comportamento que chocaria as pessoas. Com certeza as meninas que tem um fenótipo mais masculinizado já demonstram mais....com certeza, pelo fato de eu ser feminina, só quem conhece que sabe, nunca me vê com um namorado que pode desconfiar. E não acho isso uma coisa boa ou uma coisa ruim pra mim, sinceramente, é indiferente.” (PATRÍCIA)

As entrevistadas interpretam que aquelas mulheres que apresentam atributos corporais ou de estilo mais distanciado de um padrão feminino, e que se aproximam de padrões e estilos masculinos sofrem mais preconceito e discriminação. Como afirma Pecheny (2004), a homossexualidade aparece como um segredo fundante da identidade e das relações pessoas de homossexuais; ao mesmo tempo, constitui um motivo de estigmatização e exclusão. Entretanto, salvo indivíduos que adotam marcas e trejeitos corporais, ela não é aparente aos olhos dos demais. Neste sentido, adotar um estilo que se distancie de padrões de feminilidade ou, no caso dos homens, de masculinidade, é interpretado como algo que “torna aparente” e “denuncia” a

homossexualidade. Aquelas/es que não o fazem, como se verá na fala de Odila, chegam a ganhar o “benefício da dúvida”. Para as entrevistadas, tanto as mulheres “mais masculinizadas” como “homens mais afeminados” tornam-se mais evidentes, portanto mais alvo de discriminações, como vemos na fala de Simone e Odila:

“Acho que as que tem o visual mas masculino sofrem mais. Até em termos de conseguir emprego. Se a pessoa olha já está na cara que é lésbica. Então se a pessoa é mais feminina olha é mulher né. Agora se tu aparece mais masculina na frente das pessoas, já olha ‘é lésbica, não vamos contratar’”, já risca né, amassa o currículo e pá, põe fora. Eu sei por causa da minha companheira. Ela tem um visu mais masculino. Não gosta de ser comparada com homens, mas ela tem um visu mais masculino. E ela sofre brutalmente . (SIMONE)

“ os meninos são mais a vontade, são mais debochados e as meninas algumas, outras já são mais tranqüilas, mais calmas. Para trabalhar eu acho os meninos se mostram mais, os homens mostram bem mais. Tu vê até aqui, tu olha de longe tu jura que ele é hetero, ai começa a falar tu vê que não é, se denuncia. E as mulheres não, é mais fácil de ficar na dúvida. É eu acho que os homens sofrem mais, eu acho que é mais difícil para eles, porque eles não têm como esconder tanto quanto a gente. Alguns até levam jeito de falar, outros não. Mas quando o amigo sabe que ele é, mais dia já não deixa mais de ser tão amigo e vira colega. Se saia bastante junto já deixa de sair. O que eu já vi de coisas assim né?! E nas mulheres eu acho bem mais difícil acontecer.” (ODILA)

Demonstrar mais, sofrer mais; demonstrar menos, sofrer menos. Isso é o que fica evidenciado nas falas acima. A preocupação em “não aparentar”, “não chocar” (Patrícia) e ficar num limite de certa “tolerabilidade” perante os outros nos demonstra as formas como a norma é incorporada e percebida entre algumas das entrevistadas, principalmente aquelas que se consideram mais “discretas” ou mais “femininas”. Neste sentido, estar mais pra lá, ou mais pra cá da norma produz diferenciações entre as mulheres com práticas homoeróticas, onde aquelas que se afastam mais são entendidas como rompendo com seu gênero, “tentando aparentar o que não se é” (como nas falas de Odila e Lúcia) ou “estando num corpo errado” (Patrícia). O corpo, nestas falas, aparece como sítio fundamental de onde deveria “emergir” o gênero, o qual deveria estar em consonância com este “corpo/sexo”. Porém, deve-se compreender este dado como fazendo parte de um discurso que assume a legitimidade de uma verdade, o qual é apropriado por parte das entrevistadas e que procura explicar a “natureza” dos fenômenos através de dados biológicos (como visto na sessão anterior).

Em sua pesquisa de mestrado sobre a construção e manutenção de identidades lésbicas, Aquino (1992) usa o termo “dar bandeira” para se referir ao receio de algumas de suas

participantes em revelar uma identidade lésbica em determinados contextos sociais, pela potencialidade de se verem expostas ao preconceito. Estar “aparente”, ou “dar bandeira” (para utilizar a expressão de AQUINO, 1992) é também compreendido por parte das participantes de minha pesquisa, como algo que as exporia a discriminação e ao preconceito, como vemos no relato de Vanessa:

“Várias pessoas, meus amigos mais próximos todos sabiam que eu namorava ela a gente estava sempre mais ou menos junto. Mas quando aconteceu, até eu acho que um dos motivos de acontecer esse incidente e foi porque a gente já estava progressivamente assumindo mais, demonstrando mais publicamente”. (Vanessa)

A demonstração pública ou a revelação pública de uma identidade estigmatizada - “estar aparente” - é visto por grande parte das participantes de minha pesquisa como algo que as exporia à homofobia. Em contrapartida, este “estar ou não aparente” que significa ser mais ou não visível, é algo que elas também relacionam com as formas com as quais a homofobia “aparece” em suas vidas. Elas compreendem que há formas sutis de preconceito e discriminação, que nem sempre se expressam através da injúria ou da agressão física, mas antes, através de coerções, perseguições, afastamentos que nem sempre expõem claramente sua razão.

“ É raro acontecer essas situações. Às vezes as pessoas até pensam coisas, mas elas não falam. É tudo assim pisando em ovos, faz de conta, tem muito faz de conta. Esse mundo é lindo e que tudo é aceito. Eu acho que isso te impede até de tu falares realmente alguma coisa. Tu pode fazer tudo, tu pode ser o que tu quiser, mas fica na tua.... As coisas ficam lá... Tudo é bonito mas cada um no seu canto. A gente não vai criticar, ninguém vai demonstrar preconceito desde que as pessoas fiquem na sua”. (Vanessa)

Relembrando os dados apresentados sobre as mulheres e suas denúncias (item 2), percebe-se que a maior parte dos casos denunciados revelava situações que envolviam assédios morais/psicológicos (42,5%). Estes dados nos revelam que existem manifestações de discriminação sutis, que também procuram “não se expor”, que podem estar relacionadas ao ambiente onde ocorrem, como locais públicos, como bares e instituições públicas ou o próprio ambiente de trabalho (como nos casos de Patrícia, Lúcia e Cláudia). Manifestações como esta nos indicam que, apesar ocorrerem de forma implícita, pode existir o receio, por parte dos agressores/as, de sofrerem sanções caso as agressões sejam mais explícitas. A homofobia então toma a forma de uma agressão velada ou de uma constante reafirmação da heterossexualidade como norma (heterossexismo). Uma discriminação “politicamente correta” (se é que se pode falar assim) que é percebida pelas entrevistadas como uma discriminação velada.

Como visto anteriormente nesta dissertação é necessário perceber que as diversas formas pelas quais as expressões de gênero e da sexualidade se entrecruzam com outros conjuntos de pertencimentos dos sujeitos, que caracterizam o lugar no qual estão posicionadas no interior dos discursos. Apoiada em Crewshaw (2002), Oliveira (2007) propõe o conceito de interseccionalidade, evidenciando a forma como identidades sexuais se relacionam a outras identidades (pertencimentos) produzindo intersecções que podem contribuir ou não a uma maior vulnerabilidade dos sujeitos.

Proponho também, que o posicionamento dos sujeitos tem efeitos nas formas como as participantes desta pesquisa vivenciam e dão sentido as manifestações de discriminação e preconceito que foram vítimas. Todas minhas entrevistadas são brancas, tem no mínimo o ensino médio completo e possuem, fora alguns casos, ou uma inserção formal no mercado de trabalho ou uma boa perspectiva. Algumas delas tem um posicionamento mais próximo da militância ou, por suas inserções profissionais ou estudantis, tiveram contato mais próximo com perspectivas que desconstruem paradigmas essencialistas do gênero e da heterossexualidade.

Assim, em alguns dos casos, expressões de homofobia ou heterossexismo direcionadas às entrevistadas são atribuídas às diferentes manifestações de sexualidade e gênero, sem que elas relacionem estas manifestações a outros fatores, como raça/cor, classe social, entre outros. A discriminação aqui, mas também nos outros casos, produz uma identificação hiperbólica com a sexualidade que faz com que outros pertencimentos ou identificações fiquem subsumidos à identidade sexual. Em alguns casos isso se torna razão de descontentamento.

“Eles pensam na gente como um sexo e não como um ser. E a gente é um ser, a gente tem sexualidade, mas a gente é um ser humano. E eles não vem isso, eles vem a sexualidade e ainda pejorativamente.” (Heloisa)

“teve um episódio que minha mãe tentou se matar e meu pai chegou em casa e a Paula estava. E aí ele mandou a Paula embora dizendo que ia chamar a polícia se ela não fosse embora E aí depois ele disse para mim, “ah viu tua mãe tentou se matar porque tu estás com uma menina”. É difícil assim, porque eu me torno vulnerável, é motivo para as pessoas colocarem culpa.” (VANESSA)

Em outros casos, principalmente onde a experiência da discriminação estava relacionada também a outros fatores ou por um posicionamento mais “militante” e não necessariamente por

sua própria experiência, as mulheres puderam relacionar estas manifestações a outros fatores, como pertencimento a classes sociais desprivilegiadas, diferenças geracionais e de faixa etária.

4.2 A “maior aceitabilidade” das relações homoeróticas entre mulheres: mais “aceita” ou mais invisibilizada?

“Quem é homossexual aceito? Homossexual certinho, quietinho, que não incomoda. Não a bicha que é espalhafatosa e nem a bicha pobre... E a mesma coisa das mulheres. Quem é a lésbica aceita? Eu além de ser lésbica, me constituir assim e me posicionar e me assumir, eu não baixo minha cabeça.” (Cláudia)

Um enunciado recorrente entre o material coletado me pareceu interessante: o fato de que todas as mulheres entrevistadas acreditassem que “a” homossexualidade feminina era mais “aceita” do que “a” homossexualidade nos homens. Que significados, ou melhor, que discursividades estão por traz desta afirmação? Que (para parafrasear Cláudia) homossexualidade feminina é “aceita”? E de que forma?

A primeira discussão que gostaria de trazer a tona se relaciona com o termo usado “aceitação”. Segundo o dicionário Aurélio, podemos encontrar 8 diferentes significados para a palavra “aceitar”, destes retive aqueles que mais se aproximavam às formas como as mulheres davam sentido a esta palavra. Assim encontrei “consentir em”, “conformar-se com”, “admitir, tolerar, suportar”.

Alguém tolera, consente, suporta ou conforma-se com alguma coisa. Ao se tolerar, tolera-se algo que não está de acordo com os princípios da pessoa que tolera, ou algo que ela não admitiria para si. Alguém suporta uma situação ruim ou um fardo. Em todos os casos, quem “consente”, “tolera”, “suporta” ou “aceita” está em uma relação de assimetria para a situação, pessoa ou coisa a ser aceita, onde quem aceita determina o que deve ser aceito ou não e talvez imponha certas regras. O que aqui quero explicitar é que as relações de poder que a perspectiva da aceitação implica, guardam uma relação implícita com a heteronormatividade. Como afirma

Oliveira (2007), as relações de gênero e sexualidade engendram relações de poder que se manifestam, por vezes, com “infinita sutileza”

No intuito de coletar informações referentes à forma como as mulheres desta pesquisa percebiam a experiência de discriminação e preconceito homofóbicos, fui levada a indagar como elas qualificavam estas discriminações em comparação com outros sujeitos, como no caso os homens homossexuais. Os resultados foram instigantes, como veremos abaixo.

“Não sei, eu já pensei bastante sobre isso. Porque por um lado, eu acho que também tem muito a questão da mulher mesmo sofrer mais preconceitos. Só por tu já ser mulher vai sofrer mais preconceito. Ao mesmo tempo tem essa coisa dos homens em geral assim tolerarem mais mulheres homossexuais do que homens homossexuais. Não sei... Mas me parecem sempre mais confortáveis. Eu estou pensando na minha situação, porque eu acho que com as meninas mais masculinizadas o negócio é mais difícil. Daí de repente a aceitação é bem menor.” (Vanessa)

Após a leitura das falas de Simone e Vanessa, cabe-nos indagar o que faz com que elas entendam que a homossexualidade feminina é “mais aceita”. Uma primeira pergunta talvez seja: quem aceita? Uma segunda: aceita quem? Podemos encontrar a resposta para estas perguntas nas duas falas: homens heterossexuais e mulheres homossexuais com o estilo mais próximo do feminino padrão. E será que são aceitas? Segundo o relato de Simone, poderíamos dizer que elas são até mesmo desejadas.

Segundo Portinari (1989) o silêncio em torno das homossexualidades femininas só toma sentido quando contrastado com o ruído que as homossexualidades masculinas produzem. Podemos relacionar esta ausência de ruído de certas performances homossexuais femininas a sua colagem em uma performance de gênero mais próxima do feminino padrão. Ao adotarem um estilo mais próximo do feminino, podem se tornar mais “invisíveis”. Louro (2001; 2005) aponta que, em nosso contexto social, a homossexualidade feminina pode ser menos percebida, pois, em nossa cultura, as expressões afetivas entre mulheres parecem possuir um leque mais amplo que as relações entre homens. Trocas de carinho, de confidências e até mesmo a possibilidade de amigas dormirem juntas, de alguma forma, podem borrar os limites entre a simples amizade e a relação amorosa. Falar em “homossexualidade feminina”, no entanto, pode também borrar uma infinidade de performances e estilos que não necessariamente se encaixam em um modelo único.

Segundo Muniz (1992), existe uma dificuldade de colocar as homossexualidades femininas (em todas as suas variantes e performances de gênero) em discurso; de forma geral, esta experiência se fixou no discurso dominante na figura da lésbica masculinizada, da caminhoneira, da sapatão. Pode-se afirmar que este discurso continua presente, e se reatualiza no cotidiano no qual as mulheres desta pesquisa se inserem. No entanto, basta ligar a televisão a cabo e passear por canais ditos “adultos”, como a Playboy TV, para encontrar cenas bastante eróticas entre mulheres, todas elas femininas, lindas e “saradas”. Práticas homoeróticas entre mulheres parecem povoar o imaginário erótico masculino (e quem sabe o feminino!).

“Uma reclamação que eu tenho, acho que a Paula também, é dos homens se aproximarem e achar que não precisa respeitar uma relação de casal porque é duas mulheres. Quer dizer, se fosse uma mulher com um namorado, se fosse um casal heterossexual, não ia chegar o homem e dar em cima na frente da outra. Não tem o reconhecimento. E eu acho que embora não tenha um preconceito em relação a pessoa, não tem o reconhecimento.” (Vanessa)

Neste mesmo sentido, para Oliveira (2002) e Swain (2007), cenas de sexo entre mulheres são bastante comuns para gerar a excitação masculina. Desta forma, as relações homoeróticas entre mulheres são freqüentemente vistas mais como uma forma de seduzir os homens do que como uma prática que não os requeira ou não os diga respeito. Assim, o que aparece é que a norma heterossexual/sexista apropria-se do erotismo homossexual feminino, esvaziando-o de sentido para torná-lo mais um elemento do fetiche masculino. Neste caso, talvez a melhor palavra não fosse “invisibilidade”; talvez fosse mais interessante indagar que tipos de visibilidade as relações homoeróticas entre mulheres tomam, pois neste caso as homossexualidades femininas podem até ser visibilizadas, porém sendo “obscurecidas ou negadas enquanto prática ligada ao humano” (SWAIN, 2007, p. 10).

Portanto, “aceitar” aqui significa estar submetida aos esquemas de compreensão de um pensamento heterocentrado. É possível evocar aqui o trabalho de Monique Wittig (1992) sobre o “pensamento hetero”. Para ela a sociedade heteronormativa desenvolveu uma interpretação totalizante da cultura e da história. Segundo a autora, o pensamento hetero não consegue conceber uma cultura onde a heterossexualidade não ordene as relações humanas e a produção de sentidos. Assim, segundo ela “para o pensamento heterossexual, a homossexualidade não passa de heterossexualidade” (WITTIG, 1992, P.28)

“Mas de uma maneira geral eu acho que os homossexuais masculinos sofrem mais do que as mulheres. As mulheres também tem mais aquela questão do sentimento “ai , duas mulheres...pode ser uma fase”, os homens acham bonito , interessante, gostam. Mas homem não, ainda mais aqui no sul, isso mexe com o machismo, que é bem forte aqui. (Patrícia)

É claro que muitas mulheres podem adotar identidades mais fluidas, que podem ser expressas pela fórmula “ser ou estar homossexual” (HEILBORN, 1996). No entanto, “poder ser uma fase” evoca também a apropriação e domesticação da sexualidade feminina pelo discurso masculino. Segundo Foucault (1998), um dos domínios através dos quais o dispositivo da sexualidade se instalou no final do século XVIII foi na “histerização do corpo da mulher”. Um corpo revistado, “qualificado e desqualificado como corpo saturado de sexualidade, pela qual este corpo foi integrado sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca” (FOUCAULT, 1998, p. 99). Um corpo transbordante de uma sexualidade indirecionada que deveria ser avaliado e adestrado. Ao realizar estudos históricos na área da sexologia Katz (1996) argumenta que antes de sua fixação em categorias distintas de sujeitos, a homossexualidade e a heterossexualidade eram utilizadas para descrever “excessos sexuais”. Neste sentido a mulher era qualificada como possuindo uma natureza “menos heterossexual”, portanto mais suscetível a “deslizes”.

Para além das posições colocadas por teóricos como Borrilo (2000;2009), talvez seja neste sentido que podemos então evocar uma especificidade no preconceito e discriminação vivenciados nas homossexualidades das mulheres: a tentativa de subordinação de suas expressões sexuais ao erotismo masculino e sua conseqüente invisibilização como uma forma legítima de expressão que não requeira a interferência e a ordenação masculina.

Mas estar “invisível” desta forma é necessariamente uma desvantagem? Como diz Butler (2004), os esquemas de reconhecimento disponíveis podem desconstruir alguém tanto num ato de reconhecimento como na sua negação. Neste ponto, estar ou não visível, receber ou não “reconhecimento” torna-se um lócus de poder através do qual o “humano” é diferencialmente produzido. Uma pista para se responder a esta questão pode ser encontrada na fala de Simone:

“Com certeza os olhares das pessoas... é brutal, mas quanto a nós, mulheres, é mais aceitável perante a sociedade do que os homens. Se sai um casal de gay no meio da rua é capaz de ser espancado . Nós não, as mulheres é mais aceitável. Mas eu acho que é machismo. Porque duas mulheres eles acham bonito. Se eles pudessem, eles até estavam no meio. Mas só que para o

homem aceitar o homem ser gay, é difícil por causa do machismo. A gente até é privilegiada porque para a mulher eles falam pelas costas.” (SIMONE)

4.3 A invocação do saber psi como forma de restabelecer a norma nas relações com a família.

Entre os aspectos encontrados na análise das trajetórias de vida das participantes desta pesquisa, foram encontrados os impasses vivenciados por boa parte das entrevistadas dentro das relações familiares quando a homossexualidade de suas filhas era revelada ou descoberta. Na verdade, na maioria dos casos esta revelação nunca partiu de uma intenção deliberada da participante em revelar sua orientação sexual para a família; nestes casos, o medo da rejeição ou de estar fazendo algo que “desrespeitasse” o núcleo familiar fazia com que estas mulheres preferissem manter este aspecto de sua vida em segredo.

Na maior parte dos casos as participantes revelaram ter tido conflitos com sua família de origem: pais, mães e avós, o que algumas vezes as levou a romper parcialmente ou temporariamente com os laços familiares. No caso das mulheres que chegaram a formar sua própria família ou ter filhos (como no caso de Imara e Odila) os conflitos gerados levaram ao rompimento de laços com o ex cônjuge e sua família, bem como com os filhos, que não se conformaram com a escolha destas mulheres (nestes dois casos mais tardias) em buscarem relacionamentos sexuais ou amorosos com outras mulheres.

No que diz respeito às relações com o grupo familiar primário, quando este “segredo” tornou-se aparente, não raro tornou-se motivo de conflitos e descontentamentos dentro do núcleo familiar. A intensidade destes conflitos tendeu a aumentar de acordo com o grau de independência - articulando a possibilidade de manter financeiramente seus projetos de vida e faixa etária - que participante tinha de sua família na época em que ocorreram os conflitos.

Os conflitos familiares mais severos, portanto, se deram na articulação de poderes que convergem sobre os corpos juvenis destas mulheres e sua sexualidade. Este corpo juvenil de mulher que, como assinala Foucault (1998), foi e é alvo da inspeção e da regulamentação

discursiva. Produzido e classificado como um corpo que transborda de uma sexualidade intrínseca e “no limite”; corpo que “adolesce” “sob o ímpeto dos hormônios” e que deve então ser administrado para que se desenvolva corretamente ou de forma “sadia”. Alvo da intervenção médica, pedagógica e psicológica este corpo foi transformado em adolescência: “período de conflitos identitários”; período de descobertas sexuais. Longe de condenar ou afirmar estes campos de saber, o que busco é demonstrar a maneira como estes campos confluem na produção e atribuição de determinadas características aos corpos/sujeitos jovens.

E foi nesta articulação que os saberes psi foram invocados por parte das famílias, que em dois casos chegaram a submeter suas filhas a tratamentos psicológicos, mesmo à revelia de sua vontade. Mas o que subjaz a este apelo a psicologia? Pelo que o material que a pesquisa revelou, a tentativa do restabelecimento da ordem, no caso, a norma heterossexual, pois nos jogos de verdade que articulam juventude, gênero e sexualidade, a família também é convocada a exercer vigilância sobre sua prole.

“No início minha vó me colocou em psicóloga, me prendeu em casa. Fiquei seis meses sem sair de casa. Eu tinha horário para chegar em casa, eu tinha horário para sair para escola. Se eu chegasse cinco minutos atrasada o portão estava chaveado e eu tinha que pular o portão. Eu sofri muita coisa, foi horrível. A psicóloga que me tratava na época, foi a que me tratou quando eu era criança. Então a minha vó me colocou nela de novo, porque ela já sabia tudo. Porque minha vó até então acreditava que era uma doença, porque eu perdi minha mãe cedo e era uma carência de mãe. Todas as namoradas que eu tive enquanto eu fazia tratamento, ela dizia, mas tu não acha que ela é parecida com a tua mãe, tu não acha que ela tem isso da tua mãe? Ela tentava sempre a me induzir a terminar com as meninas, em função que eu estava com uma mulher por causa que era carência da minha mãe. E na verdade não era. (Vivian)

“A minha mãe entrou em depressão numa época em função da separação dos meus pais. E aí teve um dia que meu pai, eu nunca falei com todas as letras, mas ele já sabia. Aí ele me colocou num psiquiatra. Eu estava realmente deprimida, mas eu acho que o motivador maior foi “ela está tão mal que ela ficou com uma mulher”. (Vanessa)

“Teve uma época que eu tive muitos problemas com a Paula. Daí eu comecei a ficar mal, aconteceu um monte de coisas, a gente começou a brigar muito. E aí a minha família começou a me assistir definir. Eu fique tão mal na época que eu comecei a emagrecer muito. Daí já foi um motivo bom... virou mais um motivo para não se permitir isso, porque me fazia mal, porque não era saudável. (Vanessa)

Entretanto, a noção da homossexualidade enquanto doença ou desvio no desenvolvimento do indivíduo foi alvo de contestação do movimento homossexual e de parte da comunidade

médica. Os resultados disso foram a retirada do item “homossexualismo” do DSM em 1973. No Brasil a mesma decisão foi tomada por parte do Conselho Federal de Medicina em 1985, com a retirada da homossexualidade do código de classificação de doenças do INAMPS. Complementando estas medidas, em data não tão longínqua, o Conselho Federal de Psicologia publicou em março de 1999 a resolução CFP n. 001/99 na qual indica que a “sexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão” e que o psicólogo deve atuar e “contribuir para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, RESOLUÇÃO CFP n. 001/99). Se estas questões estão postas, então porque a psicologia esta sendo interpelada no sentido de restabelecer uma ordem?

Talvez uma das respostas possa ser encontrada na emergência da psicologia enquanto um campo de produção de saberes sobre o “homem”. Para Foucault (2002) a psicologia surge ali onde o “homem” encontra sua contradição: naquilo que parece fugir a uma regra. Assim, segundo o mesmo autor, a psicologia escolar vai se ocupar dos problemas de aprendizado; a psicologia do desenvolvimento, com as descontinuidades no desenvolvimento. Desta forma, a psicologia nasceu como um campo do conhecimento que busca - naquilo que toma como erro, má adaptação, nas perturbações - as bases daquilo que, em contrapartida, vai ser considerado como normal. Guardadas as diferenças temporais, Foucault diz a respeito da psicologia o seguinte:

“Sem forçar nenhuma exatidão, pode-se dizer que a psicologia contemporânea é, em sua origem, uma análise do anormal, do patológico, do conflituoso, uma reflexão das contradições do homem consigo mesmo. Se ela se tornou uma psicologia do normal, do adaptativo, do organizado, é de um segundo modo, como que um esforço por dominar estas contradições. “(FOUCAULT, 2002,p. 135)

Pode-se considerar atual esta relação do normal/anormal com a psicologia. É posto que podemos encontrá-la em suas práticas mais tradicionais, tais como: testes psicológicos, processos diagnósticos e na nosologia utilizada como base nestes processos. Para Guareschi e Hüning (2005), as psicologias tradicionais têm se afirmado constantemente como referência a estas normas, buscando assim a correção dos sujeitos através da intervenção.

Para Nardi (2008) a sexualidade tem um papel importante nos processos de subjetivação na atualidade. Desta forma ocupou e ainda ocupa o lugar de objeto privilegiado na psicologia e nos campos a ela relacionados. Como campo “apto” a argumentar sobre os sujeitos e suas sexualidades, os saberes psicológicos tem sido utilizados tanto na depreciação da

homossexualidade quanto no seu estabelecimento enquanto uma das formas legítimas de expressão da sexualidade.

“Do ponto de vista da sustentação teórica destas transformações discursivo-políticas, os saberes associados ao campo da psicologia estão invariavelmente presentes. O “aval” da psicologia está presente no que diz respeito a questões relativas à partilha entre o normal e o patológico relacionados à diversidade de expressões da sexualidade; assim como na argumentação a favor ou contrária à igualdade de direitos no que diz respeito à legitimidade de casais do mesmo sexo para adotar crianças ou para fazer uso da reprodução assistida.” (NARDI, 2008, p.7)

Zambrano (2006) nos oferece um panorama das discussões de psicanalistas quando da aprovação do PACS, que instituiu a união civil de pessoas do mesmo sexo na França. Segundo a autora, a partir do PACS, várias outras questões afins acabaram por ser discutidas, entre elas a da homoparentalidade. A discussão que se seguiu alcançou três diferentes posições: a primeira refuta totalmente a possibilidade da união do casal e da parentalidade, argumentando que este é um caso de perversão; a segunda não se opõe à homossexualidade e nem suas uniões, mas argumenta que a percepção da diferença sexual está na base das representações identitárias, portanto a adoção de uma criança por pais homossexuais acarretaria prejuízo no desenvolvimento desta; a terceira acredita não ser da alçada da psicanálise expressar julgamentos morais acerca dos novos arranjos familiares e que a formação da identidade não depende somente da identidade sexual, mas que a dimensão da alteridade se dá também por outras vias.

Por um lado – como visto no parágrafo anterior – argumentações psi provenientes de uma forma de concepção estruturalista da formação da identidade do indivíduo posicionam-se de maneira contrária à homoparentalidade, portanto, mantendo-se alinhadas com a norma heterossexual. Por outro, argumentos do campo psi reclamam e referendam ações Estatais, no sentido de combater os efeitos deletérios da homofobia e da falta de modelos identificatórios positivos sobre a saúde psíquica dos sujeitos homossexuais (NARDI, 2008). Um exemplo deste último caso poderia ser facilmente encontrado no âmbito deste trabalho: a convocação de psicólogos, por parte da política pública, na composição dos quadros técnicos que compõem a estrutura dos Centros de Referência no Combate e Prevenção à Homofobia.

Assim, a questão colocada neste trabalho não se refere à legitimidade ou não do campo da psicologia; o que quero demonstrar é que, em se tratando da relação dos sujeitos com sua sexualidade, e das relações intrínsecas que os saberes psi estabelecem com este campo, a produção de conhecimentos psicológicos sobre a sexualidade tem efeitos sobre os processos de

subjetivação inscritos na atualidade. Desta forma, eles participam dos jogos de verdade a partir dos quais os sujeitos se posicionam dentro do discurso, produzindo uma determinada forma de se relacionarem e compreenderem a si mesmos e aos outros. Interpelados e ao mesmo tempo produzidos nesta relação.

Portanto, é através de um determinado posicionamento no discurso, que a avó de Vivian associa homossexualidade à doença, esta causada pelo trauma vivido por Vívian ao perder sua mãe na infância. É talvez de um posicionamento muito parecido com o da família de Vanessa que, segundo seu relato, acredita que a “causa” do seu interesse por outra mulher resida no fato de Vanessa “estar mal” psicologicamente.

“Assim oh, hoje em dia, vamos partir lá do princípio, da minha parte, porque eu não conheci outros casos ali. O pessoal fica sabendo, procuravam esconder a família. Tinham que deportar ela para qualquer canto. Ou muitos casos que fiquei sabendo que internavam. Hoje o índice de internação é quase nenhum. E também a questão de esconder, a família não esconde, bem pelo contrário, usa da psicologia pra tentar agredir falando o problema. Então eu não sei o que é pior.” (Heloisa)

O código de ética do exercício da psicologia no Brasil impede o psicólogo de cometer quaisquer atos de discriminação, entre eles por orientação sexual (artigo 2º do código de ética profissional do psicólogo de Agosto de 2005), sendo aplicadas penas em caso ocorram, o que considero um avanço. No entanto, cabe às/aos psicólogas/os se interrogarem a respeito de como a produção de conhecimento a cerca dos sujeitos e sua sexualidade tem contribuído para invalidação social e subjetiva de determinados sujeitos e a manutenção do status da heterossexualidade enquanto norma e referência. Não se trata simplesmente de afirmar a “normalidade” da homossexualidade e os efeitos deletérios da homofobia, mas indagar o quanto, através de efeitos de poder e saber, a produção de “qualquer” sexualidade toma lugar. A produção da própria sexualidade enquanto um campo de convergência de relações de poder e saber é o que está em jogo.

5. Estratégias de enfrentamento “do “armário à armadura”: a guisa de conclusão

Neste capítulo final pretendo apresentar algumas das formas postas em prática pelas mulheres desta pesquisa como forma de “driblar” o estigma relacionado à sua sexualidade até seu encontro com uma “armadura” possível, representada pela proteção do Estado. Diante da possibilidade de ser alvo de discriminação ou preconceito, elas desenvolveram formas de viver sua sexualidade se protegendo de formas diversas da violência associada ao preconceito. Foi no momento em que estas estratégias falharam e na possibilidade da busca de proteção por mecanismos vinculados ao Estado, que elas procuraram o CRDH Rompa o Silêncio.

Ao evocar as figuras do “armário” e da “armadura” para descrever estas estratégias, as faço mais por uma lógica descritiva do que por uma hierarquia de valores ou por suas supostas eficácias. Esta lógica me permitiu vislumbrar um grupo de estratégias que vão desde a proteção por um “manto de invisibilidade” associado a uma atitude discreta, até a adoção de uma postura mais combativa, evidenciada na decisão e possibilidade de “bancar o seu lugar” diante dos conflitos familiares e na colagem a o que eu poderia chamar de um “modo de subjetivação militante”. É importante esclarecer que estas estratégias não são apenas criadas individualmente, mas fazem parte de um repertório (que pode ser ainda maior) ao qual estas mulheres podem recorrer dependendo de como se posicionam frente a sua sexualidade e da situação em questão.

5.1 Discrição: silêncio, segredo e dissimulação

“Então eu sempre tive esse medo da rejeição, daí resolvi casar e depois tive filhos pelo fato da aparência. Que nem acontece hoje, muitos casais “se fazem”, ficam um com outro pra manter a aparência.(Imara)

Manter as aparências, dissimular: tudo isto faz parte de um repertório de estratégias motivadas pelo medo ou evitação da discriminação. Algumas das estratégias utilizam-se do silenciamento, evitando-se falar sobre o assunto. Outras chegam a impor o segredo para suas parceiras; outras ainda inventam situações que produzem um simulacro de relação heterossexual. Estas estratégias, já bem conhecidas pelos estudiosos das homossexualidades (ERIBON, 1999;

PECHENEY, 2004), acabam por criar a sensação de se estar vivendo em dois mundos, pois em alguns espaços torna-se possível falar e demonstrar afeto e em outros, sente-se a necessidade de tornar-se invisível.

“meu pai mora com a mulher com a mulher atual dele. E eu tenho duas irmãs adolescentes. Uma tem 18 e a outra tem 15 anos. Eu nem sei o que fazer, porque elas estão querendo vir morar aqui. Essa de 18 anos, tá enlouquecida pra vir morar aqui e eu não sei ainda, eu acho que eu vou ter que contar para ela né. Não vai ter como esconder tanto tempo, não sei, ela vai ter que guardar segredo, porque eu tenho medo da reação do meu pai.” (Lúcia)

*“Eu disse assim: **“olha eu realmente não fico falando aos quatro ventos que eu gosto de mulher” eu não preciso fazer isso, mesmo porque existe a discriminação né, então imagina eu lá dentro da turma e os meus colegas vêem que eu gosto de mulher, eles vão ficar chocados no mínimo**” (Imara)*

*“**É e as atitudes também né. Eu não uso de forma alguma, por exemplo, no meu ambiente de trabalho, de forma alguma eu vou estar fazendo gestos, qualquer coisa em relação as... Trabalho só com mulheres lá né, então não vou estar me atirando assim pra cima de qualquer mulher, não é assim né.**” (Imara)*

“É que na verdade eu apresentei o Flavio para elas e tal. Daí depois eu não me preocupo mais. Elas falam que eu to encalhada e eu rio e digo que eu tenho meus machos. Mas não do muita explicação.” (Lúcia)

Como afirma Pecheny (2004), em uma cultura dominada pelos binarismos e pela naturalização da heterossexualidade, a homossexualidade torna-se um segredo que funda as formas com as quais os homossexuais se relacionam com os outros e com os espaços. Como afirma Britzman (1996), a figura do armário é emblemática neste sentido, pois ela se relaciona ao aprendizado, por parte de homossexuais, das formas com as quais esconder os significantes da homossexualidade diante da intolerância e, ao mesmo tempo, de como fazê-los notados por quem tem se o interesse ou participa da mesma rede de significados. Cria-se então a possibilidade de revelação a partir de pares que “se entendem, como abaixo, no relato de Patrícia.

Tu acha que as pessoas no meu trabalho sabem que eu sou gay? Aliás, duas pessoas sabem: a minha supervisora e a secretária, que aliás largou do marido pra ficar com a secretária. E agora elas são minhas amigas e a gente “se entende”, até por que tá tudo no mesmo saco, né? O resto se me pergunta “ah, e o namorado? Não vai casar?” Eu digo “não, não tenho namorado, não vou casar”. Até um dia a diretora perguntou “o que tu prefere: casar primeiro, ou ter filho primeiro?” Eu disse “precisa escolher isso? Prefiro então ter filho primeiro”. Mas eu sou covarde neste sentido de me assumir...- não teve nenhuma oportunidade ainda, não se tocou no assunto - mas eu também, a minha aparência – por que eu me considero

uma mulher feminina e também as pessoas de fora não diriam , se não me conhecem. E como nesse ambiente de trabalho são só quatro horas por dia, então tu entra numa sala de aula, e tu vê o pessoal só quinze minutos no intervalo, então não tem uma relação mais duradoura, digamos assim...então eu sou enrustida no ambiente de trabalho (Patrícia)

“Eu prefiro me manter assim se ninguém perguntar, aqui do meu trabalho ninguém sabe, tem só uma menina que sabe” (Odila)

Os relatos de Patrícia e Odila nos mostram o receio e o medo que a articulação entre trabalho e revelação da homossexualidade traz para estas entrevistadas. O medo da deterioração das relações no trabalho, ou mesmo a sua perda, faz com que as estas mulheres usem de recursos como a dissimulação ou beneficiem-se de uma “heterossexualidade presumida”, já que a referência social para os papéis de homens e mulheres é a heterossexualidade. Ao perceberem isso e o fato de não apresentarem marcas corporais ou estilos que tornem a homossexualidade evidente, usam estes recursos de proteção como forma de manterem-se asseguradas.

Entretanto, este esforço de controle das situações de vida, a divisão de amigos/as (aqueles que podem saber e aqueles que não), as invenções de estratégias para evitar o assunto, as respostas evasivas, os segredos que tem que manter uma coerência no tempo demandam uma energia psíquica intensa. A incorporação na norma pela via do assujeitamento apaixonado descrito por Butler (1997) pode ajudar a entender falas que revelam um sentimento incorporado de ilegitimidade do afeto e do desejo homossexual.

“A gente evita um pouco... Acho que por isso mesmo. É, esse negócio de mão dada, beijo e abraço. É mais como se fosse amiga mesmo. Não em locais gays sim, daí agente liberado né.” (Lúcia)

*“E também para pessoas mais de idade que tem mais dificuldade de entender, **não precisa agredir eles, assim, andar de mão ou beijando.** E também não preciso mostrar pros outros que a pessoa que ta comigo é minha, porque não é minha, ninguém tem posse de ninguém, né?! Então assim, tá comigo, tá comigo, confio na pessoa, não preciso abraçar, não preciso beijar para mostrar que eu sou o que eu sou e nem com quem eu estou.” (Odila)*

“Não eu acho que eu seria em qualquer ambiente. Em qualquer ambiente a minha atitude seria... Eu sou uma pessoa discreta, eu me considero, pelo menos. Eu não tenho necessidade de sair na rua de mão dada e ficar se beijando. Claro, tem situações, no cinema alguma coisa assim, ou num bar mesmo, num lugar hetero, que tu gostaria de estar mais próxima da pessoa, de beijar, enfim, de ficar mais a vontade...Mas eu naturalmente não tenho esta necessidade de que saibam que eu sou gay....mas confesso que se tivessem rumores, alguma coisa, eu não negaria mas eu ficaria em cima do muro, entende? Eu não negaria “não eu não sou” mas também não diria ‘sim, eu sou’. Porque negar alguma coisa assim eu nunca neguei, sabe? Mas também fiquei em cima do muro por que negar uma coisa....se alguém me perguntar e eu

dissesse não, seria uma coisa que me faria me sentir tão covarde, mas tão covarde....é mais do que ficar em cima do muro. Seria me agredir, então....” (Patrícia)

5.2 “Bancando o meu lugar”

Outras estratégias fazem parte do enfrentamento do preconceito. Sair de casa cedo e garantir uma autonomia financeira se impõe como necessidade imediata, uma vez que a família costuma ser um primeiros agenciadores da discriminação (ERIBON, 1999). Esta necessidade se impõe quando os conflitos com familiares ocorrem em um momento da vida da participante em que ela depende financeiramente da família. No entanto ela poderia ter outra escolha, ficar calada e submeter-se a ordem familiar ou usar de outros recursos, como a simulação ou benefício de uma heterossexualidade presumida , assumindo então os encargos absoluto segredo.

*“E eu me mantenho com o meu dinheiro, sempre foi assim. Ai meu pai ficou um mês ainda, porque ele não tinha, ele tava com uma pensão dele lá da aposentadoria, uma coisa assim que não tava recebendo. Então eu tava sustentando ele, quando ele passou a pegar dinheiro ele achou que eu não deveria mais ficar lá... “Não, se tu queres ter mulher tu vai dar casa para mulher, não ser na minha casa que tu vai ter mulher.” Eu disse, ‘Não tem problema. Apesar de eu ser mulher eu sou macho suficiente para bancar minhas coisas e quem ta comigo, se for preciso e fui embora. E ele ficou junto dentro de casa, olhando pra ver se eu não ia levar alguma coisa da casa, porque na verdade não tinha nada, era só a casa dele e os móveis eram todos meus, o que tava estragado eu mesma que consertei. Aí eu pedi para me mandar embora, porque eu tava muito a fim de ir embora para São Leopoldo, porque o salário era muito baixo e eu não conseguia me manter, eu pesava 70 kg e baixei pra 55 kg. Era de manhã um café preto e meio dia um miojo, de noite o que tivesse, se tivesse né. **Mas vivia bem, vivia feliz, não tinha ninguém me incomodando, pelo menos eu podia bancar o meu lugar.**”*

“Aí quando eu voltei do Chile a minha mãe mandou a Agnes embora e chegou na cara para mim, oh daqui a trinta dias, de novo, nós estamos indo embora para Caxias. Ah sinto muito, a senhora já fez uma vez isso comigo, duas a senhora não vai fazer. Eu tenho dezoito anos, a senhora vai para Caxias, só me avisa uma semana antes que eu vou tirar minhas coisas. E aí eu e a Agnes a gente alugou um apartamento.Tudo aconteceu assim. E desde aí eu fui independente, desde os meus dezoito anos”.(Heloísa)

“Eu estava pronta para fugir, nem a Paula não sabia mesmo. Quando a gente saiu a Paula disse, amor para onde é que tu vai. Eu disse para onde tu quiser me levar. Ela disse porque? Porque eu briguei na minha casa e olha aqui minha mochila, para a casa eu não volto mais. Desde aquele dia eu não voltei nunca mais. (Viviam)

No entanto, bancar o seu lugar exige que se tenham possibilidades para tal: ter algum nível de educação, um mercado de trabalho mais promissor ou, como no caso de Vívian, ter alguém que sirva como um suporte para tal. Esta estratégia, assim como muitas outras, só se tornam possíveis mediante determinadas condições. Neste caso talvez fatores como pertencimento a uma classe social mais abastada, nível educacional, pertencimento étnico/racial sejam relevantes, visto que o mercado de trabalho é restrito para muitos e as possibilidades de nele se inserir dependem da interlocução entre as possibilidades que o sujeito tem de se “enquadrar” nos padrões de empregabilidade exigidos por este.

5.3 “Sou lésbica, e daí?": modos militantes de enfrentamento

Outra forma de construir uma vida viável é enfrentar de forma politicamente explícita o preconceito e a discriminação. Estas formas de viver abertamente a sexualidade passam, no caso de algumas entrevistadas, por um engajamento militante, que não necessariamente é organizado, mas requer que o sujeito assuma uma forma de vida que implica em uma determinada forma de visão de mundo e projeto de sociedade. Estas estratégias por vezes são partilhadas e não exclusivas, em alguns momentos se alternam, optando pelo silenciamento e/ou pela abertura em momentos distintos da vida e/ou diferentes contextos de trabalho. A vida militante, seja de forma organizada ou pela adoção um estilo de vida mais confrontativo para algumas destas mulheres parece fornecer mais força para o enfrentamento cotidiano do preconceito, pois o vínculo a uma idéia coletiva produz menos solidão nesta caminhada. É claro que este modelo não vale para todas e cada uma encontra formas distintas de viver uma vida possível.

*“E aí ela foi conversando comigo, foi né....e eu fui colocando pra fora aquilo que eu sentia e me deixava triste, com depressão até, assim sabe... e...ai, porque na verdade eu tava trancada no meu mundo, vendo os anos se passarem, a minha vida deixando de lado, né? So cuidando do em volta, que era família do meu ex-marido, era família... **Então eu decidi dar um basta. Ai teve o dia em que eu levantei a minha bandeira e seja lá o que deus quiser.** Ai eu entrei num chat, na época. Hoje é Orkut, tem Orkut, MSN, mas na época não tinha... tinha até o MSN . E ai eu conheci lá uma pessoa. Daí comecei a conversar...e outras pessoas quiseram conversar comigo... e depois de uma conversa num chat tem um telefonema e por aí, né. Ai eu comecei a descobrir que o meu mundinho, que tava trancado, eu podia dividir com alguém, e foi o que eu fiz....(Imara)”*

*“Aí fui, sempre deixei claro para elas que eu era lésbica, que eu sou lésbica, estava na ficha funcional, nunca omiti. Na época eu tinha uma companheira que também trabalhava no município. E que muitas pessoas conheciam. E pelo menos nesse espaço com as minhas colegas de profissão eu me assumo. Em relação às crianças se chegam e perguntam se eu sou, o que até hoje não perguntaram, mas eu responderia. Para as mais próximas lá, de tanto me perguntarem, um dia eu cheguei e disse, não eu não tenho namorado eu tenho namorada! Mas é por exemplo, em conselhos de classe, daquelas velhas conversas, daquelas velhas piadinhas, como por exemplo, uma vez levantaram que uma menina estava com problemas de aprendizagem e um professor chegou e falou, ah ela está com namorada. E aí continuaram argumentando e dando a entender que estava explicado que ela estava com problema de aprendizagem porque ela estava com namorada. É comigo ali. **E daí eu problematizei, não que gostaria de saber se tem algum problema de ela estar namorando outra menina.** Porque isso não tem nada a ver com problema de aprendizagem. Porque vocês não questionaram outros casais aqui na escola, casais hetero (Cláudia)*

Apesar de Cláudia não participar formalmente de algum grupo de militância, sua aproximação de temas relacionados às relações entre gênero e sexualidade no período de faculdade e através de cursos de formação na área (frequentou, inclusive, um curso oferecido pelo nuances) ajudaram-na a posicionar-se de forma combativa frente a imposição da heterossexualidade como uma obrigação a todos os sujeitos. Reivindicando a retirada da imposição da homossexualidade como um “problema” que poderia estar afetando a aprendizagem de uma aluna, ela *problematiza* e procura desestabilizar o argumento de seus colegas.

“Então, uma série de coisa que antes eu ficava calada e que hoje eu me posiciono mesmo que seja na brincadeira. É uma construção histórica mesmo, uma reafirmação dia-a-dia. Vem um curso do Educando, que o primeiro eu não pude participar, mas participei do segundo.. E isso vai te encorajando. E tu vai pensando, eu vou pensando que as coisas se tornam mais fáceis.”(Cláudia)

Simone seguiu por uma via diferente. Foi no encontro com o movimento Punk e com o “anarco-feminismo” que ela pode estabelecer uma atitude bastante crítica a respeito do preconceito e da discriminação. No entanto, preocupando-se pouco em tentar encontrar a razão para a existência do preconceito. Se o faz, o faz sem fazer recurso a categorias intelectuais ou a um saber científico. Para ela, é proibido ter preconceito de toda a sorte. Talvez até a proibição já seja um sinal de preconceito.

“A gente não esconde para ninguém. A gente não esconde, se é para andar de mãos dadas a gente anda, não tem problemas. Até porque eu cresci aqui, todo mundo me conhece. Então ninguém, até podem falar pelas costas. Mas diretamente nunca, aqui pelo menos. Até sei

de algumas coisas... Tem um primo meu que mora aqui que é totalmente homofóbico. Ele é terrível. Tem a irmã dele que ela é lésbica, só que ela se esconde. Ela não quer aparecer, ela não quer sair do armário. E eu já cheguei abalando assim e eles levaram um baque. Porque até então eu era casada com home. Eu sempre minha vida inteira, desde que eu me conheço por gente assim, eu sempre lutei contra o preconceito, por se punk, por estar no meio do pessoal anarquista e coisa e tal, então eu sempre, eu nunca tive preconceito contra isso.” (Simone)

“Anarco-feminismo é o feminismo junto com o anarquismo, que é a medida contra o governo. Não queremos, a gente não acredita mais em políticos. E a parte feminista, que não é aquela feminista que execra os homens. Não é isso. O feminismo que a gente, que eu luto pelo menos, que ultimamente eu ando sozinha assim, só eu e o meu ex-marido assim. Ele, a gente quer a libertação, quer a emancipação da mulher, mas não tirando o homem disso, porque acaba sendo, sendo no caso preconceito também. E eu quero eliminar tudo isso de preconceito, eu tento não ter preconceito com nada. Porque por mais que a gente não queira fica alguma coisa assim. Não estou falando de preconceito racial, preconceito de homofobia, não é isso. Às vezes a gente até, báh aqueles Argentinos, sabe, xenofobia assim.” (Simone)

Parte deste engajamento passa por estratégias de reversão do estigma, apropriando-se de termos utilizados para insultar e os transformando em palavras de afirmação positiva. A propósito de um modo de subjetivação mais militante, esta também foi uma das estratégias que parte do movimento homossexual e de mulheres lésbicas encontraram para buscar a afirmação de uma identidade positiva: esvaziar o sentido abjeto dos termos usados para acusação e imposição de limites ao humano e ressignificá-los de forma a produzir a afirmação de uma diferença e de um “orgulho”. Como nas palavras de Simone:

“Eu não me agrido se a pessoa, ah sua sapatona, sou mesmo! Eu não me ofendo se me chamar de machorra, sapatona, lésbica. Daí eu gritei sou sapatona mesmo e aí qual é que é?” (Simone)

5.4 “Hoje em dia é melhor”: o possível, mas difícil encontro com os aparelhos de proteção do Estado.

“Não tinha a Nuances na minha época para poder me proteger, para eu poder conversar.”
(Heloisa)

É unânime entre as entrevistadas que a vida é melhor hoje que no passado. A idéia de uma vida afetiva e sexual feliz entre mulheres está no horizonte das possibilidades contemporâneas. A discriminação ainda é generalizada, mas existe uma visibilidade crescente na cultura (mídia, leis, ONGs, etc.), a qual é percebida pelas entrevistadas, que a relacionam com a possibilidade de viver suas escolhas/desejos sexuais com mais liberdade e mais proteção. No entanto, noção de direitos ainda é difusa e o conhecimento de políticas públicas de combate a discriminação homofóbica ainda é pouco conhecida, exceto nos casos em que estas mulheres tenham mais proximidade com o movimento social, ou tenham sido por eles atingidas através de suas ações sociais.

Um panorama social mais propício também se materializa em alguns aparelhos do Estado. A forma de fazer valer estes direitos, entretanto, ainda passa pela boa vontade de servidores mais sensíveis (como no caso da delegacia da mulher e da Delegacia Regional do Trabalho) à questão e ao conhecimento dos caminhos a trilhar para acionar a máquina do estatal. Desta forma, percebe-se que uma noção difusa dos direitos de homossexuais em geral também é partilhada pelos atores estatais que estão na ponta dos mecanismos de proteção (como as delegacias de polícia).

O próprio acesso ao CRDH foi, na maioria dos casos, precedido do recurso à delegacia de polícia (em alguns casos à delegacia da mulher). Isso demonstra a precedência das políticas de promoção/proteção dos direitos humanos que primeiramente foram dirigidas às relações de gênero (pensando em uma mulher heterossexual vítima de um homem) e somente muito recentemente (como já descrito) às questões relativas à diversidade sexual. Apesar de algumas vezes não terem sido claramente identificadas pelos atores de proteção na ponta das políticas como detentoras de direitos (como no caso da delegacia da mulher), estas mulheres, pela identificação com as políticas voltadas a proteção da mulher, identificam-se como possíveis usuárias destes serviços.

As entrevistadas não identificam claramente uma política pública voltada a diversidade sexual e sim a atuação protetiva das ONGs (no caso deste trabalho, o Nuances). As estratégias de visibilidade de massa (como a Parada Livre e o Jornal do Nuances) bem como também a realização de projetos, estiveram entre os itens mais mencionados como proporcionando uma identificação positiva destas mulheres e uma maior visibilidade da diversidade sexual. Pode-se

atribuir a menor visibilidade da política (se relacionada as entidades que compõem o movimento social) a própria estratégia elaborada pelo Brasil Sem Homofobia: ou seja, o combate a homofobia através do fortalecimento a fomentação de atores do movimento social. Este repertório faz parte de um repertório de ações governamentais cada vez mais associadas a um estilo neo-liberal, onde as ações de proteção social são deixadas cada vez mais a cargo da chamada “sociedade civil”. Entretanto, o fortalecimento de atores governamentais quanto à questão também esta previsto, mas tem encontrado mais dificuldades em ser instaurado.

Pode-se também relacionar esta “invisibilidade” da política pública a uma certa ‘timidez’ governamental em assumir uma postura mais clara na mídia na defesa dos direitos das minorias sexuais, como faz com relação às mulheres .O que também informa sobre da dificuldade de aprovar no congresso – devido a resistência de deputados/as ligados à bancadas religiosas contrárias a legitimação das homossexualidades – de leis que criminalizem a homofobia e que equiparem direitos. A idéia difusa de direitos se relaciona também a sua recente implantação no Brasil e no mundo todo e as dificuldades políticas de sustentar esta questão face à resistência moral presente na cultura.

“Eu acho que a aproximação assim com o Nuances e com tudo o que o Nuances vem proporcionando todos esses anos. Tu ir para uma parada livre, tu começar por exemplo a sair para uma boate, porque eu por exemplo, a primeira vez que eu fui numa boate, que eu decidi ir, é sempre aquela dúvida, “mais o que eu vou encontrar lá?” E daí tu vai construindo até chegar nesse ponto. E isso vai te encorajando. E tu vai pensando que as coisas se tornam mais fáceis.”
(Cláudia)

“Não, não foram porque tinham medo, como elas eram de menores acabava sendo chamado um dos responsáveis, aí. Que aliás eu acho que nisso tem um despreparo muito grande no conselho tutelar e do menor e do adolescente. Porque tem adolescente que já é homossexual, que já tem sua definição, não existe uma visão de apoio ou pelo menos de apaziguar aquela situação. Bem pelo contrário, tem uma coisa assim que é repressora. E aí deixa a pessoa mais insegura e deixa na bobagem de fazer qualquer coisa. Eu acho que deveria ter pessoas mais preparadas.(Heloísa)”

“Eu até pensei em colocar a Empresa na justiça por aceitar pessoas homofóbicas, mas hoje não tem uma lei que protege a gente. Até podemos, digamos, processar pessoas por preconceito né, mas não contra a homofobia. Não tem uma lei ainda. (Simone)”

“Por que eu na verdade assim oh, eu pensava em ir a algum lugar, mas não sabia aonde, daí a minha namorada é quem disse, “então tu vai a Nuance porque que lá eles têm advogados tem tudo que tu precisar eles vão te ajudar, se eles não tiverem eles vão te encaminhar, vai lá e

tenta não custa”. Porque é quem poderia me defender, por que acho que, não que os advogados de fora dali não quissem me defender, mas eu acho que através dali, quem ta ali dentro, quem ta dentro do Nuances é pra ajudar mesmo quem é do meio, então por isso que eu fui ali.”... eu fui à delegacia, eu tenho cinco ocorrências contra essa senhora. Antes de ir pro Nuances!(Odila)

“É me xingaram, mas não... Que nem eu te digo, me xingaram no sentido, não me chamando de alguma coisa, porque hoje em dia todo mundo sabe que eu posso te processar se tu...ousar ter algum preconceito em relação a minha pessoa, então eles tomavam muito cuidado, mas agente sabia que nas entrelinhas era essa a causa. (Imara)

Muito mais haveria a ser dito sobre as trajetórias destas mulheres e é claro que toda escrita comporta limites de tempo e de análise. Esta pesquisa é um recorte que fala de um momento de transição no campo das políticas públicas que buscam, em uma associação do Estado com os movimentos social, uma inflexão do dispositivo da sexualidade. De um Estado que majoritariamente durante o século XX buscou classificar, discriminar, dividir, patologizar comportamento e desejos; vislumbramos neste início de novo século um movimento ainda tímido, mas visível de ampliar as possibilidades de viver com maior liberdade e respeito a diversidade de expressões que compõe o espectro da sexualidade. A rede enunciativa característica do campo se construiu nas transformações dos jogos de verdade que marcam o dispositivo da sexualidade e buscam legitimidade propondo outras formas de pensar ações e programas para além das lógicas classificatórias e normalizadoras. Entretanto, a análise enunciativa das diretrizes das políticas dos movimentos sociais neste campo indica que estes optaram majoritariamente por políticas identitárias, o que pode produzir novas capturas assujeitadoras a partir de definições identitárias restritivas das chamadas minorias sexuais. Esta estratégia produz de qualquer forma um lócus de reconhecimento próximo a ética de diversidade ao permitir uma existência para além da esfera da abjeção e do insulto.

“Tu chegou a ver a Luciana Gimenez? Teve um negócio, que está na câmara, não sei se vai ser aprovado ou não, do casamento gay lá no Rio de Janeiro. Uma coisa que eu acho é que as pessoas por serem anarquistas tem que se desvincular do sistema estatal, do sistema patriarcal . Por outro lado tu vive a vida inteira com uma pessoa e se tu é hetero tu consegue, depois que a pessoa morre ficar pra ti os negócios, mas um casal, gay, lésbicas, não acontece isso. Tu tem que lutar pelos teus direitos. Tu lutou a vida inteira com a criatura, a pessoa morre tu fica com uma mão na frente e outra atrás porque a família da pessoa não aceita. Então nesse sentido eu até acho correto que tenha uma lei para isso, que tenha que ter casamento. Mas só que daí vem aquela história: estou entrando no sistema (Simone) .”

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. Impasses contemporâneos do protagonismo lésbico: para além da inversão da sigla. In: POCAHY, F. A. (Org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances/Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. No prelo.

ALMEIDA, G. **Da invisibilidade a Vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face a possibilidade de infecção por DST e Aids**. Tese (Doutorado em Saúde coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ANJOS, G. Identidade Sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez 2000, p. 274-305.

AQUINO, L. R. **As Derivas do Desejo: processos de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

ÁVILA, M. B. Sexualidade e política na perspectiva feminista. In: PARKER, R.; CORREIA, S. (Org.). **Sexualidade e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: ABIA, 2003, p. 25-28.

BARROS, R. B. de. **Grupo: A afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007

BENEDETTI, M.; KNAUTH, D. **Políticas, Direitos, Violência e Homossexualidades**. clam/uerj; cesec/universidade candido mendes; nuances; nupacs/ufrgs, 2005. Disponível em: http://www.nuances.com.br/conteudo/conteudo_comp.php?id=12&area=artigos&menu=#noticias

BERTAUX, D. **Les récits de vie**. França: Nathan, 2003.

BORRILLO, D. **L’homophobie**. Paris : Presses Universitaires de France, 2000.

BORRILLO, D. A Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org). **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres/ Ed UNB, 2009, p. 15-46.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. In **Educação & Realidade**, vol 21 (1), jan-jul de 1996.

BUENO, B. O método autobiográfico e o estudo com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.1 , jan/jun 2002, p.11-30.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005a.

BUTLER, J. **Giving an Account of Oneself**. New York: Fordham University Press, 2005b.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, J. **The Psychic Life of Power: theories in subjection**. Standford: Standford University Press, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABANES, R. Quelle Approche Biographique? **Revue Internationale de Psychologie**. v. 4, n. 14, 2000.

CARRARA, S. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. Em POCAHY, F. A. (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances/Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. No prelo

CHAMBERLAND, L. O lugar das lesbianas no movimento de mulheres. Tradução Tânia Navarro Swain. Montreal, Brasília: **Labrys estudos feministas**, n. 1-2, 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html

CHEMAMA, Roland. Dicionário de Psicanálise. Trad. Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ERIBON, D. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.

FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê Saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e integralidade**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garramond, 2005.

FAEDERMAN, L.; ERIKSSON, B. **As lésbicas na Alemanha do século XIX ao pré-hitlerianismo**. Tradução De MJS in Lilás, n. 13, 1995. Disponível em: http://www.geocities.com/girl_ilga/textos/lesbicasalemanha.htm

FALQUET, J. **Breve reseña de algunas teorías lésbicas.** Disponível em:<
http://www.mamametal.com/creatividadfeminista/articulos/2004/lesb04_teoriaslesb_01.htm.

Acesso em 11 de Jan. 2009.

FISCHER, B. D. Foucault e Histórias de Vida: aproximações e que tais. História da Educação. ASPHE/UFPEL, Pelotas, v. 1, abr 1997, p.5-20.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A história da Sexualidade I - A vontade de saber.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade II- O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

FOUCAULT, M. Dês espaces autres. In: Foucault, M. **Dits et Ecrits II, 1976-1988.** França: Gallimard, 2001b.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade . In: Foucault, M **Ética, Sexualidade, Política** – Ditos e Escritos V Org. Motta, M. B. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In:Foucault, M. **Microfísica do poder.** Org. Roberto Machado. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. A verdade e o poder. In: Foucault, M. **Microfísica do poder.** Org. Roberto Machado. 23a. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: Foucault, M. **Microfísica do poder.** Org. Roberto Machado. 23a. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007c.

FRY, P. ; MACRAE, E. **O que é a homossexualidade?** 7ª ed. São Paulo: editora Brasiliense,1991.

GOLIN, C. Prefácio: o Acesso à Justiça na luta pelos Direitos Humanos. In: POCAHY, F. A. (org). **Rompendo o Silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: Nuances, 2007, p. 8-9.

GREEN, J. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, J. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.15, 2000, p. 271-295.

GROSS, L; WOODS, J. **Columbia Reader on Lesbian and Gay men in Media Society and Politics**. New York: Columbia University Press, 1999.

GUARESCHI, N. M., HÜNING, S.M. Efeito Foucault : desacomodar a psicologia. In: **Foucault e a Psicologia** . GUARESCHI, N. M., HÜNING, S.M. (org). Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005, p. 107 – 127.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HEREK, G. M. Beyond “homofobia”: thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research and Sexual Policy**. v. 1, n. 1, 2004, p. 6-24. Disponível em : <http://caliber.ucpress.net/doi/pdf/10.1525/srsp.2004.1.2.6?cookieSet=1>. Acesso em 10 de Dez 2008.

INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION. **Homossexual and Bisexual Women’s Health Report: common concerns, local issues**. Disponível em: http://doc.ilga.org/ilga/publications/publications_in_english/other_publications/lesbian_and_bisexual_women_s_health_report. acesso em 10 Dez 2007.

JAGOSE, A. **Queer Theory: an Introduction**. New York: New York University Press, 1996.

JACKSON, Stevi. **The Social complexity of heteronormativity**. Lecture held by Stevi Jackson, Centre for Women’s Studies, University of York, UK, at the international conference ‘Heteronormativity – a Fruitful Concept?’ in Trondheim, June 2nd – 4th , 2005. (documento online) Disponível em : <http://www.hf.ntnu.no/itk/heteronormativity-2005/Jackson.pdf>

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

LESSA, P. O Femininismo lesbiano em Monique Wittig. **Revista Ártemis**, v. 7, 2007, p. 93-100. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero7/artigos/artigo_10.pdf Acesso em 25 Dez 2007.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da Sexualidade. In LOURO, G, L (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 9-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e homofobia**. Trabalho apresentado no I Simpósio Paraná-São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual. Araraquara, Brasil, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Cinema e Sexualidade. **Educação e Realidade**, v 33, n 1, jan/jun 2008, p.81-98.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro 1996.

MEINERZ, N. E. **Entre mulheres: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios na cidade de Porto Alegre-RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

MOREIRA, L. E. **“Vida de Equilibrista”?: mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MOTT, L. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MUNIZ, Jaqueline. **Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina**. Dissertação (Mestrado em antropologia) Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1992.

NARDI, H. C. Educação, Heterossexismo e Homofobia: novas políticas? In: POCAHY, F. A. (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances/Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. No prelo.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 3, Dec. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Jan. 2009.

NAVARRO-SWAIN, T. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000, p 10-41.

NUANCES. **Trajetória de um Grupo guei e lésbico em Porto Alegre**. Nuances, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, Carmen. O Exílio do Homoerotismo feminino. In: Golin, Célio (org.) **Homossexualidades, Política e Cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

OLIVEIRA, Vanilda M. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In GROSSI, M; UZIEL, A P; MELLO, L. (orgs) **Conjugalidades , Parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garramond, 2007, p. 385-404.

PECHENY, M. Identidades Indiscretas. In: RIOS, L. F. et al. **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, p. 16-33.

PHILIPPI, J. N. Considerações sobre a sexualidade humana. In: GROSSI, M. P. et al.(Org). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro, Garramond, 2005, p. 25-30.

POCAHY, F. A. **A Pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

POCAHY, F; NARDI, H. Saindo do armário e entrando na cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. In: **Rev. de Estudos Feministas**, v 15, n1, abr 2007, p. 45-66.

POCAHY, F. A. heterossexismo e LGBTfobia: impasses para a democracia. In ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Azul 2008**. Porto Alegre: CORAG, 2008, p 269-278.

PORTINARI, Denise. **O Discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo : Brasiliense, 1989.

PRINS, B; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p.155-167 .

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais. In: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de janeiro, v.16, n. 2, 2006, p.186-205.

RAMOS, S. Respostas do movimento GLBT à homofobia e a agenda da segurança pública. In: POCAHY, F. A. (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances/Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. No prelo

RAMOS, S. Violência e Homossexualidade no Brasil: As políticas públicas e o movimento Homossexual. In: GROSSI, M. P. et al. **Movimentos Sociais, Educação e sexualidades**. Rio de janeiro: Garramond, 2005, p. 31-44.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (Eds.) **Culture, Society and Sexuality: a reader**. Los Angeles: University of California Press,1999, p. 199-225.

RIOS, R. R. Direitos Sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto latino-americano. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique>. Acessado em Maio 2005.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Rios, R, R. **Em Defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do advogado editora, 2007, p. 111-137 .

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo,1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol 20, n. 2, 1995, pp. 71 – 99.

SEFFNER, F. Visibilidade e atravessamentos de fronteiras. **Arquipélago: revista de livros e idéias**, Porto Alegre: IEL/CORAG, n. 7, 2006, p 28-30.

SIMÕES, J. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. In: POCAHY, F. A. (Org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances/Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008. No prelo

STEIL, C. A. Estado, Movimentos sociais e ONGs: a Guerra-fria e a globalização como cenários de compreensão da realidade social. **Humanas : Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre: IFCH, v.16, n. 1 ,1993, p.05-08.

SWAIN, T. N. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In: RIBEIRO, P. R. C. et al (Org). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 9-17.

SWAIN, T. N. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu. Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX** . Campinas, n. 12, 1999, p. 109-120.

TERTO JR, V. Homossexuais Soropositivos e Soropositivos Homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de Aids. In: Parker, R.; Barbosa, R. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará,1996, p. 90-104.

VIANNA, A. ; LACERDA, P. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: O panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WEEDON, C. **Feminism, theory and the politics of difference**. Oxford: Blackwell publishers, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: Louro, G. L.(org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 35- 82.

WELZER-LANG, D. A construção do Masculino: a dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 460-482.

WITTIG, M. **The Straight mind and other essays**. Boston: Beacon, 1992.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, 2006, p. 123-147.